

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HOMERO AMARAL CIDADE JUNIOR

**A AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA:
FATORES QUE AFETAM SEU DESENVOLVIMENTO**

**CURITIBA
2008**

HOMERO AMARAL CIDADE JUNIOR

**A AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA:
FATORES QUE AFETAM SEU DESENVOLVIMENTO**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Agronomia, Programa de Pós-Graduação
em Agronomia - Produção Vegetal, do
Setor de Ciências Agrárias da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof. Dra. Nilce Nazareno da Fonte

Co-Orientador: Prof. Dr. Luciano de Almeida

CURITIBA

2008

Cidade Junior, Homero Amaral
A agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba:
fatores que afetam seu desenvolvimento / Homero Amaral Cidade
Junior.— Curitiba, 2008.

181 f.

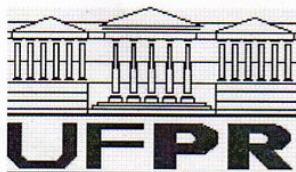
Orientadora: Nilce Nazareno da Fonte.

Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Setor de Ciências
Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

1. Agricultura orgânica – Curitiba (PR). 2. Pequenas
propriedades rurais – Curitiba (PR). I. Título.

CDU 631.58.01(816.21)

CDD 631.584



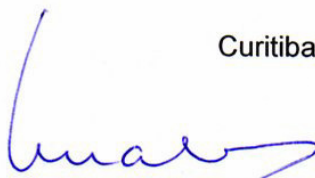
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA E FITOSSANITARISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA
PRODUÇÃO VEGETAL

PARECER


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de MESTRADO, apresentada pelo candidato **HOMERO AMARAL CIDADE JUNIOR**, sob o título "**A AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: FATORES QUE AFETAM SEU DESENVOLVIMENTO**", para obtenção do grau de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato são de parecer pela "**APROVAÇÃO**" da Dissertação.

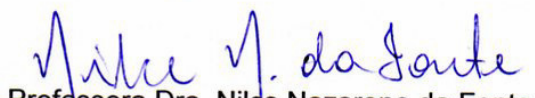
Curitiba, 27 de Fevereiro de 2008.



Dr. Dirk Cláudio Ahrens
Primeiro Examinador



Professor Dr. Luciano de Almeida
Segundo Examinador



Professora Dra. Nilce Nazareno da Fonte
Presidente da Banca e Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o sopro da vida e me inspira neste e em outros momentos.

Aos meus pais e família, que me ensinaram os valores da vida, me apresentaram à Verdade e me oportunizaram plantar muitas sementes. Hoje, é um dos dias de colheita!!

À minha Rebeca, que soube participar da pesquisa e colaborar de maneira fundamental. Você sabe o que está por trás de cada página, linha e entrelinha deste trabalho. Acabou...

À Nilce, agradeço o seu zelo e carinho, desde detalhes na escrita do trabalho, que só quem trabalha com muito rigor possui, até os aprendizados de vida que partilhamos. As linhas são insuficientes para expressar tamanha complexidade...

Ao Luciano, agradeço as sugestões que enriqueceram a pesquisa e que apontam para mais trabalho.

Aos agricultores orgânicos, que com muita paciência me ajudaram a tecer, no campo, esta pesquisa.

Agradeço o incentivo dos professores Renato e Cida para meu regresso à universidade. E também o apoio, desde antes da pesquisa começar dos colegas do CPRA, EMATER, IAPAR, IPARDES, SEAB, SMAB e do SENAR.

Aos amigos da Casa da Videira, com os quais pudemos praticar algumas das proposições aqui elencadas e aproximar Vila Fanny e Universidade com as “Comunidades Verdejantes”. Ao Claudio, pela oportunidade de inter-relacionarmos os nossos mestrados.

Aos professores da banca: Cínthia Sena, Dirk Ahrens, Edmilson Paglia, Luciano de Almeida, Márcia Marzagão e Nilce Nazareno, o meu muito obrigado. Sem a sua participação, estas linhas estariam menos profusas e profundas.

Aos amigos do GEPETI e colegas de turma, pelos momentos de crescimento na ciência e na amizade.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Agronomia e funcionários do SCA, pelo apoio logístico, atenção e desvelo.

Enfim, uma pesquisa desta abrangência, que contou com o apoio de tanta gente comete injustiças com estas poucas linhas de agradecimentos. Porém, agradeço a sua colaboração, mesmo que seu nome ou entidade não esteja listada aqui. Creio que há muitas linhas para tecermos daqui para frente... Agora, mãos à obra.

Temos de nos tornar a mudança que queremos ver no mundo.

Mohandas Karamchand Gandhi

RESUMO

Esta dissertação analisa os fatores que afetam o desenvolvimento da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba (RMC) – Paraná. Neste sentido, busca compreender as interações entre os fatores que interferem na consolidação do segmento. A agricultura orgânica, apesar de sua viabilidade técnica, ambiental e social, não demonstra ganhos na qualidade de vida significativos para a sociedade, em função de pequenos e irregulares avanços até o presente. A metodologia do trabalho desenvolveu-se em três estágios. Inicialmente, a fase exploratória consolidou os dados iniciais através de levantamento bibliográfico e de entrevistas abertas. Posteriormente, o trabalho de campo consistiu em atividades individuais e grupais junto aos representantes dos diversos segmentos relacionados à agricultura orgânica. Por questões de otimização de tempo e recursos, a RMC foi dividida em dois sistemas para ilustrar as duas realidades predominantes. O sistema Campo Largo apresentou agricultores que comercializavam através de feiras (cadeia curta), possuíam certificação participativa e que receberam pequeno apoio de políticas governamentais. Por outro lado, o sistema Colombo apresentou agricultores comercializando através de processadoras aos supermercados (cadeia longa), certificação auditada e médio a grande apoio de políticas governamentais. O encaminhamento desta fase seguiu os princípios da observação participante e contou com entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. Finalmente, a análise e interpretação dos dados coletados foi feita considerando as diversas dimensões envolvidas no problema da pesquisa e buscando configurar conclusões que atendessem aquelas. Mostra-se como considerações finais que os serviços mantidos com recursos públicos apresentaram alcance limitado e suas políticas estão desarticuladas. Portanto, não apoiam os agricultores orgânicos e aqueles em conversão, na intensidade suficiente para um crescimento sustentável do segmento. Com relação aos aspectos de mercado, os consumidores têm dificuldade de acessar os alimentos orgânicos por razões de localização, preço e reconhecimento. Os agricultores elaboram os preços através de critérios arbitrários, que apenas ampliam as dificuldades dos consumidores. Finalmente, o associativismo, que poderia ser uma alternativa para mitigar estes entraves, não tem ambiente propício em função do histórico de diversas iniciativas associativas na região.

Palavras-chave: Agricultura orgânica. Entraves. Desenvolvimento Rural. Região Metropolitana de Curitiba.

ABSTRACT

This research analyses the main factors that affect organic agriculture's development in Curitiba's metropolitan area (CMA) – Paraná state. It seeks to comprehend the interactions among these factors that interfere in the sector's consolidation. Organic agriculture, despite of its technical, environment and social viability, is not showing improvement in people's life quality, because of its small and irregular advances until now. The methodology strategy was composed of three stages. First of all, there was an exploration phase that joined all the initial data through the bibliography research and some open interviews. After that, field's work took place in individual and group activities with representatives of many segments in organic's movement. In order to save time and resources, the CMA was divided in two systems to show the two major realities. Campo Largo's system was composed of farmers which sell their products at fairs (short chain). They have participative certification and received small support of governmental's policies. In other hand, Colombo's system was composed of farmers which sell their products to supermarkets (long chain). They have audited certification and received medium to high support of governmental's policies. This phase followed participative observations skills and was made with semi-structured interviews and focal groups. Finally, the collected data's analysis and interpretation were made considering many dimensions, in order to find multi-dimensional conclusions. As final conclusion: services supported by public resources showed limited results and its policies were disarticulated. So, they don't support the organic's farmers and the ones in conversion period, with the strength they should have to grow sustainably. In market aspects, the consumers have difficulty to access organic food because of localization, price and knowledge reasons. The farmers establish prices through non-technical criteria, what increase consumer's difficulties. Finally, the associativism doesn't have good environment to develop, because of historical problems in the area.

Keywords: Organic agriculture. Bottlenecks. Rural Development. Curitiba's metropolitan area.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA	1 - DELIMITAÇÃO DAS APA'S DA RMC.....	18
FIGURA	2 - MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	28
FIGURA	3 - IDENTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS-TÍPICOS NA RMC	31
FIGURA	4 - DELIMITAÇÃO DAS MICRORREGIÕES DA RMC	42
FIGURA	5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ATIVIDADES LIGADAS À PRODUÇÃO ORGÂNICA NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA DO PARANÁ (AOPA)	44
FIGURA	6 - MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE CAMPO LARGO ENTREVISTADOS NA PESQUISA	51
FIGURA	7 - MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE FEIRANTES EM CURITIBA	51
FIGURA	8 - MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE COLOMBO ENTREVISTADOS NA PESQUISA	51
FIGURA	9 - MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE COLOMBO	52
FIGURA	10 - ASPECTOS TÉCNICOS-INSTITUCIONAIS CARACTERÍSTICOS DAS UNIDADES EM OU COM CONVERSÃO TOTAL, E DAS UNIDADES EM CONVERSÃO PARCIAL DOS GRUPOS BEIJA-FLOR E MARGARIDA – LAPA, RMC DE CURITIBA, PR.....	53
FIGURA	11 - TEMPO NA ATIVIDADE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO	55
FIGURA	12 - TEMPO NA ATIVIDADE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO	55
FIGURA	13 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DA SAFRA 2001/2002 À 2005/2006, RMC – PR .	56

FIGURA 14 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DA SAFRA 2000/2001 À 2005/2006, RMC – PR	56
FIGURA 15 - TIPOS DE AGRICULTURA PRATICADOS PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS: CAMPO LARGO (ESQ.) E COLOMBO (DIR.)	58
FIGURA 16 - OPÇÃO DE CERTIFICADORAS DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO	60
FIGURA 17 - OPÇÃO DE CERTIFICADORAS DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO	61
FIGURA 18 - MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DE CERTIFICADORA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO	63
FIGURA 19 - MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DE CERTIFICADORA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO	63
FIGURA 20 - EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO E SEU EFEITO NO CANTEIRO DA DIREITA EM RELAÇÃO À TESTEMUNHA	68
FIGURA 21 - ACESSO A SERVIÇOS MANTIDOS COM RECURSOS PÚBLICOS PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO	70
FIGURA 22 - ACESSO A SERVIÇOS MANTIDOS COM RECURSOS PÚBLICOS PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO	71
FIGURA 23 - PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS DAS AÇÕES DO GOVERNO COM RELAÇÃO À AGRICULTURA ORGÂNICA – CAMPO LARGO ..	75
FIGURA 24 - PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS DAS AÇÕES DO GOVERNO COM RELAÇÃO À AGRICULTURA ORGÂNICA – COLOMBO	76
FIGURA 25 - PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES DOS FATORES RESTRITIVOS DA ATIVIDADE – CAMPO LARGO .	77
FIGURA 26 - PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES DOS FATORES RESTRITIVOS DA ATIVIDADE – COLOMBO	77

FIGURA 27 - PROPOSTAS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – CAMPO LARGO	78
FIGURA 28 - PROPOSTAS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – COLOMBO	79
FIGURA 29 - DISTRIBUIÇÃO DA VENDA DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO EM RAZÃO DA FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO	80
FIGURA 30 - DISTRIBUIÇÃO DA VENDA DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS ENTREVISTADOS EM COLOMBO EM RAZÃO DA FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO	84
FIGURA 31 - PREÇO DE PRODUTOS ORGÂNICOS, DE CONVENCIONAIS <i>IN NATURA</i> EMBALADOS E DE PRODUTOS CONVENCIONAIS, EM DIVERSOS SUPERMERCADOS DE CURITIBA – PARANÁ – JUN 2006	87
FIGURA 32 - ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DA RMC	88
FIGURA 33 - RELATO DOS AGRICULTORES SOBRE OS MOTIVOS QUE LEVAM AS ASSOCIAÇÕES A ESTAREM NA SITUAÇÃO ATUAL – CAMPO LARGO	91
FIGURA 34 - RELATO DOS AGRICULTORES SOBRE OS MOTIVOS QUE LEVAM AS ASSOCIAÇÕES A ESTAREM NA SITUAÇÃO ATUAL – COLOMBO	92
FIGURA 35 - FATORES RESTRITIVOS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – CAMPO LARGO	92
FIGURA 36 - FATORES RESTRITIVOS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – COLOMBO	93
FIGURA 37 - DISTRIBUIÇÃO DAS CRIAÇÕES ANIMAIS NAS PROPRIEDADES VISITADAS: CAMPO LARGO	93
FIGURA 38 - DISTRIBUIÇÃO DAS CRIAÇÕES ANIMAIS NAS PROPRIEDADES VISITADAS: CAMPO LARGO	94
FIGURA 39 - CURSOS DE AGRICULTURA ORGÂNICA REALIZADOS PELO SENAR NA RMC	103

FIGURA 40	- CURSOS DE AGRICULTURA ORGÂNICA REALIZADOS PELO SENAR EM CAMPO LARGO E COLOMBO DESDE O INÍCIO DAS SUAS ATIVIDADES	103
FIGURA 41	- LEGISLAÇÃO LIGADA À AGRICULTURA ORGÂNICA	108
FIGURA 42	- GRUPOS VINCULADOS AO NÚCLEO MAURÍCIO B. AMARAL	110
FIGURA 43	- LOCAL, ESTRUTURA, DIA DE FUNCIONAMENTO E DATA DE ABERTURA DAS FEIRAS ORGÂNICAS ORGANIZADAS PELA PREFEITURA EM CURITIBA – PARANÁ	113
FIGURA 44	- EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE COMERCIALIZADA DE PRODUTOS ORGÂNICOS NAS FEIRAS DE CURITIBA – PARANÁ – 1997 – 2005	115
FIGURA 45	- LOCAL, ESTRUTURA, DIA DE FUNCIONAMENTO E DATA DE ABERTURA DAS FEIRAS ORGÂNICAS ORGANIZADAS POR OUTRAS ENTIDADES EM CURITIBA – PARANÁ	115
FIGURA 46	- LOCAL, ESTRUTURA, DIA DE FUNCIONAMENTO E DATA DE ABERTURA DAS FEIRAS ORGÂNICAS NA RMC – PARANÁ	116
FIGURA 47	- MAPA INDICANDO AS FEIRAS ORGANIZADAS PELA PREFEITURA DE CURITIBA E POR OUTRAS ENTIDADES	117
FIGURA 48	- SITUAÇÃO ATUAL DE ENTREGAS DE CESTAS POR MUNICÍPIO NA RMC	120
FIGURA 49	- SITUAÇÃO ATUAL DE COLHA-E-PAGUE POR MUNICÍPIO NA RMC	121
FIGURA 50	- TIPOS DE TRANSFORMAÇÃO, EMPRESAS E LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS PRODUTOS – RMC	126
FIGURA 51	- PONTOS FRACOS DOS PRODUTOS ORGÂNICOS NA ÓTICA DOS GERENTES DOS SUPERMERCADOS DE CURITIBA – PR	129
FIGURA 52	- PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS ORGÂNICOS COMERCIALIZADOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS, CLASSIFICADOS POR PREFERÊNCIA E SEGUNDO A ORIGEM	129

FIGURA 53 - PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO PAA – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006	133
FIGURA 54 - TIPOLOGIA DE CONSUMIDORES ORGÂNICOS	135
FIGURA 55 - RAZÕES DE DESMOTIVAÇÃO DO CONSUMO DE ORGÂNICOS NAS FEIRAS CONVENCIONAIS (ESQ.) E ORGÂNICAS (DIR.) EM CURITIBA	138
FIGURA 56 - DIFICULDADES PARA A COMPRA DE ORGÂNICOS EM DIVERSOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO EM CURITIBA..	139
FIGURA 57 - PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ANÁLISES DE CONSUMIDORES ORGÂNICOS	142

LISTA DE TABELAS

TABELA	1	- DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS NA RMC.....	33
TABELA	2	- PERCENTUAL MÉDIO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO SEGUNDO AS RAZÕES QUE INFLUENCIARAM OS AGRICULTORES NA DECISÃO DE PRODUZIR ORGANICAMENTE	53
TABELA	3	- PORCENTAGEM DE PESSOAS DA FAMÍLIA ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA SEGUNDO O NÚMERO DE INTEGRANTES	57
TABELA	4	- PORCENTAGEM DE TRABALHADORES CONTRATADOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA	57
TABELA	5	- PORCENTAGEM DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA	57
TABELA	6	- AVALIAÇÃO DOS CUSTOS DE CERTIFICAÇÃO PELOS ENTREVISTADOS: CAMPO LARGO E COLOMBO	62
TABELA	7	- PREÇOS MÉDIOS DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS E CONVENCIONAIS – <i>IN NATURA</i> (FEIRAS), CURITIBA – PR ..	86
TABELA	8	- PREÇOS MÉDIOS DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS E CONVENCIONAIS – HIGIENIZADAS E EMBALADAS (SUPERMERCADOS), CURITIBA – PR	86
TABELA	9	- PRINCIPAIS DIFICULDADES APRESENTADAS PELOS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	138
TABELA	10	- PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELOS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS PARA SE INFORMAREM SOBRE ALIMENTAÇÃO	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO	- Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo
ACARPA	- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACOPA	- Associação de Consumidores Orgânicos do Paraná
ACV	- Associação Casa da Videira
AESCA	- Associação Estadual de Cooperação Agrícola
AOPA	- Associação de Agricultura Orgânica do Paraná e Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APA	- Área de Proteção Ambiental
APAC	- Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo
APASEMA	- Associação Paranaense dos Secretários do Meio Ambiente e Agricultura
BB	- Banco do Brasil
CCA	- Cooperativa Central dos Assentados do Paraná
CEAO	- Conselho Estadual de Agricultura Orgânica
CEASA/PR	- Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
CEPOrg	- Colegiados Estaduais para a Produção Orgânica
CMO	- Certificadora Mokiti Okada
CNPOrg	- Colegiado Nacional para a Produção Orgânica
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONSEA	- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CPOrg	- Colegiado Paranaense para a Produção Orgânica
CPRA	- Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CRM	- Central de Relacionamento Municipal
DESER	- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DRS	- Desenvolvimento Regional Sustentável
ECOCERT	- Ecocert Brasil (Certificadora)
EMATER-PR	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ET-UFPR	- Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FETRAF	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIES	- Faculdades Integradas Espírita
FLV	- Frutas, Legumes e Verduras
GEAE	- Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica

GEAO	- Grupo de Estudos de Agricultura Orgânica
GEPETI	- Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares e Interdisciplinares
IAPAR	- Instituto Agrônômico do Paraná
IBD	- Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural
IMO	- Instituto de Mercado Ecológico
IN	- Instrução Normativa
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IVV	- Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBA	- Maurício Burmester do Amaral (Núcleo da ECOVIDA)
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG	- Organização Não Governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	- Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PMCL	- Prefeitura Municipal de Campo Largo
PR	- Paraná
PRA	- Programa Regional de Agroecologia
PRODORGAN	- Associação Produtores Orgânicos de Campo Largo
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTS	- Parque de Tecnologias Sociais
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR-PR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná
SETP	- Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SMAB	- Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba
TECPAR	- Instituto de Tecnologia do Paraná
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	20
1.1.1 Objetivo geral	20
1.1.2 Objetivos específicos	20
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESES	21
1.2.1 Problema	21
1.2.2 Hipóteses	21
2 MINHA CAMINHADA ATÉ O MESTRADO	23
3 MÉTODO E METODOLOGIA	26
3.1 O MÉTODO	26
3.2 METODOLOGIA	27
3.2.1 Universo da pesquisa	30
3.3 FASE EXPLORATÓRIA	31
3.4 TRABALHO DE CAMPO	32
3.5 ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO	36
4 A AGRICULTURA NA RMC	40
4.1 A AGRICULTURA ORGÂNICA NA RMC	43
4.1.1 Histórico	43
4.1.2 O conceito adotado	46
4.2 OS AGRICULTORES ORGÂNICOS E SUAS PROPRIEDADES	49
4.2.1 Motivação	50
4.2.2 Tempo na atividade	54
4.2.3 Mão-de-obra	56
4.2.4 Tipo de agricultura	58
4.2.5 Certificação	59
4.2.6 Produção	64
4.2.7 Serviços com recursos públicos	70
4.2.8 Comércio	79
4.2.9 Política (Associações, cooperativas e outros)	88
4.2.10 Fatores restritivos relativos à propriedade	92
4.2.11 Produção Animal	93
4.2.12 Qualidade de vida	95
5 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS	96
5.1 EDUCAÇÃO	98

5.1.1 Educação Superior	99
5.1.1.1 Educação continuada de profissionais e Pós-Graduação.....	100
5.1.2 Educação de nível Médio e Pós-Médio	101
5.1.3 Educação de agricultores	102
5.2 PESQUISA	104
5.3 EXTENSÃO	105
5.4 LEGISLAÇÃO	107
5.4.1 Certificação.....	109
5.5 CRÉDITO	111
6 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO	112
6.1 DESCRIÇÃO DO MERCADO DA RMC	112
6.2 Venda direta	113
6.3 Venda para processadoras	124
6.4 Venda para o varejo	127
6.5 Venda para o mercado institucional	130
6.6 Caracterização dos consumidores	134
6.6.1 Meios de comunicação usados pelos consumidores	140
6.6.2 Local para compra	141
6.6.3 Desconhecimento de termos	141
6.6.4 Análise sobre os consumidores	142
7 ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS	143
8 ALGUMAS PROPOSIÇÕES	151
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICES	167
APÊNDICE 1	168
APÊNDICE 2	176
ANEXOS	177
ANEXO 1	178
ANEXO 2	179

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira a partir dos anos 1950 foi submetida aos preceitos da revolução verde. Este modelo tecnológico que utiliza intensamente insumos industrializados, mecanização e sementes melhoradas prometia elevadas produtividades. Se este modelo gerou avanços, por outro lado desencadeou impactos negativos significativos no meio ambiente (água, solos, animais e alimentos) e por consequência atingindo as famílias dos agricultores e dos consumidores, sendo esta uma avaliação assumida por diversos pesquisadores do setor (KHATOUNIAN, 2001; GLIESSMAN, 2005; SOUZA, 2006).

Da mesma forma, no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no estado do Paraná (PR), os caminhos da agricultura não foram diferentes. O que diferiu apenas foi que o fenômeno expressou-se com mais intensidade a partir de 1970. Assim sendo, em uma região com solos pouco profundos, mecanização intensiva e cultivos convencionalmente exigentes em agroquímicos, os efeitos deletérios foram emergindo com maior intensidade nos anos 1990. Enfim, erosão, contaminação dos mananciais, custos de produção inviáveis foram despertando pesquisas. Uma delas, realizada por Andreoli e Ferreira (1998), avaliou que a qualidade das águas da RMC era deteriorada ano após ano em função da contaminação por moléculas de agrotóxicos. Estes indicadores dentre outros foram provocando reflexões na sociedade e fomentaram a criação de legislações específicas.

Neste contexto foram criadas diversas áreas de proteção ambiental¹ (APA's) para salvaguardar a qualidade dos mananciais que abasteciam a RMC, tendo em vista que alguns já estavam comprometidos e o aumento da demanda de água era expressivo (PARANÁ, 1995). Na figura 1 é possível observar a localização das APA's nos municípios vizinhos à cidade-pólo.

A criação de cada APA foi acompanhada de um estudo chamado Zoneamento Ecológico-Econômico que regulamentava as atividades permitidas,

¹ A primeira APA criada na região foi a do Rio Passauna em 5/6/1991, abrangendo os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Campo Magro e Curitiba, posteriormente foram criadas as APA's: do Iraí, do Piraquara, do Pequeno e do Verde (COMEC, 2001b).

lento de sensibilização de agricultores e alguns técnicos foi iniciado. Porém segundo CEAO (2002) apenas em 1995 o segmento tomou forma e constituiu a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA).

De início, a atividade foi crescente e desenvolveu-se com grande ímpeto. Havia muitos agricultores interessados, redes de varejo disputavam os produtos orgânicos e até a mídia fomentava o seu consumo. Diversas instituições governamentais (estaduais e municipais) apoiaram o segmento e o consideraram uma panacéia para as APA's (COMEC, 2001a, 2001b). Em contrapartida, a partir do ano de 2001 até a presente data, a agricultura orgânica não avançou com a mesma velocidade na RMC, apresentando em alguns momentos taxas negativas de crescimento. A presente pesquisa emergiu justamente de inquietações surgidas naquela época, quando da atuação do autor junto aos agricultores orgânicos em Campo Largo – PR.

A estrutura do trabalho pode ser assim enunciada: no capítulo 2 trata-se sobre a trajetória do autor até o mestrado, contextualizando a escolha do tema e o modo como a pesquisa foi encaminhada.

O capítulo 3 apresenta a metodologia e o método adotado. Cabe alertar, que neste trabalho adotou-se que ambos são distintos e por isso a sua diferenciação é ali evidenciada.

O capítulo 4 apresenta uma rápida caracterização da agricultura na RMC, sendo seguida pela inclusão da agricultura orgânica na mesma, a partir dos aspectos históricos. O conceito de agricultura orgânica assumido neste trabalho foi explanado para evitar interpretações equivocadas. Desenvolve-se uma análise das famílias de agricultores entrevistados e das suas propriedades relacionando os dados obtidos com pesquisas recentes realizadas no âmbito da RMC.

No capítulo 5 são discutidas as chamadas políticas públicas, porém, no presente trabalho, elas são denominadas políticas com recursos públicos. É feita uma reflexão sobre as suas origens, impactos e percepções por parte dos potenciais beneficiários e executores.

O capítulo 6 inicia a caracterização do mercado da região, descrevendo as suas diferentes modalidades, seus gargalos e potencialidades. Além disso, o consumidor, seu perfil, opiniões e demandas são detalhados.

O capítulo 7 concentra as reflexões finais, onde se evidenciam as conclusões das hipóteses e os resultados essenciais do presente.

Finalmente, o capítulo 8 incorpora proposições práticas já implementadas, durante a pesquisa, no sentido de ilustrar a viabilidade de algumas propostas. Enfatizando uma afirmação de Gandhi (2007) “Temos de nos tornar a mudança que queremos ver no mundo.”

Com base em diversas discussões, observações e vivências acumuladas durante 13 anos de experiência nos municípios integrantes da RMC foi possível amadurecer a proposta de investigar os fatores que afetam o seu desenvolvimento.

Portanto, as contribuições propostas neste projeto objetivam dar subsídios para a identificação daqueles fatores, seus efeitos sinérgicos e multiplicadores. Pretende-se desta forma que esta dissertação sirva de referência para possíveis mudanças e reavaliações do segmento visando um desenvolvimento sustentável para a região.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o desenvolvimento da agricultura orgânica na RMC diante das concepções do método complexo, buscando diagnosticar a interação dos fatores produtivos, tecnológicos, associativos, comerciais, entre outros, que interferem na consolidação do segmento.

1.1.2 Objetivos específicos

- analisar as pesquisas já realizadas e informações disponíveis aos agricultores orgânicos e suas organizações;
- identificar os fatores que afetam o desenvolvimento (gargalos) da agricultura orgânica na RMC;

- identificar e analisar os sistemas de produção orgânica presentes nos municípios da RMC pesquisados;
- analisar os serviços mantidos com recursos públicos sob a ótica dos agricultores orgânicos;
- propor caminhos visando o fortalecimento e o desenvolvimento do sistema de cultivo orgânico com o intuito de promover a sustentabilidade da região.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESES

1.2.1 Problema

A Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Curitiba desenvolve-se tão lentamente que os benefícios apregoados pelo sistema de produção tendem a não representarem ganhos na qualidade de vida, significativos para a sociedade.

1.2.2 Hipóteses

A presente pesquisa objetivou investigar os fatores que afetam o desenvolvimento da agricultura orgânica na RMC. Estes fatores foram agrupados para facilitar a formulação das hipóteses e as análises posteriores. Porém é possível visualizar o imbricamento destes fatores relativos às tecnologias de produção vegetal (H1), às políticas mantidas com recursos públicos (H2), ao mercado (H3, H4, H5) e às estratégias de organização (H6). Desta forma, a partir dos pressupostos já explanados derivam-se as seguintes hipóteses:

H1: as pesquisas e técnicas de produção vegetal adequadas ao sistema orgânico de produção não estão disponíveis aos agricultores de maneira proporcional à sua demanda.

H2: os serviços de apoio à produção agrícola mantidos com recursos públicos têm alcance limitado e suas políticas estão desarticuladas e por isso não chegam com a intensidade desejada nos agricultores orgânicos e potenciais.

H3: o consumidor não está esclarecido o suficiente sobre o que é um alimento orgânico.

H4: os canais de comercialização não se viabilizam no médio e longo prazo, pois o preço elevado mantém a demanda em patamares baixos além do que os pontos de venda estão concentrados em regiões centrais de Curitiba e municípios metropolitanos.

H5: a formação de preço não está pautada em custos de produção.

H6: agricultores não se associam e quando o fizeram, os resultados foram negativos.

2 MINHA CAMINHADA ATÉ O MESTRADO

Nasci em uma família de professores empreendedores. Meu pai, professor de educação física e minha mãe de música e educação artística. Após um tempo na atividade docente, tornaram-se pioneiros no ensino da natação com a constituição e construção da primeira escola do gênero no estado. Sou o primeiro filho do casal, seguido por duas irmãs. Apesar da convivência na água, decidi ser engenheiro agrônomo aos 11 anos de idade, ao plantar 20 pés de tomate no fundo do quintal do meu avô.

Parecia brincadeira de criança, mas apesar dos tênues contatos com a ruralidade, fui me apaixonando. Escrevia para os programas especializados da televisão e recebia respostas e folhetos. Quando criança gostava de pegar formigas e armazená-las em caixas de fósforo, talvez ensaiando para as aulas de entomologia, além das várias “experiências” que prenunciavam talvez, as aulas práticas da graduação. Apesar de pequena, a horta do meu avô teve um papel fundamental na minha aproximação com o setor. Ele nunca me falara a respeito de ser agrônomo, mas o prazer com que cuidava da horta falava muito. O detalhe que cabe destacar é que desde aquela época, eu preconizava uma produção segura e sem resíduos.

Tendo experimentado na prática, esta foi a parte aparente do alicerce de um pensamento voltado à agricultura orgânica, que já estava sendo baseado sobre o valor cristão do amor. Primeiro, no amor a Deus, que criou todas as coisas e deixou o Homem incumbido de zelar pelo planeta. E em segundo lugar, o amor às outras pessoas, sejam elas consumidores ou agricultores (que também são consumidores). Para citar a Bíblia: “Deus é amor” e este amor me atrai e me impulsiona para uma agricultura que se preocupa com o planeta e com as pessoas. (PRIMEIRA JOÃO, 4: 8).

Já na graduação em Agronomia recebi influência de colegas veteranos, que na época discutiam o modelo hegemônico de produção diante da então chamada agricultura alternativa. Participei de algumas iniciativas do Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica (GEAE), apoiados na época e até hoje pela professora Celina Wisniewski.

Com os trabalhos no Grupo e estágios procurei me aproximar ao máximo do meio rural. Busquei estágio no estado de São Paulo, na área da agricultura orgânica, onde tive a oportunidade de trabalhar na roça e na venda direta na feira da cidade grande. Esta possibilidade de vivenciar o processo “dentro e fora da porteira” abriu um horizonte analítico bastante interessante. Apesar da quase ausência de conteúdos ligados a esta maneira de fazer agricultura, concluí a graduação em 1994.

No ano seguinte, iniciei minha atividade profissional no município de Araucária tentando compatibilizar os conhecimentos das duas agriculturas que havia aprendido. A receptividade dos agricultores para uma mudança na maneira de pensar e fazer agricultura era muito pequena. Em 1997, meus caminhos foram levados à vizinha cidade de Campo Largo, onde um grupo de agricultores e técnicos estava desenvolvendo um trabalho inicial em agricultura orgânica. Pude aprender muito neste tempo e participar em conjunto com os agricultores de uma quebra de paradigmas. A partir daí, concluí que não era coerente receitar pela manhã um agrotóxico e à tarde uma calda alternativa. Optei por não recomendar mais os chamados agrotóxicos, redirecionando assim a minha prática profissional.

O trabalho avançou, vários agricultores mudaram as suas práticas e galgaram mais qualidade de vida, além de conseguirem produzir, o que antes parecia impossível. No início do ano 2000, criamos um grupo de estudos para discutir com técnicos e agricultores a agricultura orgânica na RMC. O grupo chamado GEAO reunia-se mensalmente para avançar em questões técnicas, já que o conhecimento ainda estava difuso e necessitava-se dele para subsidiar as mudanças principalmente nos processos de conversão de agricultores e técnicos.

Por outro lado, a partir de 2002 comecei a sentir que alguns gargalos estavam inviabilizando algumas famílias, inclusive levando outras a abandonar o sistema. Sendo o facilitador do processo Agricultura Orgânica da RMC no âmbito do órgão oficial de extensão rural (EMATER-PR), debatia estas questões com os outros técnicos, agricultores, pesquisadores e consumidores. Mas, em função das demandas crescentes de trabalho, não conseguíamos avançar na identificação plena destes impedimentos nem na implementação de estratégias de avanço.

Após muita reflexão, resolvi retomar meus estudos com um objetivo muito claro: reunir ferramentas metodológicas para identificar os gargalos existentes para o desenvolvimento da atividade na região e produzir subsídios para a implementação

de processos que minimizem os impedimentos. Na ocasião, deixei minhas atividades no município de Campo Largo, mas com um apoio consciente dos colegas da extensão, pesquisa e das organizações dos agricultores. Conheci o trabalho da professora Nilce da Fonte por recomendações de colegas do programa de pós-graduação em Agronomia. Li a sua tese e percebi que tínhamos muito em comum.

Fui aceito no programa no início de 2006 e na oportunidade, em conjunto com outros colegas e professora da linha de pesquisa, reativamos as atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares e Interdisciplinares (GEPETI). O grupo tem papel bastante importante no processo de construção deste trabalho, pois a partir de discussões coletivas a respeito do mesmo e de outros trabalhos científicos se pôde ampliar a qualidade com o amparo da visão transdisciplinar, que aproxima o conhecimento do contexto.

Durante este tempo de curso, minha atividade profissional foi direcionada para ministração de cursos na área de agricultura orgânica, o que possibilitou uma pesquisa constante com os agricultores da região que desejavam mudar sua maneira de pensar e aqueles que estavam pensando diferente. Esta prestação de serviços para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná (SENAR-PR) permitiu novas visões da realidade da região metropolitana, pois cada grupo de educandos tinha características distintas, mas todos buscavam qualidade de vida para sua família.

Em paralelo, a facilitação metodológica do Grupo de Estudos de Agricultura Orgânica (GEAO), com suas reuniões mensais, também me aproximou dos gargalos, pois os participantes eram de vários setores do movimento orgânico: agricultores, consumidores, técnicos da pesquisa, da extensão, do ensino e formuladores de políticas de estado. Nos eventos regionais e atividades promovidas pelo órgão oficial de extensão, tive a oportunidade de consolidar as impressões, hipóteses e conclusões deste trabalho.

3 MÉTODO E METODOLOGIA

3.1 O MÉTODO

O método de um trabalho pode ser definido como “o modo pelo qual os estudiosos constroem seus conhecimentos no campo da ciência” (TURATO, 2003, p. 149). Neste trabalho foi escolhido o método complexo porque contempla a análise de várias dimensões referente à determinada situação. Como afirma Mariotti (2000), não se trata de teoria e sim de vida. Não basta fornecer “todas” as informações sobre o assunto estudado, mas sim discutir e respeitar todas as suas dimensões e articulações. Segundo Morin (2001), diante de outros métodos, pelas separações das disciplinas e por consequência das dimensões, não é possível visualizar o “todo”. Este saber, que isola as condições, fatores, não consegue agregar conhecimentos transformadores da realidade, principalmente da realidade rural, que devido às suas características intrínsecas é complexa.

Morin (2001, p. 339) pontuou que o método na visão de Descartes era “a arte de guiar a razão nas ciências.” Nesta mesma obra, Morin avançou o conceito dentro do método complexo e o definiu como “a arte de guiar a ciência na razão” (p. 338), o que demanda estratégia, arte e inventividade.

O método, gerado pela teoria, regenera-a. O método é a *praxis* fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa a geratividade paradigmática/teórica, mas que, por sua vez, regenera esta geratividade. Assim, a teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio-fim inscrito em permanente recorrência. (MORIN, 2001, p. 335 – 336)

Já na visão de Leff (2003), não há um único método válido, mas métodos que, ao trabalharem com a perspectiva da totalidade, podem e devem dialogar entre si. Fonte afirma que (2004, p. 27),

o método da complexidade pede para que se pense nos conceitos sem nunca dá-los por concluídos, para que se quebrem as esferas fechadas, para que se restabeleçam as articulações entre o que foi separado, para que se tente compreender a multidimensionalidade, para que se pense na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para que nunca se esqueçam as totalidades integradoras.

Estes três autores tratam sobre a multidimensionalidade, que nos parece ser uma das principais contribuições deste método. Porque a realidade é multidimensional, cada dimensão retrata uma face desta mesma realidade e que não devem ser tratadas de maneira isolada e não comunicante, na ótica de Morin (2001). É o tecido formado por diferentes fios que se transformam em uma só coisa. Então, todas estas dimensões se cruzam, se entrelaçam para formar a realidade.

Morin (2001, p. 191-192) descreve o método complexo como uma estratégia que nos permite avançar em terrenos desconhecidos. O autor compara com a arte da guerra que

é estratégica porque é uma arte difícil que deve responder não só à incerteza dos movimentos do inimigo, mas também à incerteza sobre o que o inimigo pensa, incluindo o que ele pensa que nós pensamos. A estratégia é a arte de utilizar as informações que aparecem na ação, de integrá-las, de formular esquemas de ação e de estar apto para reunir o máximo de certezas para enfrentar a incerteza.

Nada mais apropriado para retratar a realidade na qual a agricultura orgânica está “tecida” na RMC. Disputas, contradições, pressões ambientais, mercadológicas, busca por qualidade, polêmica com relação aos preços, etc. Todos estes fatores demandam a análise e interpretação a partir do método complexo e mediante as metodologias que são apresentadas a seguir.

3.2 METODOLOGIA

Neste trabalho, se reconhece os termos método e metodologia como distintos, apesar de serem tratados como sinônimos em muitos ambientes. O método já foi descrito anteriormente e a metodologia compreende a organização dos diversos métodos, seus paradigmas, objetivos, enfim as técnicas de pesquisa relativas àquele campo do conhecimento (TURATO, 2003).

Dentro desta concepção e tomando como base o método complexo foram escolhidas metodologias qualitativas para nortear o desenvolvimento desta pesquisa, não deixando de lado nas análises as metodologias quantitativas. Nesta

pesquisa se adotou que ambas não se excluem, porém ampliaram a visão, pois foram utilizadas com rigor científico e dentro de um contexto.

Neste sentido, considerando a importância da multidimensionalidade como elementos de análise, vislumbra-se que a agricultura orgânica não pode deixar de ser vista mediante o prisma da sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2002a) consideram-no possuindo seis dimensões distintas e relacionadas entre si, são elas: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Na figura 2 é possível observar o caráter multidimensional da sustentabilidade, inclusive com a proposição de diferentes níveis entre elas. As dimensões contempladas no primeiro nível (ecológica, econômica e social) são básicas para todo o processo. Não seria possível haver uma agricultura orgânica sustentável na dimensão política (segundo nível) quando esta mesma não possui sustentabilidade econômica.

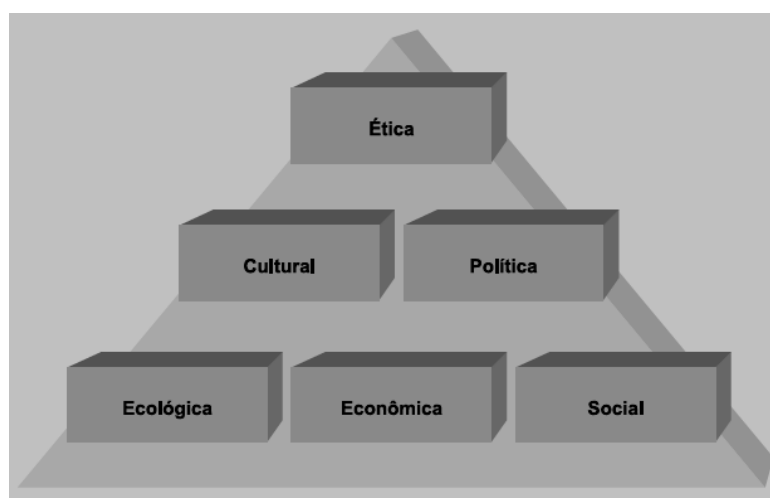


FIGURA 2 – MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE
FONTE: CAPORAL E COSTABEBER (2002a)

Nas metodologias qualitativas está compreendida uma preocupação que vai além de leis e princípios. Por outro lado, a busca da qualidade é particularmente “indicada para situações em que a teoria não é suficiente para solucionar o problema e o pesquisador necessita buscar em campo as variáveis que serão consideradas na análise”, como é o caso na presente (DENCKER, 1998, p.98).

Dentre as metodologias qualitativas, a observação participante compreende uma forma de coleta de dados na qual o pesquisador interage pessoalmente com o contexto observado. Segundo Haguette (2005), o observador pode desempenhar um

papel passivo, quando procura interagir o mínimo possível, ou um papel ativo, que potencializa a sua participação, com a finalidade de obter dados de melhor qualidade e integrar sua ação dentro das ações do contexto que observa. Normalmente, quanto mais tempo o pesquisador está ligado ao contexto pesquisado, mais se assume o papel de observador ativo, o que inclusive pode facilitar mudanças na realidade.

Se por um lado esta abordagem favorece a qualidade dos dados, por outro, em função da proximidade observador/observado, pode causar alguma diminuição da percepção do contexto. Além disso, existe a desvantagem de não se poder generalizar os dados para outras populações da mesma forma como se faria com um levantamento quantitativo. Porém, a profundidade dos dados permite ilustrar realidades e favorecer uma compreensão mais ampla de determinada situação. Nas palavras de Haguette (2005, p. 76), “sua força é também sua fraqueza...”, avalia-se os pontos positivos da abordagem com a consciência dos pontos fracos ou cego, pelo envolvimento e proximidade com a atividade.

Enfim, para uma avaliação adequada da agricultura orgânica na RMC se exige muitos métodos e dados. A pesquisa

da ação empírica exige [...] a observação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto-)observações dos atores e dos espectadores [que] exige técnicas de entrevista; e a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores [e que] exige [...] uma análise sistemática. (BAUER e GASKELL, 2002, p. 18-19)

Na concepção de Bauer e Gaskell (2002), existem quatro dimensões na pesquisa. A primeira diz respeito aos seus princípios estratégicos e neste caso, foi escolhida a observação participante por contemplar os objetivos da melhor maneira. A segunda é relacionada com os métodos de coleta de dados, basicamente expressos por: entrevista individual, grupos focais, observação sistemática e coleta de documentos. A terceira trata das análises dos dados, que é fundamental e contempla análises qualitativas e quantitativas. Finalmente, a quarta dimensão refere-se aos interesses do conhecimento que quando produzidos servem para emancipação e “empoderamento” do segmento na região, ou seja, dos agricultores e consumidores.

Esta técnica de observação participante foi utilizada em diversos eventos ligados à agricultura orgânica, a maioria deles com frequência regular, como é o

caso da reunião do grupo ligado à rede Ecovida de Certificação Participativa em Campo Largo, do Grupo de Estudos de Agricultura Orgânica (GEAO), Colegiado Paranaense para a Produção Orgânica (CPOrg), entre outros, que serão listados posteriormente. Em nenhum dos casos foi ocultado o objetivo da pesquisa. A importância destes diversos pontos de vista dos segmentos da atividade, em diversos momentos, configuram um quadro analítico cada vez mais nítido. Esta nitidez foi conseguida por repetidos questionamentos acerca dos fatores limitantes ao desenvolvimento naqueles eventos.

3.2.1 Universo da pesquisa

A Região Metropolitana de Curitiba abrange 25 municípios, conforme a figura 3. Porém, neste estudo foi feito um recorte para viabilizar as análises com relação ao objetivo geral do trabalho no que diz respeito aos fatores que interferem na consolidação do segmento. Portanto, foram considerados os municípios aonde o trabalho dos agricultores orgânicos já vem sendo realizado há mais de cinco anos e onde os mesmos estão organizados ao redor de alguma entidade associativa. Estas entidades são associações de produtores, cooperativa ou grupos ligados à Rede Ecovida de Agroecologia. Estes critérios delimitam o universo da pesquisa e permitem a avaliação das diversas hipóteses elencadas. Os municípios que se enquadram nesta condição foram (10): Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Lapa, Mandirituba, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

Em função de aspectos práticos, os municípios foram agrupados respeitando características similares, em dois sistemas distintos, representados por: Campo Largo (Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Lapa, Mandirituba,) e Colombo (Colombo, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul).

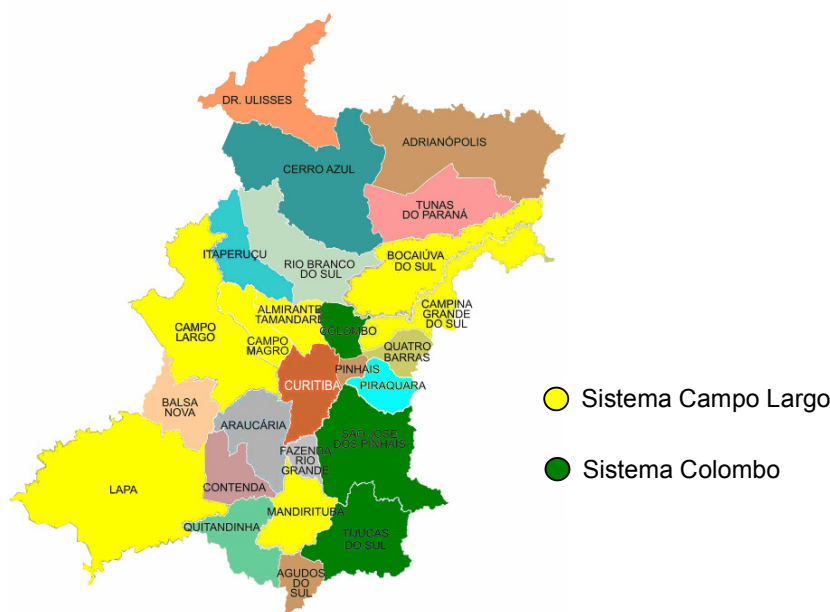


FIGURA 3 - IDENTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS-TÍPICOS NA RMC
 FONTE: IPPUC (2002)

O sistema-típico Campo Largo possui na sua maioria, produtores com comercialização direta (feiras), certificação predominantemente participativa e pequeno apoio de políticas públicas municipais. Campo Largo foi estudado como município-tipo para que suas análises sirvam como ilustração para aqueles outros pertencentes ao sistema. O sistema-típico Colombo demonstrou produtores com comercialização indireta (associação e empresa), certificação predominantemente auditada e médio a grande apoio de políticas públicas municipais.

3.3 FASE EXPLORATÓRIA

Inicialmente foi realizada a fase exploratória que compreendeu a busca de materiais bibliográficos e realização de entrevistas abertas junto aos diversos setores da agricultura orgânica da região. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental foram feitas junto às Associações de Produtores, entidades da sociedade civil organizada, além dos dados das entidades governamentais e trabalhos de pesquisa de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento.

As informações coletadas nesta fase remontam materiais publicados ou não, conversas, visitas técnicas realizadas, em suma as minhas atividades profissionais, a partir de 1997 até a presente data.

3.4 TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo compreendeu entrevistas semi-estruturadas junto aos agricultores e suas famílias, entrevistas abertas junto aos representantes dos diversos segmentos relacionados à agricultura orgânica e grupo focal contemplando estes dois públicos.

A entrevista conferiu certa liberdade ao entrevistador para que o mesmo faça as suas adaptações. Para Minayo (2001) a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Com o enfoque qualitativo, a entrevista não é feita para contar opiniões ou pessoas e sim para explorar os diversos pontos de vista. Em um determinado meio social, existe normalmente um número relativamente limitado de opiniões sobre uma temática. Por isso foi feita uma seleção intencional dos agricultores entrevistados, o que não pode ser confundido com amostra, onde:

a amostragem carrega, inevitavelmente, conotações dos levantamentos e pesquisa de opinião onde, a partir de uma amostra estatística sistemática da população, os resultados podem ser generalizados dentro de limites específicos de confiabilidade (BAUER e GASKELL, 2005, p.68).

Neste caso, o número de entrevistados foi considerado suficiente (10 em Campo Largo e 10 em Colombo) para uma avaliação da realidade com profundidade. O interesse ao fazer a seleção dos entrevistados foi o de descobrir o que justifica e fundamenta aqueles diferentes pontos de vista.

As entrevistas estão distribuídas da forma apresentada (TABELA 1), privilegiando as várias instâncias que compõem o segmento na região. Buscou-se levantar subsídios para posterior análise por triangulação (investigar um mesmo ponto de mais de uma maneira), conforme enfatiza Dencker (1998), como um dos procedimentos para maximizar a confiabilidade dos dados. O ítem universo estimado compreende a quantidade de pessoas aproximada em determinado estrato. A

percentagem do universo retrata a quantidade de pessoas entrevistadas em relação ao universo estimado.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS NA RMC

DESCRIÇÃO DO PÚBLICO	NÚMERO DE ENTREVISTAS	UNIVERSO ESTIMADO	% DO UNIVERSO
Profissionais da extensão e de assistência técnica*	2	2	100
Agricultores	10 /município -típico	20 em Campo Largo e 30 em Colombo	50 e 33
Gerentes do Banco do Brasil dos municípios*	2	2	100
Dirigentes municipais de política agrícola*	2	2	100
Dirigentes de Associações de produtores orgânicos*	2	3	66

FONTE: CIDADE JUNIOR (2006)

NOTA: (*) O público identificado foi entrevistado por meio do roteiro do apêndice 2

Antes da realização definitiva das entrevistas foi feita uma entrevista-piloto com os agricultores orgânicos de Campo Largo. Procedeu-se alguns ajustes de linguagem e forma e daí mais uma vez foi testada, desta feita em Campo Magro. Mais alguns ajustes se fizeram necessários e então a entrevista foi levada à campo.

A seleção dos entrevistados foi feita priorizando os agricultores familiares em detrimento dos chamados neorurais, os quais são formados por pessoas oriundas do meio urbano, que adquirem propriedade rural e desenvolvem diversas atividades agrícolas (FEIDEN, 2001). Isso se deu, devido ao grande número de agricultores familiares que se encontram na região e que poderão ser beneficiados pelos resultados da pesquisa. Em contrapartida, os agricultores neorurais, devido às suas características econômicas e sociais, não enfrentaram os mesmos entraves que os familiares. A sua entrada na seleção dos entrevistados acarretaria uma série de equívocos nas conclusões, pois os entraves dos neorurais não se configuraram nas respostas dos agricultores familiares (DAROLT, 2000).

Nesta fase do trabalho, as entrevistas foram divididas em duas partes. Um primeiro contato, onde os objetivos do trabalho foram apresentados e inclusive para aqueles agricultores que ainda não conheciam o entrevistador. Foi feita a apresentação pessoal, além de informar que o extensionista municipal conhecia a pesquisa e havia recomendado seu nome. Este último fato colaborou no sentido de dar mais confiabilidade ao pesquisador e reduzir as dúvidas e medos naturais dos agricultores diante de uma pessoa estranha que fez muitas perguntas, em um

contexto metropolitano cada vez mais violento. No caso de concordância da família em participar da pesquisa, se agendou a data da próxima fase.

A segunda parte foi composta por uma vivência, onde o pesquisador passou de 4 a 6 horas junto com a família em atividades cotidianas de trabalho. Desta forma, vários aspectos foram observados, desde as questões tecnológicas até os motivos de mudança e as lógicas contempladas nestes processos. Na sequência foi feita uma entrevista semi-estruturada, conforme apêndice 1. Nesta entrevista, algumas perguntas foram feitas para confirmar ou confrontar o discurso com a prática do agricultor, devido à observação anterior. Ao final da entrevista deixou-se uma folha contendo os principais pontos da conversa para que na eventualidade da família recordar de alguma questão relevante, pudesse então anotar para posterior coleta, no caso no grupo focal, porém não houve retorno de nenhuma folha.

A etapa seguinte compreendeu um trabalho de grupo focal. Foi proposta uma reunião com todos os participantes daquele município, onde foram discutidos os resultados levantados nas entrevistas. Diante da perspectiva grupal e comunitária, foi feita uma leitura da dinâmica coletiva no sentido de buscar ainda mais contextualização. Isso se dá porque os valores do grupo influenciam as atitudes de cada família individualmente e vice-versa. Barros (1994, p. 412-413) afirma que “entre nós e os demais membros do nosso grupo há uma atitude de ‘expectativa’, que é bidimensional, porque sempre esperamos dos outros determinada atitude, ao mesmo tempo que os outros esperam de nós a mesma coisa.”

Nesta reunião, os participantes foram estimulados a falar sobre os pontos mais centrais da pesquisa e foi observada a dinâmica grupal. Em comparação com a entrevista, o grupo focal possui uma interação mais profunda, pois é uma pequena unidade social em ação. Nela “os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual, como no caso da entrevista.” (BAUER e GASKELL, 2005, p.75).

No grupo focal se manifestam processos que dificilmente afloram em uma entrevista e que são fundamentais na explicação de gargalos ou dificuldades para o avanço da agricultura orgânica. O grupo possui atributos diferenciados, por exemplo, sinergia: ele representa mais do que a soma de cada participante. Nesta unidade social em movimento de ação e reação, percebe-se um envolvimento emocional que dificilmente é notado em uma entrevista. Os processos de liderança e expressão de

opinião se manifestam colaborando na triangulação das análises (BAUER e GASKELL, 2005).

Para este trabalho foram utilizados figuras e objetos como materiais para estimular a discussão e a reflexão, o que redundou em bons resultados, por ampliar a contextualização da problemática e de alguma forma poder concretizar o tema. Neste sentido, Minayo (2005) afirma que o objetivo reside em explorar a “topografia” das opiniões, buscando os assuntos mais polêmicos, que inevitavelmente estão ligados aos gargalos da agricultura orgânica na região.

Com relação ao trabalho de campo, muitos dos agricultores que foram entrevistados já conheciam o pesquisador de longa data. Especialmente, os agricultores de Campo Largo, município que trabalho há 11 anos e onde começamos a agricultura orgânica praticamente juntos. Aprendi muito com eles e a recíproca é verdadeira. Por outro lado, com os agricultores de Colombo, tive uma vivência menor, pois trabalhei no município por um período curto. Mas, em diversas visitas técnicas e eventos, sempre mantivemos contato. Estas visitas técnicas privilegiavam o município de Colombo em função do número de agricultores orgânicos do município, políticas de apoio e associativismo consolidado.

Este trabalho difere de outros, pois os entrevistados já foram observados, analisados, indagados, muitas vezes e por muito mais tempo do que por uma entrevista padrão ou questionário. Este fato colabora no sentido da acuracidade dos dados levantados, pois além do instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevista) existe o conhecimento do histórico da família, da área e não apenas uma fotografia do presente, que pode às vezes iludir o pesquisador menos atento.

Neste sentido, o entrevistador não é um total desconhecido, pois faz parte do segmento, não apenas como consultor, pesquisador, mas também como consumidor. O entrevistado pôde dedicar-se aos pontos nevrálgicos do trabalho e em momentos específicos foi questionado em função do histórico e da realidade conhecidos pelo entrevistador.

Por certo, esta posição não tem apenas vantagens, pois em algumas questões, o que se perguntou dizia respeito ao trabalho de pessoas próximas ou até do próprio entrevistador. Mas, na ciência não é possível pensar que o observador não afeta o observado. Quem assim o faz, acaba se iludindo, pois um simples gesto descontextualizado durante uma entrevista pode mudar todo o seu resultado. Segundo Minayo (2005), em sendo a observação uma interação de pessoas, nela o

pesquisador altera o contexto e por ele é alterado. Se por um lado, a presença do observador pode provocar comportamentos artificiais ou respostas “bonitas” e falsas; por outro, quanto maior o tempo no campo de pesquisa, menor o efeito-visita. Os agricultores tanto em grupo quanto no âmbito de sua família foram se acostumando com a presença do observador, o que favoreceu e muito a pesquisa.

Também, foram coletados dados e informações oriundas das reuniões mensais do GEAO (Grupo de Estudos de Agricultura Orgânica). Neste grupo foram discutidos temas no âmbito da Região Metropolitana com os diversos atores. A seleção do tema é definida no mês anterior e o grupo busca pessoas/instituições para aprofundar o mesmo. A participação foi livre e os participantes foram bastante heterogêneos quanto aos municípios e papéis dentro do segmento. Desde estudantes, consumidores, agricultores até dirigentes setoriais participaram das reuniões. Neste grupo foram gerados relatos que além de serem enviados aos participantes para averiguar a sua fidedignidade, serviram como coleta de dados no âmbito da observação participante.

Portanto, neste enfoque existe a integração do pesquisador que tem um papel no grupo pesquisado, mas não tem uma ação pré-estabelecida. Na realidade o grupo conhecia os objetivos da pesquisa e o próprio pesquisador. Um dos pontos mais ricos deste enfoque é a possibilidade de observar as relações e inter-relações entre os atores no momento em que elas ocorrem e a partir disso estabelecer alguns indicativos que apenas em entrevistas isoladas não seriam captados (DENCKER, 1998).

Em suma, buscou-se, através destas abordagens (qualitativas), apreenderem a dinâmica e a complexidade dos fenômenos sociais em seu contexto natural, apresentando-se como alternativa para a rigidez, a fragmentação e o distanciamento entre pesquisador e objetos pesquisados (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

3.5 ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO

A análise e interpretação dos dados exigem tempo e esforço. Não existe uma fórmula ou planilha que tabula as informações qualitativas. Bauer e Gaskell (2005) concluíram que esta fase demanda uma imersão do pesquisador na

pesquisa, onde há um processo de leitura e releitura dos roteiros, aliados às observações durante e após as entrevistas. O que residia nas entrelinhas e o que não foi falado, mas foi comunicado, colaborou no processo de traçar algumas linhas de análise.

As entrevistas não foram transcritas, porém durante a realização das mesmas, todas as informações eram anotadas, inclusive os pensamentos não relacionados àquela pergunta, pois de alguma maneira havia uma ligação entre eles. Após o final de cada entrevista, já distante dos entrevistados, se gravava uma série de impressões, comentários e fatos observados durante a entrevista e a vivência. No momento da análise das entrevistas, estes comentários foram recuperados para colaborar no processo de interpretação. O mesmo se deu após a realização dos grupos focais para manter a riqueza das discussões.

A organização dos dados para posterior processamento é uma das fases mais complexas na análise desta pesquisa e está ligada intensamente com as fases anteriores. Neste caso, foram planejados eixos comuns que guiaram a organização dos dados e sua posterior análise. Por exemplo, nas dificuldades dos agricultores no período de conversão, foram elencadas, na parte qualitativa, fatos e informações que possibilitassem dimensioná-las, considerando um repertório de respostas. Da mesma forma, na parte quantitativa, os relatos foram organizados de modo que ampliassem o entendimento da mesma questão que já fora qualitativamente dimensionada (MINAYO, 2005).

Com relação aos dados coletados através das entrevistas, eventos e vivências nos municípios de Campo Largo, Colombo e Curitiba, foram suficientes para a análise das hipóteses. Neste sentido, observou-se que as informações e idéias sobre as questões da pesquisa começavam a se repetir, dentro do número de entrevistas arbitrado. Esta condição indica, segundo Minayo (2005, p.189) “que o material construído no campo está suficiente” e que o número de entrevistas e a seleção dos entrevistados foram acertados.

Contribuindo na organização dos dados, foram elaboradas estruturas de análise. Elas foram constituídas por aproximações progressivas que deram origem a conjuntos, por exemplo, quanto à certificação foram agrupadas questões relativas à motivação, avaliação de custo, quantidade de certificados por propriedade, impressões sobre a mesma, demandas de melhorias nas propriedades. Enfim, todas

estas informações eram organizadas para se estabelecer as conclusões da forma que as mais diversas categorias facilitassem a compreensão do todo.

Os procedimentos que se seguem foram adotados para as análises:

- considerou-se como fundamental a fala e a prática dos agricultores e os não-agricultores (técnicos, gestores e consumidores) nas entrevistas individuais, por se avaliar que este era o material mais rico da investigação qualitativa;
- igualmente, foi considerada a fala, a interação nos grupos focais e reuniões observadas;
- os materiais foram divididos por duas categorias de atores: agricultores e não-agricultores;
- objetivou-se triangular as falas dos grupos focais com as entrevistas individuais, relatos de observação no campo, além de materiais produzidos pelo setor na região;
- os relatos de cada categoria foram organizados ao redor das questões principais (fatores que afetam o desenvolvimento): tecnologias de produção vegetal, políticas mantidas com recursos públicos, mercado e estratégias de organização;
- dentro de cada categoria, separaram-se os relatos por sistema-típico (Campo Largo e Colombo) (MINAYO, 2005).

É necessário chamar a atenção para alguns conceitos básicos ligados ao termo *interpretação*. Segundo Minayo (2005), é fundamental a diferenciação de descrição, análise e interpretação de dados. De fato, na descrição existe apenas a reprodução dos dados, com a idéia questionável de que “os dados falam por si”. A análise preconiza a decomposição de um conjunto de dados e busca a relação entre as partes. Normalmente, é um passo além da descrição. Finalmente, a interpretação busca os sentidos das falas, ações e reações para chegar além dos limites da análise e da descrição. Este “é o ônus do investigador” (MINAYO, 2005, p. 203). Diante deste ônus, não se pode esquivar, quando o objetivo é uma pesquisa conseqüente.

Ainda, segundo Minayo (2005), a interpretação é a parte mais rica do trabalho, pois representa uma interpretação das interpretações dos entrevistados. Se por um lado, os procedimentos de descrição e análise dividem, separam e

desconstróem, por outro lado, na interpretação são substituídos por atividades de síntese, de tecer junto e de suturar. Nesta etapa, explica-se o que foi dito, visto, representado, sentido e também se dá conta dos conflitos e paradoxos inerentes à mesma.

Esta “sutura” ocorreu e viabilizou a contextualização concebida inicialmente da pesquisa, a partir dos diálogos entre:

- a dimensão teórica (os conceitos e os referenciais) e os dados empíricos;
- os textos e seus contextos;
- as questões, os pressupostos, os objetivos e os dados; as informações trazidas do campo e os indicadores previamente estabelecidos (MINAYO, 2005, p. 207).

4 A AGRICULTURA NA RMC

A agricultura na RMC teve grande impulso com a chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX. Isso se deu em função da influência do presidente da Província do Paraná, o Sr. Lamenha Lins, que incentivou este processo para dotar a capital de abastecimento de alimentos (SAGA DOS POLACOS, 2007). Com o passar do tempo as colônias foram se estruturando e desenvolvendo suas aptidões agrícolas. Os colonos poloneses e ucranianos avançaram na cultura da batata, centeio e trigo. Já os italianos, que trouxeram a videira, implementaram a vitivinicultura. Segundo Camargo (2006), até 1900, cerca de 29 colônias foram instaladas ao redor de Curitiba com aproximadamente 30 mil imigrantes. Enfim, cada colônia buscou a sua subsistência e depois a comercialização através de feiras que aconteciam no centro de Curitiba, mais precisamente no Largo da Ordem e também em outras regiões.

A agricultura até os anos de 1960 era diversificada e integrava a pecuária e a agricultura além da exploração das florestas remanescentes. Havia pouca dependência de insumos de fora da propriedade e os animais eram a principal forma de tração.

Já nos anos 1970, com o processo chamado modernização da agricultura, fomentou-se pelo uso do crédito rural a adoção de pacotes tecnológicos que visavam basicamente o aumento da produção utilizando intensivamente os adubos químicos, sementes melhoradas, os agrotóxicos e a tração mecânica. Foram criadas as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA) em Curitiba para organizar o mercado, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) atual EMATER-PR estava em fase de grande crescimento.

Nos anos 1980, as áreas cultivadas cresceram e a cultura da batata generalizou-se na porção oeste da RMC, enquanto a olericultura avançou no norte e leste.

Na década de 1990 os efeitos deletérios da agricultura moderna começaram a se expressar por meio do aumento das intoxicações de agricultores, perdas de solos e contaminação de mananciais. Os prejuízos econômicos para os agricultores que não conseguiram competir com outras regiões produtoras levaram muitos a sair da região ou parar com as atividades.

A RMC sofreu grandes mudanças nos últimos 15 anos. A cultura da batata, que era um sustentáculo da economia de muitos agricultores e fazia o comércio próspero em muitos municípios, migrou para regiões que ainda possuíam solos em condição de suportar a cultura em manejo convencional. As culturas de milho e feijão também migraram para regiões com áreas maiores e relevo que facilita a mecanização, notadamente o Centro-Oeste brasileiro. Com a perda de competitividade para estas áreas, muitos agricultores se inviabilizaram e passaram por um tempo de descapitalização e sucateamento de máquinas e equipamentos (COSTA, 2004).

Um expressivo êxodo rural, principalmente de jovens, se abateu sobre a região. A proximidade da capital, o acesso facilitado através de uma rede integrada de transporte público e os insucessos na agricultura configuravam um sedutor convite. Desta forma, Moura e Kleinke (1999), avaliaram o crescimento populacional da capital e dos núcleos urbanos das cidades metropolitanas como significativo. Outro fator que colaborou neste processo foi a atração de diversas indústrias do ramo da metal-mecânica para a região em meados dos anos 1990.

Todos estes fatores colaboraram para o aumento da demanda de água na RMC, o que impulsionou a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) a buscar mais locais para a captação de água e fomentar a melhoria da qualidade em alguns outros. Para tanto, foram criadas diversas APA's estaduais para a proteção dos mananciais e com isso ficaram estabelecidos zonamentos específicos para estas áreas (ANDREOLI *et al.*, 2000).

Se por um lado a legislação buscava proteger os mananciais, por outro lado restringia as atividades agropecuárias convencionais pelo seu impacto no ambiente. Isto abriu diversas possibilidades para a implantação da agricultura orgânica em áreas significativas, porém não é o que se observa na realidade, conforme será discutido mais adiante.

A figura 4 mostra a divisão da região para os trabalhos do órgão oficial de extensão rural: Microrregião de Agricultura Intensiva, Microrregião do Alto Ribeira e Microrregião dos Mananciais (EMATER-PR, 2004).

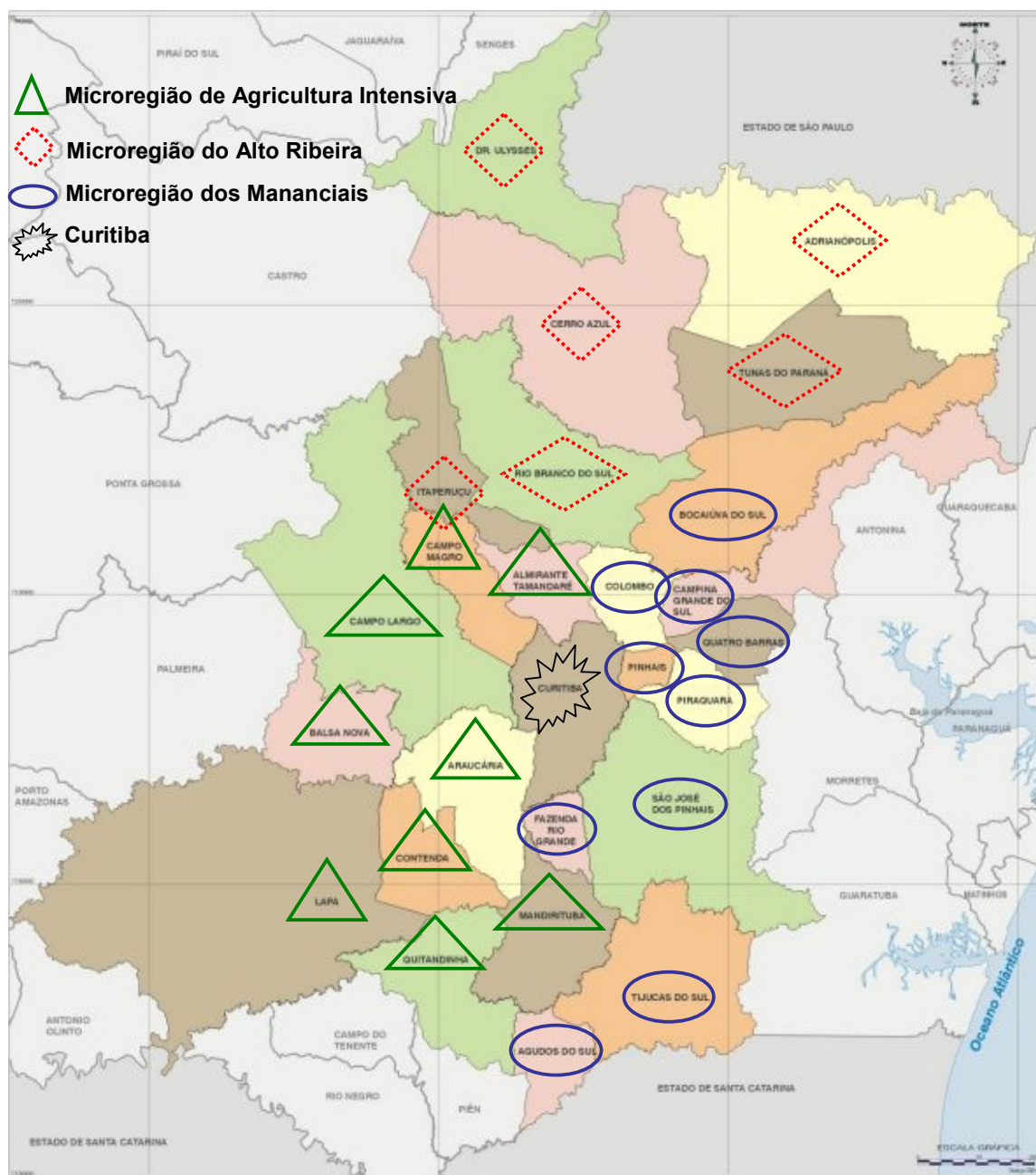


FIGURA 4 – DELIMITAÇÃO DAS MICRORREGIÕES DA RMC
 FONTE: COMEC (2004b)

4.1 A AGRICULTURA ORGÂNICA NA RMC

4.1.1 Histórico

Como já mencionado, a agricultura orgânica na região teve seu início por meio de um trabalho do órgão oficial de extensão rural (EMATER), no início dos anos 1980, no município de Agudos do Sul, sendo que após a saída do profissional que assessorava o grupo de agricultores o trabalho ficou prejudicado. Por volta de 1986, uma família de agricultores chegou do oeste do estado com uma experiência de 15 anos de produção orgânica na bagagem. A família Konzen estabeleceu-se no município de Colombo e iniciaram suas atividades. Faziam a comercialização por meio de sacolas, e em 1991 conseguiram autorização para montar uma barraca na feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba (MANUAL DE AGRICULTURA ORGÂNICA, 1991).

Segundo Darolt (2000), neste mesmo ano, era criado o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV), por um grupo de técnicos e pessoas que desejavam expandir e promover a agricultura orgânica nos moldes do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) de Botucatu – SP. Suas atividades foram focadas em cinco regiões no Paraná, estando a RMC contemplada em um projeto de olericultura.

Com o avanço destes trabalhos novos agricultores foram se aproximando desta “nova” maneira de produzir. A partir de junho de 1993, um grupo maior de feirantes se somou à família Konzen, na feira de domingo. Mas, das oito barracas pioneiras restaram cinco no final de 1994. Ainda neste ano, com o advento do Programa Paraná Rural, do governo estadual em parceria com o Banco Mundial, foram capacitados 25 extensionistas da EMATER-PR (DAROLT, 2000).

Segundo CEAO (2002) após pesquisas da Prefeitura Municipal, bem como a consulta aos agricultores e também apoio da EMATER-PR, foi recriada aquela feira, porém em local e dia diferenciado: Passeio Público e aos sábados. A nova iniciativa aconteceu em março de 1995 e contou com 10 agricultores.

A partir da Associação Paranaense dos Secretários do Meio Ambiente e Agricultura (APASEMA) foi organizada uma excursão técnica para o Rio Grande do

Sul, envolvendo agricultores e profissionais das Prefeituras e EMATER-PR da RMC em 1996. Durante dois dias, o grupo visitou propriedades orgânicas e comprovaram a sua viabilidade. Nesta empreitada, conheceram pessoalmente o Sr. Delvino Magro, o qual preconizou o biofertilizante “Supermagro”. Este grupo retornou a RMC, com muitas idéias e animados pelos profissionais da assistência técnica iniciaram as suas experiências (CIDADE JUNIOR³, 1996).

Afirma Karam (2001) que a atividade encontrava-se em franca expansão, originando ainda em 1995 a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), com sede em Quatro Barras e atualmente intitulada Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia. Nesta época, o IVV conseguiu aprovar um projeto junto a entidades européias e com isso pode implementar a assistência técnica aos agricultores.

Em 1996, a AOPA firmou uma parceria com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA) e com uma agência de cooperação belga e viabilizaram recursos para implementar o Programa Regional de Agroecologia (PRA). Este programa teve o enfoque no desenvolvimento da agricultura orgânica mediante a visão de toda a cadeia (CEAO, 2002). O efeito desta iniciativa e de outras proporcionou os resultados que podem ser avaliados na figura 5.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	NÚMERO DE ATIVIDADES			
	1996	1997	1998	1999
Agricultores Orgânicos	180	219	265	301
Grupos de Agricultores Orgânicos	9	13	18	21
Municípios	9	13	16	19
Feiras	1	2	2	2
Lojas (Superm., Quitandas)	0	4	12	21

FIGURA 5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ATIVIDADES LIGADAS À PRODUÇÃO ORGÂNICA NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA DO PARANÁ (AOPA)

FONTE: CEAO (2002); DAROLT (2000)

Já no ano de 1997, a AOPA passou a atuar junto com a Associação de Produtores Agrícolas de Colombo (APAC) e otimizou o uso de suas instalações, bem como fortaleceu o grupo de agricultores daquele município. A parceria foi proveitosa também para a APAC que se beneficiou da base filosófica e da organização da AOPA (SILVA, 2002).

³ CIDADE JUNIOR, H. A. **Relato de viagem à Ipê e Antônio Prado – RS**. Araucária, 07/1996. Informação verbal.

A parceria entre as associações durou até o ano de 2000, quando divergências entre seus dirigentes levaram a AOPA a buscar nova localização em Curitiba. Percebe-se assim a fragilidade do associativismo na região, inclusive entre associações. Com esta cisão, as duas associações passaram a ser concorrentes como fornecedoras das redes de supermercados de Curitiba.

A AOPA apresentou dificuldades na comercialização e pagamentos dos associados que amargaram prejuízos no ano de 2001, levando ao encerramento das atividades comerciais da associação. No início de 2002, foi fundada a empresa Armazém Agroecológico pela empresa INCOFIN Paraná Participações S.A. e um grupo de consumidores e agricultores para operacionalizar vendas de produtos, que durou até 2003. A partir daí a AOPA trilhou um caminho mais próximo das atividades de uma organização não governamental, com uma representação mais pronunciada diante de outras entidades e do governo, além de organizar a produção e tentar abrir novos canais de comercialização (CEAO, 2002).

Neste sentido, ainda segundo CEAO (2002), foi elaborado um trabalho em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para resolver a problemática do processamento do leite e derivados que vinha apresentando problemas, que variavam desde maquinários, tecnologias até questões legais. Porém, as dificuldades prevaleceram e atualmente existe apenas um produtor de leite orgânico na RMC, o qual possui um prazo para finalizar seu processo de adequação.

Em outras áreas os agricultores individualmente continuaram suas atividades, comercializando por meio das feiras ou por empresas. A AOPA buscou uma nova missão mais voltada ao fomento da agroecologia, cursos e execução de projetos e desde então desenvolve projetos como o Iguatu e Florestando, alguns deles com abrangência na RMC.

Como a atividade anterior da AOPA estava ligada à comercialização, a certificação dos grupos era realizada sob a organização da mesma. Ao mudar o foco, os grupos integrantes ficaram sem certificação. Como já havia uma articulação nos estados do sul do Brasil referente à certificação participativa, a AOPA através de sua estrutura e conhecimento regional criou o núcleo Maurício Burmester do Amaral (MBA) para que pudesse ser realizada esta maneira de certificação em 14/11/2002 (PINHEIRO, 2004).

Já a APAC, ampliou suas instalações com recursos do Programa Paraná 12 Meses e com verbas de emendas parlamentares sendo uma referência no estado, recebendo diversas caravanas técnicas para conhecer os associados e sua infraestrutura. Porém, em 2005, em uma conjugação de problemas administrativos, de descontos absurdos exigidos pelas redes de supermercados e de falta de acompanhamento dos associados, esta associação fechou as portas. Era a última associação da RMC que funcionava com atividades comerciais e encerrou seu funcionamento após 20 anos deixando dívidas e dúvidas.

Ainda com relação ao histórico do setor empresarial é possível citar iniciativas, como a da empresa Nova Era (Campo Largo - 1998-99) que comercializava com redes de supermercado. Não resistiu às práticas de comercialização dos supermercados, tendo que ratear os prejuízos com os seus fornecedores (outros agricultores familiares), alguns deles desanimaram de maneira definitiva e retornaram para a convencional.

Já a empresa Rio de Una, começou a se estruturar no ano 2000, com a contratação da agrônoma Rosângela de Almeida, que iniciou os trabalhos na região de Colombo, quando prestou serviços para a EMATER-PR. Sua linha de produtos é composta por hortaliças embaladas e processadas e está presente nas maiores redes de supermercados.

Para completar as iniciativas empresariais, cita-se a empresa Fruto da Terra, que é oriunda de Colombo. Seus proprietários tiveram a oportunidade de ir na viagem técnica ao Rio Grande do Sul (1996) e iniciaram a produção orgânica naquela época. Foram associados da AOPA, depois fizeram parte dos agricultores que abasteciam a AOPA e a APAC e finalmente desenvolveram-se a ponto de seguirem seu próprio caminho, na comercialização.

4.1.2 O conceito adotado

No presente trabalho se reconhece a discussão e confusão de termos envolvendo a agricultura orgânica e a agroecologia na RMC. Porém, este litígio não é o foco principal deste trabalho, portanto assume-se aqui a expressão agricultura orgânica, porque é o termo mais consolidado junto aos agricultores e consumidores

da região. É necessário esclarecer que mesmo o termo orgânico ainda é uma incógnita para muitos consumidores que costumavam igualá-lo com a hidroponia⁴. Isso quando não afirmam que aquela é superior a esta, pelas plantas não estarem em contato com a terra.

Além disso, o que contribui ainda mais para esta confusão é a prática de algumas redes de supermercado que misturam deliberadamente estes produtos nas gôndolas. Esta confusão foi bem relatada nos estudos de Silva (2006, p. 77) que afirmou: “para muitos consumidores, um passa por sinônimo do outro.”

Adicionalmente, a legislação brasileira relativa ao assunto, por meio da Lei 10.831 de 23/12/2003, concebeu que:

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permaculturas e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei (BRASIL, 2003).

A dimensão legal colabora para a organização de qualquer setor e a partir da regulamentação da lei será possível vislumbrar menos confusões de termos.

O conceito de sistema orgânico de produção adotado por esta lei é:

Todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais e a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Entretanto, foi identificado na região, notadamente no segmento dos profissionais de assistência técnica, algumas organizações não governamentais (ONG's), empresas públicas e universidades, uma corrente pontuando a agroecologia com um patamar superior à agricultura orgânica e em alguns casos uma simples substituição de termos. Segundo Caporal e Costabeber (2002a, p. 71), é muito comum confundir a “Agroecologia com um modelo de agricultura, (...) e até

⁴ Hidroponia é uma técnica de cultivo de plantas em meio líquido, utilizando uma solução com adubos altamente solúveis. Nesta técnica, a utilização de agrotóxicos não é proibida, ocorrendo com frequência.

com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos”. Essa confusão é amplificada, quando os agricultores ouvem frases equivocadas do tipo: “agora, temos que converter as áreas orgânicas para agroecológicas”. Isto piora o quadro de entendimento dos consumidores, que conforme já mencionado, não estão solidamente posicionados sobre o que é o alimento orgânico, quanto mais sobre o agroecológico.

No entendimento de Caporal e Costabeber (2002a), a agroecologia é um enfoque científico fundamental para subsidiar a transição da agricultura convencional para modelos mais sustentáveis. No entanto, ela vai além de uma disciplina, reúne vários campos do conhecimento. Colaborando neste sentido, segundo Gliessman (2005, p. 56), a agroecologia “é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas” e também “um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.”

Finalmente, conclui-se que a agroecologia não é um novo tipo de agricultura, porém propõe e estuda caminhos para agriculturas mais sustentáveis. É uma ciência. As cisões e partidarismos observados, onde os defensores da agroecologia criticam os da orgânica, são contraproducentes.

O fato que deve ser criticado é a “agricultura ecologizada”, que segundo Caporal e Costabeber (2002a), não se sustenta no passar do tempo, tem características próximas da convencional, porém “maquiada” com alguns atributos verdes. Esta agricultura, apenas troca os insumos, consegue atender os parâmetros mínimos das normas de produção, por algum tempo, mas não se preocupa com a sustentabilidade do sistema. O único objetivo desta agricultura é um prêmio econômico e por isso minimiza certos compromissos éticos, ambientais e sociais. Então, chamar isso de agricultura orgânica é prestar um desserviço à comunidade, aumentar a confusão dos consumidores e criar polêmicas desnecessárias no setor.

O conceito adotado de agricultura orgânica neste trabalho é derivado da frase do agricultor gaúcho Jaime Tondello, que ao receber a delegação de técnicos e agricultores da RMC, em 1996, sentenciou: “agricultura orgânica é o agricultor estender a sua mesa ao consumidor” (CIDADE JUNIOR, 1996). Trata-se de alimento produzido com qualidade, respeito, tecnologia, amor, saúde, enfim, muitos valores dificilmente mensuráveis e pertencentes às dimensões distintas. Definitivamente, vai

muito além do simplismo de não utilização de agrotóxicos e adubos altamente solúveis e possuir um selo.

4.2 OS AGRICULTORES ORGÂNICOS E SUAS PROPRIEDADES

Os agricultores orgânicos na RMC têm sido classificados em três trajetórias sociais diferentes, conforme Darolt (2000), Karam (2001) e Pinheiro (2004, p. 79):

“agricultor tradicional”, para os casos em que o entrevistado percorreu toda a sua trajetória social no meio rural; “neorural” para designar pessoas provenientes do meio urbano e que posteriormente se tornaram agricultores e “migrante” para aquele agricultor que migrou para a cidade, teve um período de experiências urbanas e retornou posteriormente a agricultura.

Neste trabalho, foi priorizada a categoria dos “agricultores tradicionais” devido à representatividade desta em relação às outras no contexto metropolitano e por ser esta categoria que enfrenta de maneira mais intensa os fatores que afetam o desenvolvimento, aqui chamados de gargalos.

Em pesquisa realizada entre 1998 e 2000, Darolt (2000) evidencia que a maior parte dos agricultores orgânicos entrevistados por ele estava concentrada em três municípios: Colombo (26,3%), Tijucas do Sul (26,3%), Campo Largo (22,8%) e o restante (24,6%) estava distribuído em outros nove municípios. No que tange às características pessoais, a maioria possuía na época idade média de 40 anos, eram “casados (76,5%) e em média as famílias são compostas pelo casal e mais 2 ou 3 filhos” (DAROLT, 2000, p. 181). Em outra pesquisa, Darolt afirma que os agricultores orgânicos são mais jovens e têm um número menor de filhos que os convencionais. (DAROLT, 1999)

Ainda sobre o perfil dos agricultores orgânicos, Darolt (2000) afirma que 89,7% são proprietários das áreas, o que configura um vínculo estável com a terra, colaborando para a sustentabilidade da atividade. Cerca de 82% do que foi produzido serve para a comercialização. Ainda, 17,5% não possuíam animais na unidade produtiva, além da constatação da pouca produção de frutas, o que caracteriza uma debilidade do sistema com relação à diversidade de produtos.

Finalmente, nesse estudo conduzido há quase 10 anos, 95% dos agricultores desconheciam as políticas públicas para o setor.

4.2.1 Motivação

A presente pesquisa levantou nos dois municípios-tipo dados referentes aos agricultores para a ilustração de um perfil da família e das propriedades orgânicas. Os motivos que levaram os agricultores a mudar de um sistema de agricultura convencional para um sistema de produção orgânico foram divididos em três grupos principais. Os motivos econômicos, que demonstraram a redução dos custos de produção e por consequência a inviabilização da propriedade, além da diferenciação do produto no mercado. Os motivos de saúde, que diziam respeito à saúde dos agricultores (alguns intoxicados várias vezes) e dos consumidores. Finalmente, os motivos ambientais, que estavam relacionados com a proteção dos mananciais e a recuperação do ambiente que estava degradado.

Em Campo Largo, com respeito à motivação que os levou a mudança de sistema, 70% alegaram motivos econômicos, 20% motivos de saúde e 10% motivos ambientais e filosóficos, conforme mostra a figura 6.

Em contrapartida, na pesquisa conduzida por Curitiba (2006a) pela Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), em um levantamento que entrevistou todos os 56 feirantes orgânicos em atividade, chegaram aos dados demonstrados na figura 7. Estes feirantes representam os mais diversos municípios da RMC (Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, entre outros, além do município de Barra do Turvo no estado de São Paulo). Estes dados foram conflitantes com as entrevistas realizadas em Campo Largo, pois a questão econômica foi mencionada por apenas 9% dos entrevistados na pesquisa feita por Curitiba (2006a). De fato, acredita-se que houve um problema na formulação da questão na pesquisa de Curitiba, pois as pesquisas de outros autores apontam resultados semelhantes aos encontrados no presente trabalho (DAROLT, 2000; ALMEIDA, 2003).

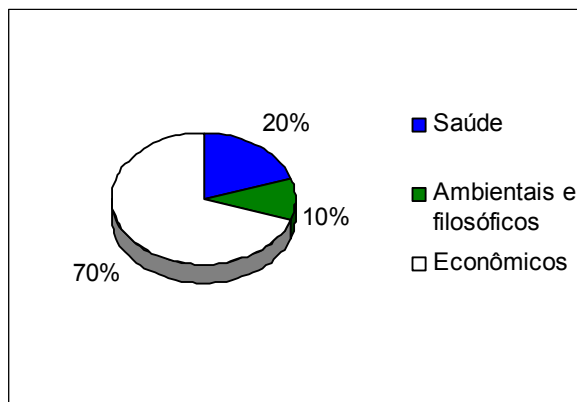


FIGURA 6 – MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE CAMPO LARGO ENTREVISTADOS NA PESQUISA
 FONTE: O AUTOR (2007)

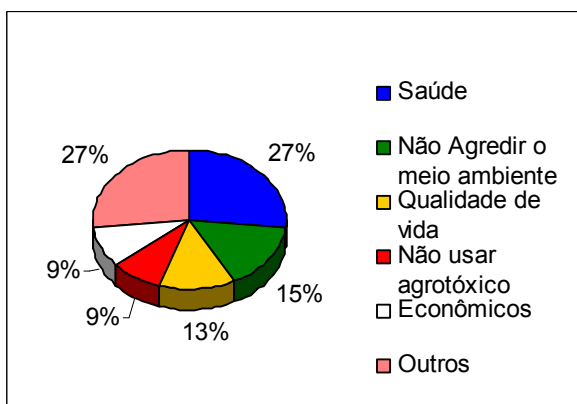


FIGURA 7 – MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES FEIRANTES EM CURITIBA
 FONTE: CURITIBA (2006a) ADAPTADO PELO AUTOR

Em Colombo, neste mesmo sentido, os motivos que levaram as famílias entrevistadas para a mudança de sistema estão expressos na figura 8, onde novamente as questões econômicas foram as prevalentes.

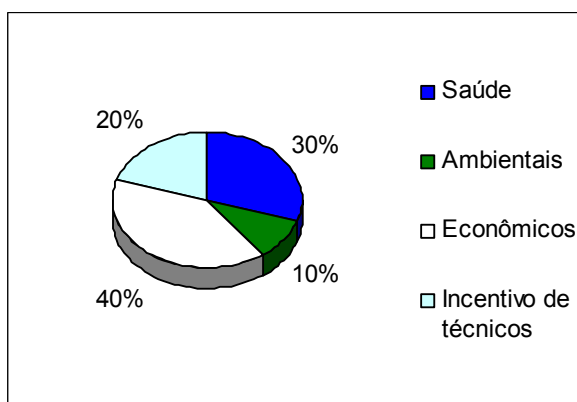


FIGURA 8 – MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE COLOMBO ENTREVISTADOS NA PESQUISA
 FONTE: O AUTOR (2007)

Já em outro estudo conduzido em Colombo, Almeida (2003) discutiu as motivações para a mudança para agricultura orgânica. Encontrou 50% dos entrevistados afirmando que o motivo era a perspectiva de ampliar rendimentos aproveitando o crescimento da demanda, 30% apontou questões de saúde e 20% outros motivos, como retrata a figura 9. Percebe-se aí claramente a priorização da dimensão econômica sobre as outras.

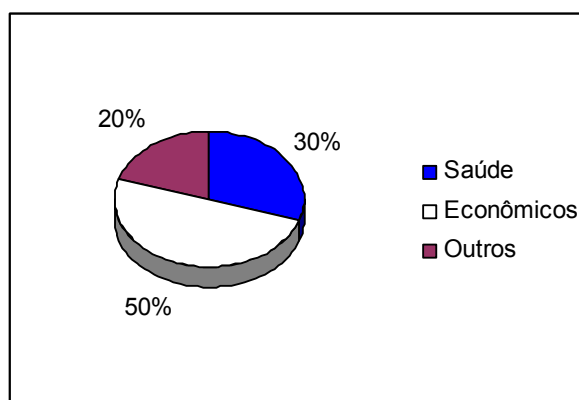


FIGURA 9 – MOTIVOS PARA MUDANÇA DOS AGRICULTORES DE COLOMBO
FONTE: ALMEIDA (2003)

Ainda citando outra pesquisa conduzida com agricultores orgânicos na RMC, Darolt (2000) identificou na sua amostra uma maior preocupação dos agricultores com a saúde para a mudança (68,4%). Sendo seguida de perto pelos motivos econômicos (66,7%) e em terceiro lugar as convicções ideológicas com 35,1% das respostas, o que corrobora a argumentação anterior. Darolt entrevistou 57 agricultores e os dividiu em quatro categorias, que apresentaram lógicas diferentes com relação à motivação para mudança, conforme pode ser observado na tabela 2. Cabe ressaltar que esta questão admitiu mais de uma resposta, por isso a soma dos valores ultrapassou 100%.

TABELA 2 - PERCENTUAL MÉDIO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO SEGUNDO AS RAZÕES QUE INFLUENCIARAM OS AGRICULTORES NA DECISÃO DE PRODUZIR ORGANICAMENTE

RAZÕES PARA PRODUZIR ORGANICAMENTE	TIPOS DE AGRICULTORES PERCENTAGEM (%) MÉDIA DE UNIDADES				MÉDIA TOTAL N = 57
	AFT N = 32	AFO N = 20	EAO N = 03	EAT N = 02	
Saúde pessoal e da família	75	65	33	50	68,4
Razões econômicas (obter mais lucro)	65,6	65	100	50	66,7
Convicção ideológica	25	45	33	100	35,1
Conservação dos recursos naturais	21,8	15	0	50	19,3
Saúde do consumidor	6,2	30	0	0	14,0
Conjuntura político-econômica	21,8	0	0	0	12,3
Melhorar a produtividade	6,2	5	0	0	5,3

FONTE: DAROLT (2000)

NOTA: AFT= Agricultor Familiar em Transição

AFO= Agricultor Familiar Orgânico

EAO= Empresário Agrícola Familiar

EAT= Empresário Agrícola em Transição

Em contrapartida, no município da Lapa, Hernández (2005) conduziu um estudo envolvendo 14 famílias e apontou dois grandes fatores que motivaram a mudança tecnológica dos agricultores: preservação do meio ambiente e motivos econômicos (mercado garantido). A autora estabeleceu uma diferenciação entre estas duas vertentes motivacionais e sua influência na lógica de conversão da propriedade, número de técnicas na produção vegetal e fonte de informações (FIGURA 10).

ASPECTOS TÉCNICOS-INSTITUCIONAIS	UNIDADES EM OU COM CONVERSÃO TOTAL	UNIDADES EM CONVERSÃO PARCIAL
Fator principal que motivou A conversão	Preservação do meio ambiente	Mercado garantido
Extensão da conversão	Conversão total da unidade	Conversão parcial da unidade de uma área de 0,5 ha
Áreas de produção adotadas	Vegetal, animal e florestal	Vegetal ou animal, apenas uma
Número de técnicas adotadas na produção vegetal	Mais de oito técnicas	Uma cultura
Fontes externas de informação de maior influência	Rede Ecovida, AOPA e Curso Técnico em Agroecologia (ET-UFPR)	Lapinha Clínica SPA Naturista

FIGURA 10 – ASPECTOS TÉCNICOS-INSTITUCIONAIS CARACTERÍSTICOS DAS UNIDADES EM OU COM CONVERSÃO TOTAL, E DAS UNIDADES EM CONVERSÃO PARCIAL DOS GRUPOS BEIJA-FLOR E MARGARIDA – LAPA, RMC DE CURITIBA, PR

FONTE: HERNÁNDEZ (2005)

Quando o fator principal estava ligado a motivos econômicos a pesquisadora percebeu uma redução do número de técnicas adotadas, notadamente caracterizando um sistema mais simplificado, sendo chamado por Gliessman (2005)

de propriedades adotantes de tecnologias de produto. Segundo Hernández (2005, p. 116) estas tecnologias implicam em

menor grau de reorganização, sedimentação e maturação de novos conhecimentos se comparadas com as tecnologias de processo. As tecnologias de produto também representam uma complexidade menor na implantação de rotinas, o que facilita o processo de aprendizado de técnicas orgânicas de produção, diminuindo o tempo de conversão e aumentando a velocidade do processo de certificação.

Diante destes vários estudos foi possível concluir que os fatores motivacionais foram bastante diversos e que eles influenciaram a lógica de produção, conversão e de comercialização. Os fatores que motivaram a mudança trazem consigo valores invisíveis no discurso, porém expressos de maneira explícita na prática, como será discutido nas reflexões finais. No que tange às mudanças fundadas em motivações econômicas se observou claramente a busca da viabilização da família na atividade agrícola. Isto se deveu ao cenário de custos de produção crescentes na agricultura convencional e preços dos produtos declinantes, o que em certas culturas não motivavam sequer a colheita.

4.2.2 Tempo na atividade

O tempo na atividade foi contrastado entre os dois municípios-tipo, no qual Campo Largo apresentou agricultores com mais tempo na atividade em relação à Colombo, como pode ser observado nas figuras 11 e 12. Os agricultores com menos tempo (até cinco anos) representaram pequena proporção dos entrevistados, o que evidencia um pequeno número de agricultores “iniciantes”. Estes números deveriam ser mais expressivos, em função dos índices de crescimento que têm sido apontados em diversas fontes (SOUZA, 2006; EMBRAPA, 2007a; EMATER, 2008).

Entretanto, os dados da pesquisa mostram que existiu uma entrada de mais agricultores no sistema Colombo nos últimos 5 anos (30% dos entrevistados) em relação ao sistema Campo Largo (20%). Isto se deve ao crescimento do número de empresas processadoras que atua naquela região, favorecendo a entrada de novos agricultores em Colombo.

A característica de comercialização no sistema Campo Largo, como dito anteriormente, está calcada nas feiras. Este equipamento de comercialização não

obteve a atenção necessária por parte da administração do município de Curitiba na gestão de 2001-2004 e não oportunizou a entrada de novos. Com a mudança ocorrida no pleito eleitoral, a atual gestão (2005-2008) implementou novas feiras, provocando a entrada destes 20%, nos últimos 2 anos.

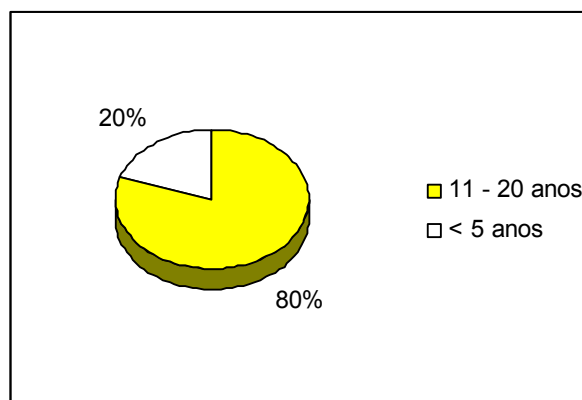


FIGURA 11 - TEMPO NA ATIVIDADE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO
FONTE: O AUTOR (2007)

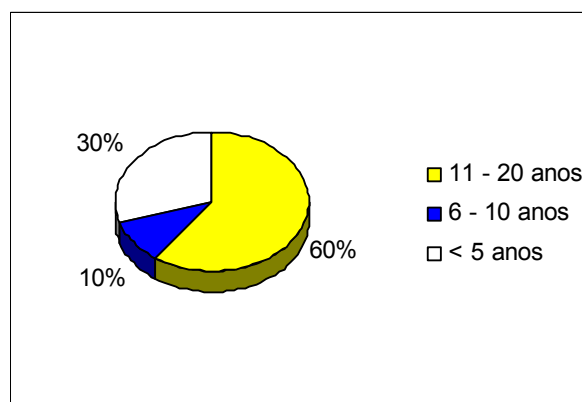


FIGURA 12 - TEMPO NA ATIVIDADE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO
FONTE: O AUTOR (2007)

No sentido de reforçar a percepção empírica de desaceleração da atividade na RMC, apresentam-se os dados de SEAB/EMATER, elaborados pelos engenheiros agrônomos Maurício Lunardon e Iniberto Hamerschmidt, que em colaboração com diversos profissionais do estado, os sistematizam de maneira pioneira no país desde 2000. Nas figuras 13 e 14 onde se pode observar a redução do número de agricultores e por decorrência de produção. Os dados relativos ao número de agricultores se referem a uma contagem com repetição. Um agricultor possuindo olericultura e fruticultura foi contado duplamente.

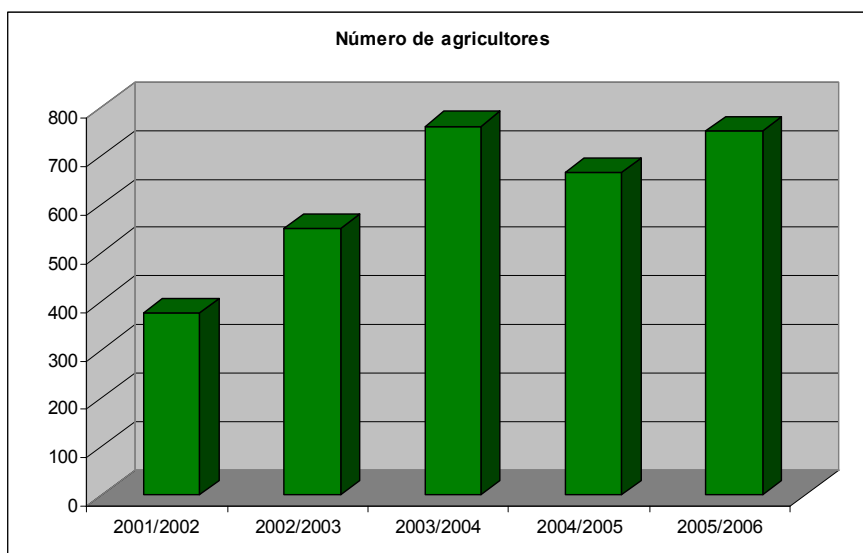


FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DA SAFRA 2001/2002 À 2005/2006, RMC – PR

FONTE: SEAB (2007)

NOTA: Produtores com repetição

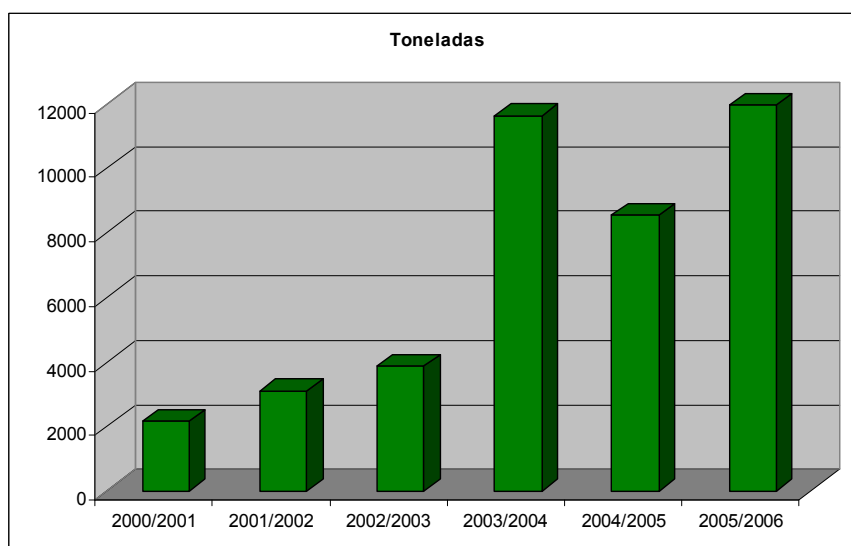


FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DA SAFRA 2000/2001 À 2005/2006, RMC – PR

FONTE: SEAB (2007)

4.2.3 Mão-de-obra

Naquela mesma pesquisa realizada pela Prefeitura de Curitiba, como pode ser observado na tabela 3, quando perguntados sobre o envolvimento da família na produção, a maior frequência de respostas referiu-se a dois trabalhadores familiares

(42,9%), sendo seguidos por três em 14,3% das respostas. Pinheiro, em outro estudo (2004) concorda com estes dados, apontando 43,3% dos entrevistados, onde duas pessoas da família trabalhavam na atividade, em um estudo que entrevistou 60 agricultores participantes da Rede Ecovida de Certificação Solidária na abrangência do Núcleo MBA.

TABELA 3 – PERCENTAGEM DE PESSOAS DA FAMÍLIA ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA SEGUNDO O NÚMERO DE INTEGRANTES

ESTUDO/NºDE PESSOAS	0	1	2	3	4	5	6 OU MAIS
Curitiba (RMC)	5,4%	10,7%	42,9%	14,3%	10,7%	8,9%	7,2%
Pinheiro (RMC)	0	13,3%	43,3%	15%	15%	8,3%	5%
Campo Largo	0	0	10%	40%	20%	20%	10%
Colombo	0	10%	20%	20%	20%	10%	20%

FONTE: CURITIBA (2006a); PINHEIRO (2004) e o AUTOR (2007)

A tabela 4 expõe a situação de uso de mão-de-obra contratada de forma efetiva sob o ponto-de-vista destes dois estudos e da presente pesquisa.

TABELA 4 – PORCENTAGEM DE TRABALHADORES CONTRATADOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

ESTUDO/ N°DE PESSOAS	0	1	2	3	4	5 OU MAIS
Curitiba (RMC)	80,4%	10,7%	8,9%	0	0	0
Pinheiro (RMC)	63,3%	21,7%	10%	3,3%	1,7%	0
Campo Largo	0	0	0	0	0	0
Colombo	60%	10%	0	10%	0	20%

FONTE: PINHEIRO (2004), CURITIBA (2006a) e o AUTOR (2007)

Da mesma forma, a tabela 5 expõe a situação de uso de mão-de-obra eventual sob o ponto de vista destes dois estudos.

TABELA 5 – PORCENTAGEM DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

ESTUDO	1	2	3	4	5
Curitiba (RMC)	23,2%	0	0	1,8%	1,8%
Pinheiro (RMC)	18,3%	13,3%	0	0	0

FONTE: PINHEIRO (2004), CURITIBA (2006a)

Quanto aos entrevistados em Campo Largo, apenas 40% afirmaram contratar trabalhadores temporários (diaristas) no intuito de atendimento de demandas em épocas de colheita e capina. A necessidade média foi de 36 dias/homem/ano. Já em Colombo, 30% contrataram os diaristas em uma média anual de 30 dias por propriedade. Desta forma, fica evidenciada a mão-de-obra

predominantemente familiar e conforme relatos dos entrevistados a quase inexistência de trabalhadores externos nas comunidades pesquisadas.

4.2.4 Tipo de agricultura

Diante da confusão de termos agricultura orgânica X agroecologia, os entrevistados desta pesquisa foram questionados sobre o tipo de agricultura que praticavam (FIGURA 15). Enfatiza-se que esta foi uma questão aberta e que suscitou muitas dúvidas por parte dos entrevistados. Em Campo Largo, a resposta objetiva foi acompanhada de comentários como: “Agroecologia é mais que a agricultura orgânica, por causa do uso do esterco.” E também: “Posso considerar o meu sistema agroecológico, porque a gente planta de tudo e os insumos são ecológicos.” Isto indicou uma falta de compreensão do que é a agroecologia e que esta visão distorcida está sendo repassada aos consumidores.

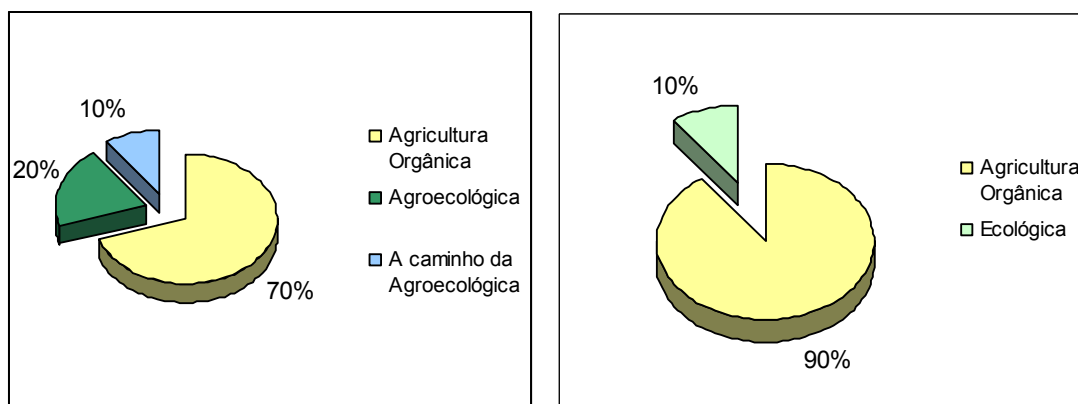


FIGURA 15 – TIPOS DE AGRICULTURA PRATICADOS PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS: CAMPO LARGO (ESQ.) E COLOMBO (DIR.)
FONTE: O AUTOR (2007)

Já em Colombo, um agricultor afirmou que: “Estou na agricultura orgânica, mas gostaria de ir para a agroecológica.” Em consonância com os depoimentos do outro município, foi considerada pelos entrevistados a agroecologia como uma forma de agricultura mais sustentável.

4.2.5 Certificação

A primeira certificadora a se estabelecer na região foi o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD), em meados dos anos de 1990. Em função da parceria com a AOPA para certificação da associação nos grupos municipais, sedimentou sua clientela, que hoje é composta pelas empresas que comercializam produtos orgânicos. Estas organizam os produtores-parceiros em grupos e assim solicitam a certificação que depois pertence à empresa. Se um agricultor pretender atender outro mercado, deverá solicitar processo distinto na mesma ou em outra certificadora. Por este motivo, não é raro uma propriedade possuir mais de uma certificação em função dos seus compradores.

Atualmente, o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), empresa pública de direito privado, certifica propriedades no estado desde 2004, inclusive com parcerias com prefeituras de dois municípios da RMC (Araucária e São José dos Pinhais) e outras em vista (Campo Largo e outros). Por ser empresa pública tem procurado cobrar tarifas mais aproximadas da realidade dos agricultores familiares.

Outra certificadora presente na região é a Rede Ecovida de Certificação Participativa, que como consta no nome, possui características que possibilitam a participação dos agricultores, consumidores e técnicos no processo. Ao contrário das duas anteriores, aonde um profissional vem auditar a propriedade, neste tipo de certificação que será detalhado mais adiante, os agricultores se visitam e avalizam-se mutuamente. Desde 2001 atua por meio do núcleo Maurício Burmester do Amaral (MBA), que integra 23 grupos da RMC, Litoral e Campos Gerais.

Em Campo Largo, quando o grupo de agricultores constituía um núcleo da AOPA (1997-2000) sua certificação era vinculada ao IBD, sendo que apenas dois agricultores possuíam certificação da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO). Com o encerramento das atividades comerciais da AOPA, alguns agricultores ainda permaneceram vinculados ao IBD e outros ficaram sem certificação. Apenas em 2002, com a consolidação da Rede Ecovida, o grupo, já denominado Associação de Produtores Orgânicos de Campo Largo (PRODORGAN) ligou-se à Rede e contou novamente com certificação.

Nos entrevistados de Campo Largo, 90% participam da Rede Ecovida, porém notou-se um descontentamento em função das exigências de presença nas

reuniões do grupo, que se realizam no primeiro domingo do mês. Exige-se presença em todas as reuniões, permitindo-se acumular 3 faltas no ano, com a devida justificativa. Este fato aponta para uma das dificuldades de pensar e agir coletivamente, que está mais do que evidenciado na RMC e tem rebatimentos na questão do associativismo. (EMATER-PR, 2007b)

Além disso, o grupo deve mandar representantes em reuniões bimestrais na sede da AOPA, em Curitiba, e disponibilizar representantes em cursos e visitas de olhar externo em outros grupos. É uma visita para conhecer o trabalho do grupo e avaliar o que está sendo feito, sugerir melhorias, enfim fortalecer o trabalho de rede. Com relação ao valor cobrado pela certificadora, os agricultores afirmaram que é elevado no caso da certificação auditada, e barato na certificação participativa.

Quando perguntados sobre há quanto tempo possuíam a certificação, 30% afirmaram tê-la há mais de 10 anos, 40% entre 6 e 10 anos e apenas 30% com tempo igual ou inferior a 5 anos. Os entrevistados demonstraram uma diversidade na opção por certificadoras (FIGURA 16). Finalmente, para 80% dos entrevistados, o processo de adequação às normas foi fácil e para o restante o processo representou dificuldade de intermediária à grande. Isto reafirmou a menor entrada ou permanência de agricultores nos últimos cinco anos contradizendo algumas estatísticas que apontam um crescimento de 10 – 30% ao ano (SOUZA, 2006; EMBRAPA, 2007a; EMATER, 2008).

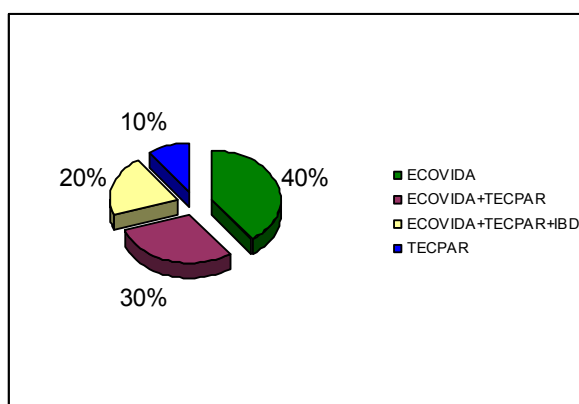


FIGURA 16 - OPÇÃO DE CERTIFICADORAS DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO
 FONTE: O AUTOR (2007)

Com relação às melhorias recomendadas pelos auditores das certificadoras nas propriedades entrevistadas em Campo Largo, na sua maioria estavam ligadas à

documentação: outorga de uso de água e averbação de reserva legal. Estes documentos até então eram opcionais, mas agora se tornaram condição básica para emissão do certificado, principalmente colocada pelo TECPAR. Além disso, foi demandado o aumento das áreas com vegetação arbórea para atendimento da legislação ambiental e ampliação das barreiras vegetais isolando as áreas orgânicas das vizinhas. Outra recomendação foi de recolhimento de sobras de plástico que estavam espalhados pela propriedade.

Já a situação em Colombo (FIGURA 17), apresenta 43% dos entrevistados com sua certificação pelo IBD, porém de posse da empresa comercializadora e com isso não têm autonomia para comercializar como orgânico a não ser para a empresa. Além disso, 28% estão ligados ao grupo Sabugueiro, que aglutina agricultores de Colombo e Bocaiúva do Sul, ligados ao núcleo MBA da Rede Ecovida e 29% estão em processo, pela TECPAR. Na questão relativa ao valor cobrado pelas certificadoras, os agricultores afirmaram que não pagam diretamente, pois estes custos são absorvidos pelas empresas, mas têm a consciência de que em algum momento este valor é descontado. Os agricultores que arcam com o custo, consideraram elevado no caso da certificação auditada e barato na certificação participativa.

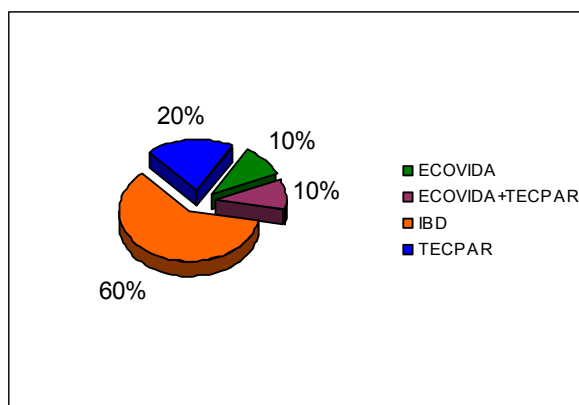


FIGURA 17 - OPÇÃO DE CERTIFICADORAS DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO
 FONTE: O AUTOR (2007)

Quando perguntados sobre há quanto tempo possuíam a certificação: 40% afirmaram tê-la há mais de 10 anos, 30% entre 6 e 10 anos e apenas 30% com tempo igual ou inferior a 5 anos. Finalmente, para 70% dos entrevistados, o processo de adequação às normas foi fácil e para o restante o processo apresentou

grande dificuldade. Isto como no caso de Campo Largo, reafirmou a menor entrada ou permanência de agricultores nos últimos cinco anos contradizendo algumas estatísticas que apontam um crescimento de 20 – 30% ao ano (SOUZA, 2006; EMBRAPA, 2007a; EMATER, 2008).

Com relação às melhorias na propriedade recomendadas pelos auditores, em Colombo, na maioria estão ligadas à conservação dos solos, manejo da adubação orgânica e ampliação das barreiras. Além disso, a documentação ambiental foi solicitada: outorga de uso de água e averbação de reserva legal, semelhantemente à Campo Largo.

Em estudo elaborado por CEAO (2002) com abrangência estadual, a certificação foi avaliada pelos agricultores entrevistados como procedimento não exigido por 58% dos seus clientes. Salienta-se que naquele momento, ainda não estava em vigência a Lei 10.831 e apenas a Instrução Normativa nº7 e nº6 regulavam o setor. Pelo fato de serem instruções normativas não eram encaradas com a seriedade devida, pois o peso deste instrumento legal é menor que o de uma lei. Porém, os problemas levantados na pesquisa continuam atuais e foram os seguintes: custo alto, consumidor não exige, a certificação não apóia a comercialização da maneira como os agricultores esperavam, não oferece assistência técnica e falta sensibilidade quanto à agricultura familiar.

A tabela 6, que apresenta a avaliação dos custos de certificação, corrobora com os dados do CEAO, principalmente quando é analisado o município de Colombo, que possui como característica uma presença maior da certificação auditada. Os custos, neste tipo de certificação variaram de 600 reais a R\$ 1,5 mil por propriedade/ano e foram considerados altos. Já o conceito de barato ficou relacionado à certificação participativa, que apresentou custos próximos de 20 reais por propriedade/ano. Esta percepção é notada em Campo Largo, que utilizou a certificação participativa em maior frequência e desta forma avaliou o custo como barato na maioria dos entrevistados.

TABELA 6 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS DE CERTIFICAÇÃO PELOS ENTREVISTADOS: CAMPO LARGO E COLOMBO

MUNICÍPIO/ CUSTO	ALTO	ACESSÍVEL	BARATO	NÃO INFORMOU
Campo Largo		40%	60%	-
Colombo	40%	-	20%	40%

FONTE: O AUTOR (2007)

As motivações que determinaram as escolhas das certificadoras estão expressas a seguir nas FIGURA 18 e 19. Cabe ressaltar, que a categoria “grupo” corresponde à associações que obtêm certificação grupal, o que redundaria em custos menores em função do rateio das despesas. A partir deste pressuposto, na análise do sistema Campo Largo (FIGURA 18) pode-se equiparar a categoria custo com a de grupo. Portanto, concluiu-se que o fator custo foi decisivo na escolha da certificadora. Com relação ao sistema Colombo (FIGURA 19) a categoria Empresa foi a mais citada, em razão da certificadora ser contratada pela empresa comercializadora. Isto pode representar uma ameaça aos agricultores integrados, pois os mesmos não possuem um certificado para comercialização fora da empresa, ficando com uma possibilidade de escoamento da produção muito estreita.

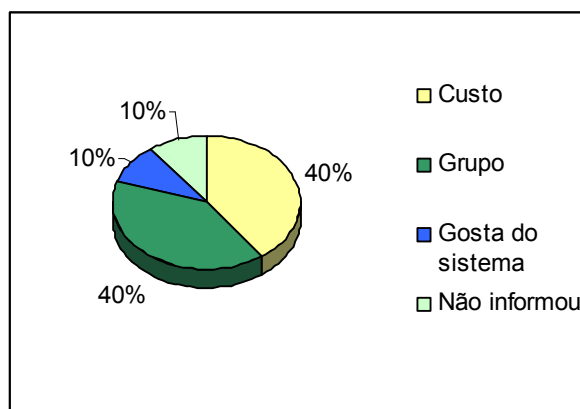


FIGURA 18 - MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DE CERTIFICADORA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO
FONTE: O AUTOR, 2007

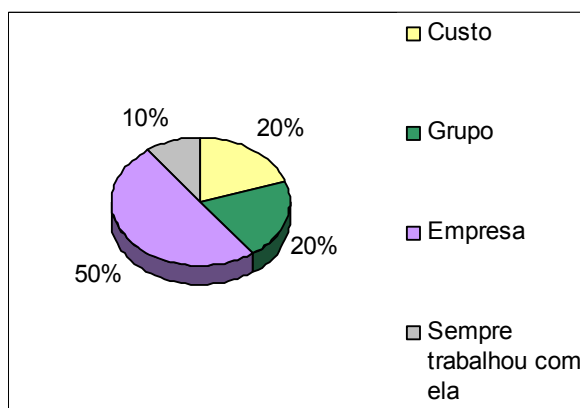


FIGURA 19 - MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DE CERTIFICADORA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO
FONTE: O AUTOR (2007)

Apesar da vantagem em termos de menor custo pecuniário da certificação participativa, um entrevistado citou a exigência na participação das reuniões como um custo de tempo expressivo. Além disso, foi relatado por outro agricultor que este tipo de certificação apresentou um inconveniente político, onde grupos receberam tratamentos distintos diante da mesma situação. Porém, ele mesmo atribuiu isso à falta de experiência dos participantes do sistema, no início da implantação do mesmo, porém chamou a atenção que ultimamente eventos similares ocorreram. Isto fragiliza esta forma de certificação, pois a confiança e o respeito além da isonomia são valores fundamentais para o bom funcionamento da mesma.

Neste sentido, foi identificado nos depoimentos dos agricultores um movimento em direção à certificação auditada que se expressou assim: “Estou buscando mais uma certificadora para ter mais segurança.”; “A forma da outra certificadora (auditada) é mais segura.”; “Mais espaço para vender e em outras praças (SP, MT)”;

“Não é bom ter uma só, vamos ter uma particular.”; “É mais reconhecida.”. Porém, estes mesmos agricultores já se ressentiram da morosidade do processo, onde os documentos têm sido solicitados aos poucos, o que alonga por demais o trâmite.

4.2.5 Produção

Nesta seção serão evidenciadas as questões relativas ao manejo dos solos, plantas, insetos, plantas espontâneas, enfim do modo de fazer agricultura. Em Campo Largo, o preparo do solo não variou entre os entrevistados, constituindo-se de roçada, gradagem e depois uso de enxada rotativa, respeitando a orientação de não executar práticas mecânicas no sentido morro-abaxo. A conservação de solos utilizando curvas de nível foi observada em 30% das unidades produtivas, porém não se observou visualmente presença significativa de erosão em sulcos, durante as vivências nas propriedades.

As análises de solos foram encontradas em 90% das propriedades, porém a frequência com que foram feitas foi bastante irregular: alguns a faziam a cada 2 anos e outros a cada 5 anos ou mais. Metade dos agricultores possuía análises com mais de 5 anos, o que demonstra que as adubações e correções estão sendo feitas sem

critérios técnicos. Quando perguntados do porquê desta situação alegavam falta de tempo ou motivos ligados à observação de qualidade das colheitas ou presença de plantas indicadoras.

Como estratégias para manter e incrementar a fertilidade dos solos foi mencionada a utilização de compostagem, adubação verde, biofertilizantes, esterco de peru e cama de aviário. Desde o tempo da conversão da propriedade, os agricultores relataram que as práticas mecânicas de manejo dos solos não foram alteradas, porém a qualidade do solo tem melhorado ano após ano sob o ponto de vista de análises químicas e avaliação das quantidades colhidas e sua qualidade.

Em Colombo, o preparo do solo não variou entre os entrevistados, constituindo-se de roçada, gradagem e depois uso de enxada rotativa, porém com o agravante de práticas mecânicas no sentido morro-abaiixo, em função do relevo e do hábito da região. A conservação de solos utilizando curvas de nível não foi observada visualmente e a presença significativa de erosão laminar foi detectada logo após chuva intensa. Em uma das propriedades, a erosão foi tamanha que a estrada interna da propriedade ficou prejudicada pelo solo fértil que a invadiu. Isso é resultado de intenso uso de enxada rotativa, falta de cobertura morta e intensificação da erosão.

Com relação às análises de solos foram encontrados resultados próximos do sistema Campo Largo, com a diferença de que em função do projeto de extensão SOLO-PLANTA da Universidade Federal do Paraná (UFPR), alguns agricultores tinham análises e recomendações bastante recentes.

Como estratégias para manter e incrementar a fertilidade dos solos foi mencionada a utilização de cama de aviário, adubos minerais permitidos: sulfato de potássio, além de biofertilizantes. Desde o tempo da conversão da propriedade, os agricultores relataram que a maneira de trabalhar o solo não foi alterada no geral, apenas uma redução no uso da enxada rotativa está sendo tentada. Apesar disso a qualidade do solo tem melhorado ano após ano dentro da análise empírica dos agricultores e também dos indicadores quantitativos das amostras de solo coletadas.

Nos relatos dos entrevistados de Campo Largo e Colombo sobre as doenças das plantas, ficou amplamente demonstrado que as maiores dificuldades foram enfrentadas no período da conversão. Apenas nos agricultores que trabalhavam com plantas da família botânica das solanáceas foi relatado aumento de incidência de doenças fúngicas nos últimos anos. Isso se deve, ao incremento da

área plantada em suas propriedades, diminuição do período de tempo entre cultivos com a mesma família favorecendo a presença de inóculo e lavouras convencionais vizinhas abandonadas e com alta produção de esporos, sobretudo da requeima, *Phytophthora infestans*. Segundo GALLI *et al.* (1968, p. 189), “os esporângios são levados pelo vento e pela chuva, que os distribui de uma planta para outra, com a maior concentração próxima ao foco e menor em um círculo de 150 a 180 m de raio”. Então, o diagnóstico dos agricultores está de acordo com a bibliografia e com a experiência de campo.

Uma patologia que causou problemas, sobretudo na safra 2006/07, foi a virose conhecida como vira-cabeça, que causa severos prejuízos na cultura do tomate. Ela é causada por várias espécies de tospovírus da família *Bunyaviridae* (EMBRAPA, 2007b). Vários agricultores relataram perdas totais, o que poderia ser evitado com pulverizações de extratos botânicos ou com aquisição de material genético resistente. Enfim, simples práticas redundariam em resultados expressivos. Aí reside uma questão: qual o motivo que levou à não aquisição de sementes que apresentassem resistência? Qual o motivo para não pulverizar as caldas preventivamente? Seria por falta de informação, de tempo ou de assistência técnica? Estas questões dizem respeito à hipótese 1 e serão aprofundadas oportunamente.

Se por um lado as doenças são as mesmas, por outro o modo de controle é diferente nos municípios-tipo. Campo Largo, na sua maioria utiliza calda bordalesa com pH equilibrado ao redor de 7, como discutido em vários cursos realizados no município e discussões entre técnicos e agricultores. Já em Colombo, os agricultores, na maioria das vezes, usam caldas cúpricas industrializadas, para não perder tempo no preparo e por consequência elas já têm o pH ajustado. O que se tem notado é o crescimento da oferta de produtos industrializados, com entregas rápidas por motociclistas ou por vendedores ambulantes, particularmente em Colombo. Não há diferença de eficiência, desde que a calda feita na propriedade seja feita com critério, porém chama-se a atenção sobre a dependência externa estar crescente no sistema Colombo.

A calda Viçosa e a calda sulfocálcica foram citadas por apenas um entrevistado, apesar da sua viabilidade técnica e econômica. Alguns agricultores apontaram problemas de fitotoxicidez em algumas culturas com a calda sulfocálcica, provavelmente por questões de temperatura após a aplicação ou por dosagem equivocada. Como alguns fazem a calda sem a utilização do aerômetro de Baumé,

fica muito difícil estabelecer a diluição da calda. Além disso, ainda faltam pesquisas a respeito da eficiência desta calda em nossas condições.

O biofertilizante “SuperMagro”, apesar de ter sido citado apenas uma vez no manejo de doenças, foi observado em diversas propriedades e sua utilização ainda é bastante generalizada. Não são todos os que o elaboram na propriedade, mas através de permutas acabam abastecendo a vizinhança, inclusive alguns agricultores convencionais. A Embrapa (1998, p. 18) tem identificado que além das propriedades no controle de doenças, através da “presença de metabólitos produzidos pelos microorganismos presentes no biofertilizante” [ou] “[...] pela sua ação direta sobre o patógeno e sobre o hospedeiro”, existe a influência nutricional de macro e de micronutrientes presentes na receita. É esta ação nutricional que chama a atenção até dos agricultores convencionais, em tempos em que os adubos foliares estão tão dispendiosos.

Na busca de informações sobre os insetos-praga que mais trazem problemas, também ficou evidenciado que as situações são praticamente as mesmas nestes dois municípios. O que difere são as formas de controle, sendo que a maioria dos agricultores de Colombo utiliza caldas industrializadas e em contrapartida em Campo Largo os agricultores, de modo geral, elaboram na propriedade os preparados utilizando recursos disponíveis na região.

No âmbito das plantas espontâneas⁵, conhecidas por alguns como “daninhas” ou invasoras, as soluções encontradas que mais se destacam nos dois municípios são respectivamente, enxada e carpideira.

Com o advento da agricultura orgânica até algumas terminologias estão sendo questionadas. Quem julga o que é daninho? Uma planta pode ser daninha em um momento e depois não ser mais? Diversos autores já têm discutido a temática de acordo com os princípios da agroecologia como ALVES *et al.* (2007) e FAVERO *et al.* (2001), portanto neste trabalho não se avançará em uma discussão mais profunda nesta temática. Porém a questão foi diagnosticada porque seu manejo configurou-se como grande problema em áreas infestadas.

Apenas em uma propriedade foi observado um equipamento que utilizava fogo para controle de espontâneas em pré-emergência de cenoura. O mesmo foi

⁵ Neste trabalho, cabe esclarecer, a nomenclatura escolhida foi de plantas espontâneas em detrimento dos termos utilizados no meio acadêmico: “daninhas”. Como postula Lorenzi (1990, p. 8) “planta daninha é qualquer ser vegetal que cresce onde não é desejado.”

desenvolvido pelo agricultor, não contando com assessoria nenhuma e com resultados que podem ser observados na figura abaixo. Como é de conhecimento, a cenoura é uma planta que possui emergência muito lenta e com isso a competição inicial com as espontâneas é muito expressiva. O aparelho é passado, praticamente na véspera da emergência da cenoura. Então, as espontâneas são queimadas e a cenoura emerge “no limpo” (FIGURA 20).



FIGURA 20 – EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO E SEU EFEITO NO CANTEIRO DA DIREITA EM
RELAÇÃO À TESTEMUNHA
FONTE: O AUTOR (2007)

No que diz respeito ao material de propagação utilizado, ou seja, sementes e mudas, em Campo Largo a escolha do material se dá, na maioria dos casos por influência do mercado de insumos, que não tem uma linha específica para agricultura orgânica. Portanto, muitas vezes os agricultores fizeram testes de materiais novos ou utilizaram cultivares que não tiveram bons resultados neste sistema de produção. Isso acarretou aumento do custo de produção e evidenciou a falta de pesquisa na área.

Em 50% das propriedades é feita a produção de sementes, porém apenas de algumas espécies: abóbora, milho, feijão, rúcula, cenoura para citar as mais freqüentes, o que por si já configura uma semente orgânica. Isto se dá em função do processo produtivo orgânico por diversos anos. Porém sobre a utilização de sementes orgânicas além destas, a resposta foi negativa em 100% dos entrevistados. Quando perguntados sobre o motivo, a maioria afirmou a falta de oferta no mercado como o principal motivo, apesar da sua existência comprovada em lojas de sementes na região.

Se por um lado existe a oferta de sementes orgânicas, por outro a sua qualidade é questionável até o momento em função do seu desempenho em nossas condições. Esta informação foi repassada pelos próprios vendedores de sementes, que acabam por receber as críticas e reclamações de seus clientes. O segmento sementeiro ainda está iniciando suas atividades junto à agricultura orgânica. A maioria das certificadoras ainda tolera o uso de sementes convencionais, por reconhecer que ainda não há oferta organizada e de qualidade, porém este quadro tende a se alterar no médio prazo, quando o setor terá que se adequar e para tanto as pesquisas são fundamentais.

Em Colombo a definição do material se dá, na maioria dos casos, por influência do produtor de mudas, que já tem estabelecido as cultivares para o convencional que são as mesmas para o orgânico. Este viveiro, situado em Colombo pertence a Agrofior Produção de Mudanças e atende aos agricultores da região como um todo, inclusive de Campo Largo, e possui certificação vinculada a uma empresa comercializadora de hortaliças da região. Possui uma estufa dedicada ao manejo orgânico, onde prepara um substrato diferenciado e tem tratamentos culturais adaptados às normas de certificação.

Em 10% das propriedades é feita a produção de sementes, porém apenas de algumas espécies mais comuns como: abóbora e milho. Quando perguntados sobre o uso de sementes orgânicas, nenhum agricultor afirmou utilizar e manifestaram como motivo o fato de comprarem as mudas, na maioria dos plantios.

Um caso a ser comentado é o da cultura do morango, que tem crescido exponencialmente na região. Isso se deve, principalmente no sistema orgânico, em função dos dados da Secretaria de Saúde do Paraná, que assinalam resíduos acima do permitido ou proibidos em 92,3% das amostras coletadas na RMC (BENATTO e SCUCATO, 2003). As mudas que abastecem a RMC vêm do Chile, onde são cultivadas em sistema convencional, portanto ainda toleradas na falta de mudas em sistema orgânico. Alguns agricultores têm experimentado aproveitar os estolões emitidos nos meses quentes do verão (janeiro-fevereiro) para estabelecer novas plantações, mas por questões nutricionais o resultado tem sido apenas razoável.

4.2.7 Serviços com recursos públicos

Quanto aos serviços com recursos públicos, as perguntas feitas eram explícitas a respeito do apoio do governo em diferentes áreas: cursos, assistência técnica, pesquisas e crédito. As respostas estão expressas a seguir (FIGURAS 21 e 22).

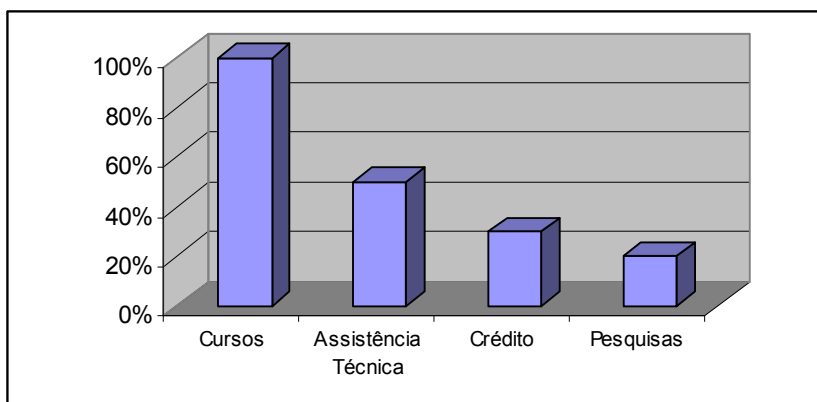


FIGURA 21 - ACESSO AOS SERVIÇOS MANTIDOS COM RECURSOS PÚBLICOS PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO
FONTE: O AUTOR (2007)

Em Campo Largo, o acesso aos cursos foi mais intenso durante o período da conversão do que na sequência e estes foram ministrados pelas seguintes entidades em ordem decrescente de observações: EMATER-PR e SENAR, AOPA, UFPR e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Cerca de 60% afirmaram terem participado de 10 a 20 cursos e 40% em até 5 eventos. No aspecto relativo aos cursos que gostariam de fazer, os mais solicitados foram respectivamente em ordem decrescente: manejo de pragas e doenças; novas caldas; cultivo de tomate; fruticultura geral e viticultura; criações; manipulação de alimentos e conservas; cultivo de batata e preparo do solo.

Em Colombo, a procura aos cursos foi mais intensa após o período da conversão e estes foram ministrados pelas seguintes entidades em ordem decrescente de observações: EMATER-PR, SENAR, Prefeitura, AOPA, Rede ECOVIDA e CPRA. O fato de 100% dos entrevistados terem participado de no máximo 5 cursos chamou a atenção, pois demonstrou um pequeno interesse no aprendizado de novas técnicas ou pequena disponibilidade de tempo para este fim.

No aspecto relativo aos cursos que gostariam de fazer, os mais solicitados foram respectivamente em ordem decrescente: comercialização; manejo de doenças e caldas; pós-colheita; agricultura orgânica; sementes; computador e nutrição de plantas.

Comparando-se os dois sistemas, se vê claramente a característica dos agricultores de Colombo em fazer os cursos após a conversão e em menor número. Isto indica a urgência na mudança e a noção de pouco tempo para investir em capacitação, que pôde ser atenuado pela presença maior da assistência técnica e proximidade entre as propriedades em relação ao sistema Campo Largo.

O manejo de doenças e as caldas foram os assuntos comuns entre os sistemas e um dos mais requisitados. Desta demanda pode-se depreender que as questões fitossanitárias, ainda causam perdas substanciais na produção e devem obter mais atenção junto aos segmentos da pesquisa, como será discutido mais tarde.

No sistema Campo Largo, em função da sua comercialização dar-se nas feiras, os agricultores receberam demandas de seus consumidores para a ampliação de diversidade dos produtos ofertados e por isso, aqueles demandam cursos em fruticultura geral, viticultura, tomate e conservas. Os agricultores entrevistados em Colombo expressam sua maior demanda ligada à comercialização, refletindo a situação de uma propriedade diante uma cadeia longa. Os outros assuntos se ligam à comercialização de maneira indireta, como: pós-colheita, nutrição de plantas e computador.

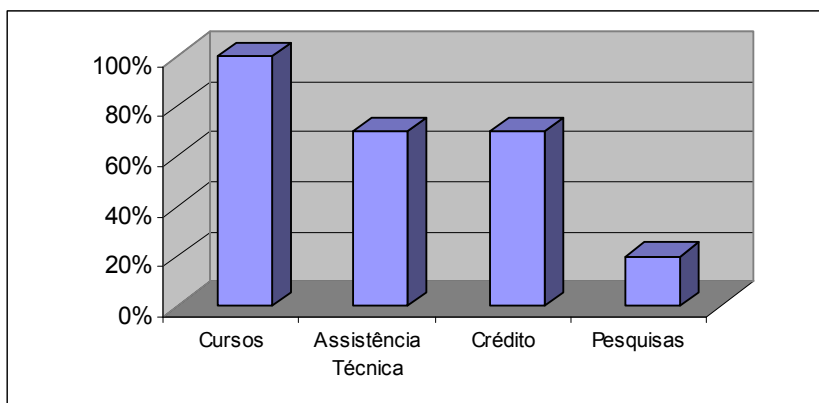


FIGURA 22 - ACESSO AOS SERVIÇOS MANTIDOS COM RECURSOS PÚBLICOS PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS EM COLOMBO

FONTE: O AUTOR (2007)

A assistência técnica foi um aspecto bastante demandado e apresentou abrangência menor em Campo Largo em comparação com Colombo, o que indica que avanços necessitam ocorrer. Em Campo Largo, os agricultores afirmaram que recebiam mais assistência na época da conversão do que na atualidade. Já em Colombo, 50% dos entrevistados informou que recebe mais assistência hoje do que no tempo da conversão.

A qualidade do serviço foi considerada boa nos dois sistemas e é prestada pela EMATER-PR e Prefeituras. Um fator a ser analisado é a rotatividade de profissionais neste serviço, o que preocupa, pois se trata de uma atividade complexa e o conhecimento do histórico da família e da área favorece diagnósticos, projetos e intervenções. Na média dos dois municípios, houve 4 profissionais por propriedade em um período de menos de 10 anos.

A grande rotatividade de profissionais nas propriedades se deve a alternância de gestões nas prefeituras, que por não possuírem profissionais concursados trocam de quadros técnicos a cada 4 anos. Esta é uma estratégia que favorece a descontinuidade de projetos e trabalhos, infelizmente muito comum e recorrente na RMC, o que demonstra claramente a falta de planejamentos de médio e longo prazo, que não é exclusividade da municipalidade, sendo encontrada da mesma forma na esfera estadual e federal.

A descontinuidade administrativa chega a acontecer até em processos de reeleição do executivo ou durante um mesmo mandato, quando se altera o responsável da Secretaria da Agricultura, não é raro mudam-se radicalmente os cargos técnicos e administrativos, causando uma ruptura. Isso acarreta a inexistência, inclusive, de políticas de Estado⁶; pois o que se vê poderia-se chamar no máximo de política de governo⁷.

Como as ações ligadas à agricultura têm um horizonte de planejamento bastante longo, para que haja mudança significativa é necessária a elaboração de um plano compatível com esta realidade. Os recursos são escassos e recomeçar a cada 4 anos, gera desconfiança nos contribuintes (agricultores) e retrocessos.

⁶ São multidimensionais e têm força para criar um estado de espírito favorável às mudanças que há tempos vêm sendo reivindicadas pela sociedade. Uma política de Estado tem objetivos claros e de longo prazo, além de ser construída de forma democrática, por consensos e acordos..." (WERTHEIN, J; CUNHA, C., 2004).

⁷ São unilaterais e estão circunscritas à agenda dos ocupantes eventuais de cargos executivos e de seus delegados, portanto configurando uma vigência de curto prazo (LESSA, 2002).

Os retrocessos são visíveis também, quando por interesses “políticos”, funcionários são transferidos de município ou colocados na “geladeira”. O que está por trás destes interesses são razões ligadas à visibilidade do profissional no setor ou no município, que podem afetar pretensões eleitorais de alguns ou o simples trabalho que produz frutos e desencadeia processos de competição. Afirmando isso, com base na observação do histórico das transferências de funcionários do Instituto EMATER e de prefeituras da RMC, ocorridos nos últimos 20 anos.

A fragilidade de diversas instituições, bem como de profissionais tem acarretado diversas interrupções nos trabalhos e o setor mais atingido é do agricultor e de sua família. As instituições continuam, os profissionais de alguma forma ou de outra, seguem trabalhando; entretanto o público através dos impostos continua contribuindo cada vez mais para a existência daquelas e para o salário destes, apesar da situação declinante.

Apesar desta situação alarmante, destaca-se o município de Colombo, pelo recente concurso público que contratou uma engenheira agrônoma para o quadro da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, no ano de 2006, fato inédito em Colombo. No município de Campo Largo, não houve concurso público para esta categoria até o momento da pesquisa.

No âmbito das pesquisas, Almeida (2002, p. 35) instiga o debate apontando para uma

“reformatação” da pesquisa agrônômica, retirando-lhe aquele viés tradicional que tende a particularizar as rotinas de investigação e métodos para a produção do conhecimento, que leva a recortar a realidade segundo processos básicos formativos de seu campo específico de trabalho. Confrontada a outras realidades, a pesquisa clássica poderia produzir melhores resultados, desde que fosse operada “por demanda” e não mais a partir de uma oferta nascida apenas de estratégias das agências fomentadoras da pesquisa nas instituições tradicionais de experimentação, estas muitas vezes distanciadas das realidades do “mundo rural”.

Com relação aos dois sistemas, indo de encontro à necessidade de se trabalhar com as demandas originadas no público, citam-se as maiores: domínio de técnicas de plantio e de eficiência de preparados com finalidades de controle de patógenos ou de questões nutricionais. Na seqüência, as tecnologias de comercialização e finalmente as de gestão de negócios e pessoas.

Quanto ao acesso às informações, tecnologias e pesquisas, os entrevistados informaram que as obtêm por meio da televisão, em segundo lugar por amigos e em terceiro pela assistência técnica.

Com relação ao crédito, ainda no âmbito dos dois sistemas, a maioria tem acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na atualidade. Mas, não foi sempre assim, pois diversos documentos e relatos orais enfatizaram a dificuldade de obtenção de crédito até bem pouco tempo. Estas dificuldades ocorriam desde a falta de interesse das agências até falta de instrumentos que contemplassem a atividade na rotina do crédito, por exemplo, planilhas.

Cabe salientar que no ano de 2007, o Banco do Brasil (BB) iniciou um processo de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e que as agências da RMC elegeram como atividade prioritária a agricultura orgânica. De um total de 12 agências, 11 elaboraram diagnósticos e planos em conjunto com as forças vivas municipais, o que redundou em um plano regional. Na linguagem usada pelo banco, é um trabalho de “concertação”, de arranjo dos “instrumentos” para promover um afinado “concerto”.

No âmbito estadual, a agência de Colombo do BB foi a maior mobilizadora de recursos do PRONAF em 2007. Isso foi em função do trabalho orquestrado pelo técnico da EMATER-PR, prefeitura, agricultores e banco. Isto demonstra claramente que quando existe vontade e cooperação entre as pessoas que atuam nas entidades, os resultados aparecem.

Porém, ao analisar o histórico da região avalia-se a pequena proporção de planos de crédito em programas específicos de agricultura orgânica como o Banco do Brasil (BB) Agricultura Orgânica e o PRONAF Agroecológico. Isto demonstra que um programa concebido em um local, pode ser inviabilizado por arranjos regionais e até locais.

A partir das entrevistas pôde-se avaliar a abrangência de programas de governo nas famílias visitadas. No município de Colombo, já identificado como pólo de recebimento de recursos públicos para agricultura na RMC, foi relatada a participação direta de 70% dos entrevistados nestes programas. A maior frequência relatada foi do Projeto Paraná 12 Meses, depois aparecendo os programas municipais e por último o PAA do governo federal. Já em Campo Largo, apenas um

agricultor (10% dos entrevistados) relatou a participação no programa da SEAB chamado Morango para todos, em 1995.

Ainda nesta reflexão, quando perguntados sobre o que o governo já fez para o desenvolvimento da agricultura orgânica (FIGURA 23), apenas 10% afirmou a ação do governo municipal na criação de mais feiras em Campo Largo e uma possível subvenção para a certificação, a exemplo das Prefeituras de São José dos Pinhais e Araucária, mas que ainda não se efetivou. Somente, 10% afirmou que uma certificação mais barata foi uma das ações, talvez fazendo alusão à certificação do TECPAR, que apresentou valores mais adequados à realidade dos agricultores da RMC. Finalmente, 10% mencionaram o trabalho do Banco do Brasil através do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Os outros respondentes afirmaram que se havia algo, eles não sabiam ou não haviam sido comunicados. Isso traz duas possíveis interpretações para a discussão: a) não foi feito nada ou b) foi feito, mas a comunidade por algum motivo não consegue identificar ou reconhecer.

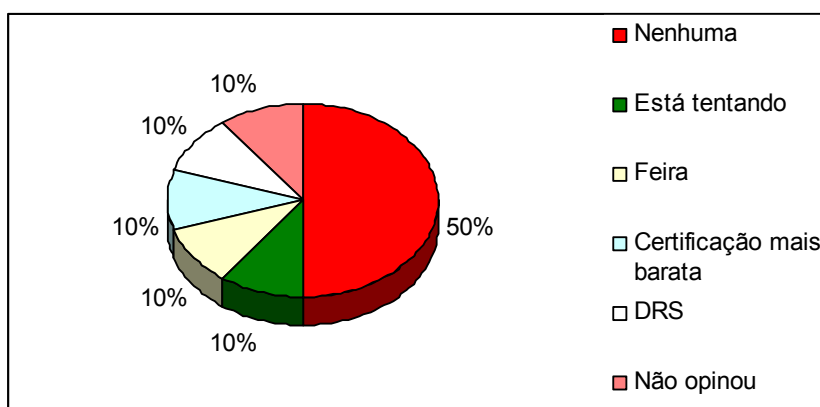


FIGURA 23 – PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS DAS AÇÕES DO GOVERNO COM RELAÇÃO À AGRICULTURA ORGÂNICA – CAMPO LARGO

FONTE: AUTOR (2007)

NOTA: DRS É O PROGRAMA DO BANCO DO BRASIL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

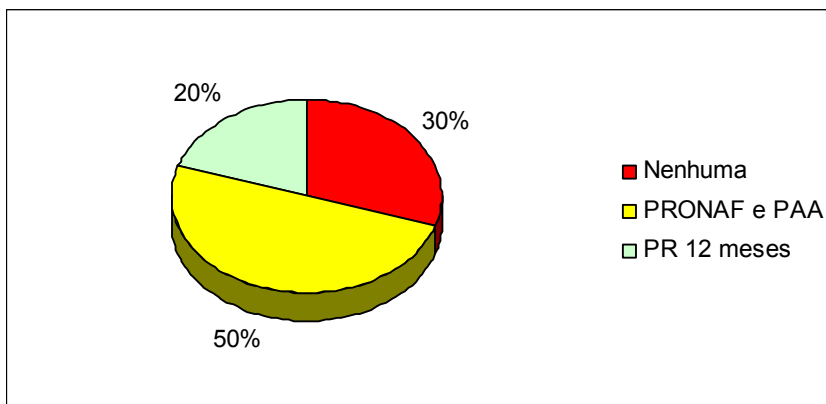


FIGURA 24 – PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS DAS AÇÕES DO GOVERNO COM RELAÇÃO À AGRICULTURA ORGÂNICA – COLOMBO
FONTE: AUTOR (2007)

No âmbito de Colombo (FIGURA 24), as opiniões foram contrastantes, desde a fala de um entrevistado sobre o crédito: “O PRONAF é uma ajuda boa.” Até posições opostas, como o depoimento deste agricultor: “O governo deu o maquinário para a associação, sem perguntar se ela tinha os 30% para pagar...” ou “Não fez nada. E eu estou bem aborrecido.” O fato que chamou a atenção foi a não percepção sobre as ações governamentais, mesmo os agricultores sendo beneficiários de programas, como foi o caso do PRONAF.

O crédito acessível é recente, portanto seus resultados ainda não podem ser avaliados. No que tange ao aporte de recursos governamentais para atividades grupais, que foi mais expressivo em Colombo, nota-se que devido à desarticulação das organizações dos agricultores e do governo acabaram apresentando resultados inócuos.

Parece oportuno o comentário de que em dois eventos onde a temática era justamente sobre as políticas públicas de apoio à agricultura orgânica no Paraná, os representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) foram prolixos na sua apresentação. No primeiro evento, realizado na Lapa em julho de 2007, mais precisamente no Encontro Ampliado da Rede Ecovida, o palestrante preferiu falar o que era uma política pública. E no outro evento, III Paraná Orgânico realizado em Pinhais em dezembro do mesmo ano, foi discutida a diferença entre agricultura de substituição de produtos e a agroecologia.

Desta forma, foram perdidas oportunidades de divulgar as políticas, já que no primeiro evento os participantes pertenciam aos três estados do sul e no segundo havia agricultores de todas as regiões do estado. Em função desta falta de

objetividade, chega-se à conclusão de que, ou as referidas políticas não existem, e o discurso é apenas vazio, ou se tem vergonha de expô-las ou falta interesse genuíno na questão.

Os agricultores foram questionados sobre os fatores restritivos que têm impedido o desenvolvimento da agricultura orgânica na RMC. Na sequência, foram colocados em uma situação hipotética, onde seriam os gestores públicos, com o aparato estatal para impulsionar a atividade. Os resultados são apresentados a seguir em ordem decrescente de frequência por categoria (FIGURAS 25 a 28).

CATEGORIAS	FATORES RESTRITIVOS
Divulgação	Pouca ou nenhuma propaganda, principalmente quando se avalia a televisão
	Consumidores não têm consciência do que é orgânico
Mercado	Preço para o consumidor é alto
	Os agricultores que poderiam entrar acham que não tem mercado
	A maior parte dos consumidores faz compras no supermercado e tem hábito de consumo estreito
Políticas	Falta assistência técnica
	Faltam novos agricultores no sistema para termos mais força

FIGURA 25 – PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES DOS FATORES RESTRITIVOS DA ATIVIDADE – CAMPO LARGO

FONTE: AUTOR (2007)

CATEGORIAS	FATORES RESTRITIVOS
Políticas	Falta incentivo do governo
	Divulgação para novos produtores
	Falta assistência técnica
	Faltam cursos, agora agricultores entram no embalo dos motivos financeiros
	Falta a entrada de agricultores com mais área
	Falta infra-estrutura para a assistência técnica estatal
Políticas	Certificação muito cara
	Falta financiamento
	Dinheiro fácil de financiamento e agricultor não sabe o que fazer
	Falta pesquisa
Mercado	Preço para o consumidor é alto
	Valor recebido é baixo
	Estamos acuados pelas redes de supermercados
	Confusão com hidropônicos
	Faltam pontos de venda
Agricultores	Falta organização dos agricultores
	Falta processamento de hortaliças em grupo
	Falta motivação dos agricultores
Divulgação	Falta divulgação na televisão (em emissora líder e em horário nobre)
	Os consumidores não sabem o que é o orgânico
	Falta marketing

FIGURA 26 – PERCEPÇÃO POR PARTE DOS AGRICULTORES DOS FATORES RESTRITIVOS DA ATIVIDADE – COLOMBO

FONTE: AUTOR (2007)

Os fatores restritivos tiveram uma avaliação bastante distinta entre os sistemas, o que reforça a diferenciação entre as lógicas de condução das

propriedades. No sistema Campo Largo, o principal fator restritivo foi a divulgação e reflete a problemática de comercialização de cadeia curta, onde os consumidores ainda estão desinformados sobre o que é um alimento orgânico e onde encontrá-lo.

Em contrapartida, no sistema Colombo, onde predomina a comercialização em cadeia longa, os entrevistados apontaram a divulgação como último fator restritivo. Paradoxalmente, estes agricultores mencionaram as questões políticas como o principal problema, apesar de todos os recursos públicos que foram canalizados para o município. Dentro do que ficou categorizado como questões políticas, os cursos de formação foram apontados como um ponto restritivo, porém os mesmos entrevistados informaram pequena participação nestes eventos, o que demonstra um contrasenso.

Na avaliação dos dois sistemas, o preço alto dos alimentos orgânicos foi apontado dentro da categoria mercado, que obteve o segundo lugar na lista de fatores restritivos. Esta conclusão é importante, pois se coaduna com o que já foi levantado junto aos consumidores em diversos estudos (CURITIBA, 2006a; 2007; EMATER, 2007; IPARDES, 2007). Ainda na categoria mercado, os dois sistemas apresentaram suas ressalvas diante das redes de supermercados. O sistema Colombo é o que mais se relacionava com este segmento e apontou dificuldades severas e que vêm sendo sentidas em outras partes do território nacional (CPI, 2002; DULLEY, 2004; ACTIONAID, [2005?]).

CATEGORIAS	PROPOSTAS
Divulgação	Mostrar o que é o orgânico através de propagandas
	Divulgar através da televisão
Políticas	
Assistência Técnica	Contratar mais técnicos
	Contratar agrônomo para prestar assistência técnica aos feirantes, se fosse a Prefeitura de Curitiba
	Incentivar a produção de hortaliças orgânicas
Crédito	Financiar a atividade sem juros ou juros mais baixos
	Financiar análises de solo e sua correção
	Isentar a taxa de uso de solo nas feiras de Curitiba
	Apoiar a instalação de telefonia em localidades não atendidas
Legislação	Fiscalizar o transgênico
	Lei para proteger o orgânico e reduzir os venenos na convencional
Comercialização	Facilitar a venda na feira de Curitiba, pois estão pressionando demais. "Pegar no pé" dos agricultores convencionais também.
	Viabilizar mais espaços de comercialização local
	Manter as estradas rurais em condição de trafegabilidade
Pesquisa	Estudar os gargalos e daí discutir as soluções com os agricultores
Ensino	Realizar atividades nas escolas para sensibilizar a comunidade

FIGURA 27 – PROPOSTAS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – CAMPO LARGO

FONTE: AUTOR (2007)

CATEGORIAS	PROPOSTAS
Comercialização	Criar linha de crédito vinculada com a garantia de compra da produção
	Viabilizar um programa de compra de produtos para escolas e creches
	Melhorar as condições de venda: preço mais justo
	Criar novos pontos de comercialização sem custos
Divulgação	Mostrar o que é o orgânico através de propagandas
	Divulgar as diferenças entre convencional, hidropônico e orgânico
Crédito	Viabilizar patrulhas mecanizadas comunitárias
	Fortalecer as linhas de financiamento
	Destinar os recursos para financiar: investimento (80% do montante) e custeio (20%), sem juros.
	Criar um seguro agrícola
	Remunerar a conservação e manutenção de matas
Assistência Técnica	Contratar mais técnicos
	Contratar profissionais que colaborem no gerenciamento da produção e da comercialização
	Criar programas que trabalhe com a estima dos agricultores para que ele honre a camisa que veste
Pesquisa	Realizar um estudo sobre o mercado para convencer mais agricultores
Ensino	Estabelecer um programa que ensine a lidar com dinheiro nas escolas
Certificação	Criar procedimentos mais simples, eliminando a papelada

FIGURA 28 – PROPOSTAS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – COLOMBO
 FONTE: AUTOR (2007)

As propostas elaboradas pelos agricultores do sistema Campo Largo foram focadas nas questões de divulgação, que foi o maior problema elencado. Já, o sistema Colombo evidenciou as questões de mercado por meio da categoria comercialização. Na qual, indicou uma tendência no encurtamento da cadeia de comercialização, contemplando venda em novos pontos e direto para o mercado institucional. Em segundo plano, as questões de divulgação acompanharam a visão do sistema Campo Largo.

4.2.8 Comércio

O presente trabalho, ao questionar os agricultores com relação ao comércio, se aproxima de uma área muito complexa e reputada como o maior fator restritivo da atividade, em diversos estudos (DAROLT, 2000; CURITIBA, 2006a e IPARDES, 2007).

A forma de comercializar foi um dos critérios estabelecidos para caracterizar os municípios-tipo. Campo Largo conta com a comercialização de cadeia curta pela venda direta (85,2%), sendo que os outros tipos de venda estão expressos (FIGURA 29) a seguir. A comercialização direta por ser a mais representativa neste sistema foi

detalhada. De onde se depreendeu que 86% do total de venda direta é comercializado pelas feiras, 12% por meio de vendas na propriedade/turismo rural e apenas 2% em forma de cestas. No caso da venda para o varejo, esta foi direcionada para restaurantes orgânicos e convencionais, supermercados locais e quitandas e quanto à venda para processadoras, subentendem-se as empresas fornecedoras das redes de supermercados.

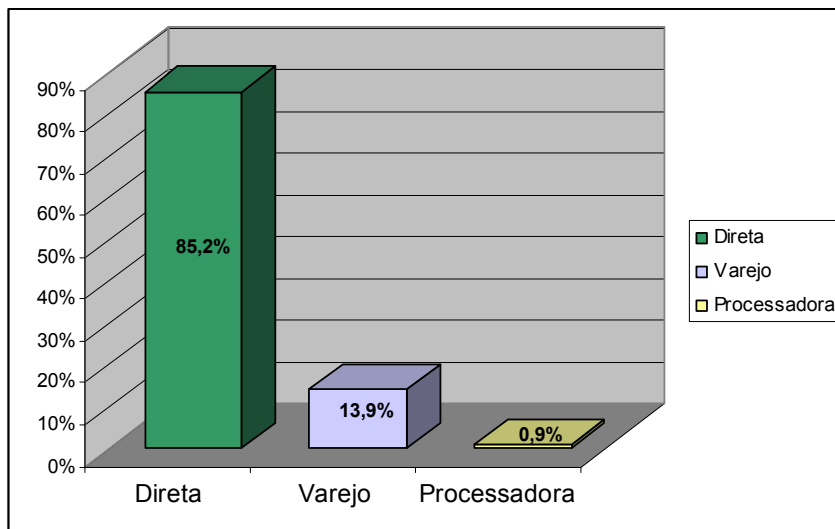


FIGURA 29 – DISTRIBUIÇÃO DA VENDA DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS ENTREVISTADOS EM CAMPO LARGO EM RAZÃO DA FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO

FONTE: AUTOR (2007)

O que chama a atenção é o grau de insatisfação dos agricultores com o seu sistema de comercialização (40%), porém não se traduziu em muitas ações coordenadas, pois 40% dos insatisfeitos relataram que não fizeram nada para melhorá-lo. As ações realizadas pelos outros 60%, foram em ordem decrescente de frequência: melhorar a qualidade dos produtos, atendimento, variedade, divulgação através de reportagens nos jornais locais, boca-a-boca e pagamento para distribuição de panfletos nas imediações da feira do Campina do Siqueira (Curitiba).

Ainda neste assunto, os agricultores sentiram elevação nos seus custos de produção em 60% dos entrevistados, os outros 40% manifestaram a estabilidade dos mesmos. Isto é questionável, pois conforme afirmação de Darolt (2002), a tendência dos custos com a consolidação do sistema é de se estabilizar e inclusive decrescer, como acontece em outros países. Acredita-se, pelas observações realizadas nas entrevistas e nos grupos focais, que os custos crescentes estejam

ligados a problemas de manejo. E com a inexistência de uma gestão organizada da propriedade, estes problemas tornam-se crônicos e amplificam os custos.

Para evidenciar o quadro crítico da administração da propriedade, observou-se que 80% dos entrevistados não têm controle dos seus custos e muitos têm dificuldades de enumerar quais seriam os componentes de custos. Certificação, perdas, propaganda e depreciação foram os componentes menos citados em questão aberta. Os 20% que afirmaram conhecer os custos de produção estimaram um valor entre 25% a 45% do preço final, o que representa uma cifra muito elástica.

O reflexo disso é uma precificação com base em tabelas de outras feiras orgânicas, que foram originadas de uma pesquisa de preços nas Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA/PR) e nas feiras convencionais de Curitiba, no início dos anos 2000.

Percebe-se assim, que os preços não possuem um critério técnico de elaboração e variam de acordo com o equipamento de comercialização. As leis de mercado, onde se observa o comportamento da demanda e da oferta, não são contempladas pelos agricultores. Segundo Vasconcellos e Garcia (2006) os produtores buscam a maximização de lucros. Na concepção destes autores, o lucro total é definido “como a diferença entre as receitas de vendas e seus custos totais de produção” (2006, p. 73).

O agricultor, assim, determina a combinação de produtos a serem cultivados bem como suas quantidades, objetivando uma diferença positiva (máxima) entre a receita das vendas e o custo de produção (VASCONCELLOS e GARCIA, 2006). Mas, como faltam dados desta fórmula, os agricultores acabam estimando alguns índices, o que acarretou em preços acima da média que os consumidores orgânicos estavam dispostos a pagar. Isto resultou em perdas de produtos e “afastamento” de consumidores. Como relatou um feirante de Campo Largo: “Falei para a cliente que o tomate custava 6 reais o quilo e ela disse que era um absurdo e que não voltaria mais na feira.” Apesar destes e outros depoimentos, a maioria dos agricultores entrevistados não manifestou grande preocupação com o fato.

A comercialização de cadeia curta, que é característica deste município-tipo, foi considerada como um oligopólio. As feiras de Curitiba apresentavam 56 feirantes orgânicos, o que evidencia um pequeno número de fornecedores no mercado (CURITIBA, 2006a). Nas palavras de Vasconcellos (2002, p. 170) “o oligopólio,

assim como o monopólio, ocorre basicamente devido à existência de barreiras à entrada de novas empresas no setor”.

A entrada em uma feira orgânica está condicionada a uma vaga no equipamento de abastecimento, além das devidas comprovações de que os produtos são orgânicos (certificação), o que demanda a conversão da propriedade e assim por diante. Desta forma, as barreiras para a entrada rápida de muitas “empresas” estão configuradas. O número de feirantes manteve-se estável até 2004, devido ao processo moroso no planejamento e ampliação de novas feiras pela municipalidade de Curitiba. As feiras existentes não eram ampliadas, pois havia uma pressão dos feirantes mais antigos no sentido de não permitirem novos feirantes que dividiriam uma mesma clientela.

Diante de um quadro oligopolista podem ser encontradas duas formas de atuação: concorrência, estabelecida por meio de guerra de preços ou por promoções e cartelização, denotada por fixação ou alinhamento de preços (VASCONCELLOS, 2002).

Durante a pesquisa foi relatada por diversos agricultores uma pressão por parte de outros feirantes orgânicos para que não houvesse a prática de preços mais baixos. Os agricultores “pressionados”, normalmente iniciantes nas feiras, estavam tentando praticar a concorrência, citada anteriormente, sendo assim forçados a assumir a cartelização.

Conforme revelado, esta pressão se deu por meio de conversas amistosas com enfoque no corporativismo até por comportamentos coercitivos ou intimidadores, onde alguma retaliação poderia ser implementada, em uma eventual rebelião do novato. Esta cartelização, porém, vai contra os princípios da própria Rede Ecovida de Agroecologia, que preconiza comércio justo (uma parceria comercial, baseada no diálogo, no respeito e na transparência, que visa uma maior equidade no comércio) e ao que foi propagandeado sobre processos produtivos que não degradem o meio ambiente (REDE ECOVIDA, 2008).

Segundo a Rede Ecovida (2008) que congrega e certifica a maior parte dos feirantes da RMC, um dos seus objetivos “é estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; (...) e aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores”. Desta forma, o discurso é um e a prática na feira é outra. Isto é lamentável e já demonstra seus frutos nos resultados decrescentes da comercialização das feiras (CURITIBA, 2006a).

O problema é que esse discurso, que era afeito apenas pelos atravessadores orgânicos, está sendo assumido na prática pelos agricultores familiares, como foi verificado na realização do grupo focal em Campo Largo durante a pesquisa de campo. Neste momento específico foi levantada a questão do preço elevado e do alinhamento de preços em contraposição à forma “solidária” de aproximação. Esta argumentação gerou polêmica e revelou que o objetivo da maioria está, apenas, na maximização dos lucros (VASCONCELLOS e GARCIA, 2006).

Para finalizar a questão da precificação, na avaliação dos agricultores entrevistados em Campo Largo os preços têm se mantido estáveis no último ano para 50% deles, visão não compartilhada por 30% que afirmaram estar em alta e 20% em queda. Apesar disso, os agricultores que teriam condições de baixar os preços, não o fizeram. Preferiram praticar o mesmo preço o ano todo, o que conferiu certa previsão nas entradas de recursos, porém este “congelamento” de preços não acarreta somente aspectos positivos, como a falta de competitividade em alguns momentos do ano.

Ressalte-se que em algumas épocas do ano, os feirantes retornaram para a propriedade com muito produto que virou adubo. A possibilidade de fazer promoções e elaborar uma nova política de preços é pontual e logo desarticulada. Portanto ainda persiste a dificuldade de acesso ao alimento orgânico, por razões financeiras. Aqui não se contesta a maximização dos lucros, mas o conhecimento do papel dos preços de produtos substitutos (convencionais) é fundamental (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007). Dentro da análise econômica, sobretudo da microeconomia, “os preços relativos, isto é, os preços de um bem em relação aos demais” são mais importantes do que os preços absolutos ou isolados das mercadorias (VASCONCELLOS e GARCIA, 2006, p. 33).

O sistema-típico Colombo, por sua vez, foi caracterizado por comercialização de cadeia longa pela venda predominante para empresas, que por sua vez vendem para as redes de supermercados conforme a figura 30. Até 2005, estava presente em Colombo a APAC, que fazia este elo entre agricultores e o varejo. Porém por diversos problemas esta associação fechou as suas portas e seus associados buscaram as empresas de comercialização atuantes na região (Fruto da Terra e Rio de Una), outros canais de comercialização (Mercado Municipal, Varejão

do Capão da Imbuia, CEASA/PR, entre outros) ou desanimaram com os prejuízos e pararam suas atividades.

Os dados de local de venda e proporção referentes aos pesquisados são detalhados a seguir. A estrutura de mercado, onde as empresas processadoras estão envolvidas, foi considerada como um oligopólio concorrencial. Assim, as mesmas não se organizaram para fixação de preços e repartição do mercado. Portanto, até onde foi observado, disputam o mercado, tentando se diferenciar. Isto se torna mais difícil, pois o produto agrícola apresenta características homogêneas, onde uma alface orgânica da empresa A é, em tese, igual a da empresa B (VASCONCELLOS, 2002).

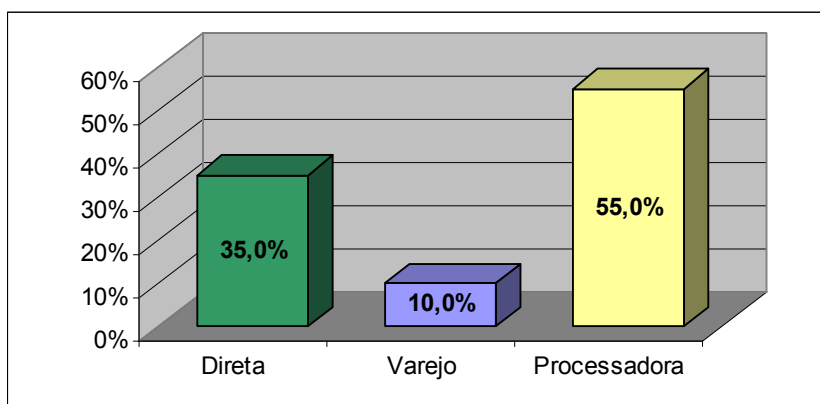


FIGURA 30 – DISTRIBUIÇÃO DA VENDA DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS ENTREVISTADOS EM COLOMBO EM RAZÃO DA FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO
FONTE: AUTOR (2007)

O que chama a atenção é o grau de insatisfação dos agricultores com o seu sistema de comercialização (90%). De fato esta insatisfação foi traduzida nas seguintes ações em ordem decrescente de frequência: busca de novos mercados, inclusive pela certificação própria; participação em curso de empreendedorismo rural, reunião de agricultores para discutir a questão; diversificação de produtos; contratação de agente de comercialização; fornecimento para restaurante.

Ainda neste assunto, os agricultores alegaram sentir elevação nos seus custos de produção em 70% dos entrevistados, enquanto que 30% avaliaram que a situação estava estabilizada. Porém, os mesmos 70% dos entrevistados não elaboraram seus custos e muitos apresentaram dificuldades de enumerar quais seriam os componentes de custos. As perdas, propaganda e depreciação foram os

componentes menos citados em questão aberta, apesar da sua importância na sustentabilidade da propriedade.

Portanto este quadro evidencia problemas na gestão da propriedade, também no sistema-típico Colombo. A obtenção de alimentos orgânicos pode ser feita por meio de diversos processos produtivos, que combinarão insumos e outros fatores de produção. Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), a escolha do processo produtivo depende da sua eficiência, que pode ser tecnológica ou econômica:

Um método é tecnicamente eficiente (**eficiência técnica** ou **tecnológica**) quando, comparado com outros métodos, utiliza menor quantidade de insumos para produzir uma quantidade equivalente de produto. A **eficiência econômica** está associada ao método de produção mais barato (isto é, os custos de produção são menores) relativamente a outros métodos (VASCONCELLOS e GARCIA, 2006, p. 59, grifo do autor).

Neste sentido, o sistema Colombo tem uma eficiência tecnológica, em função do histórico do município na produção de olerícolas, que é o produto mais demandado pelos seus compradores, das condições edafo-climáticas, da mão-de-obra e maquinário. Porém, não conseguiu ainda, arranjar estes fatores técnicos com as questões econômicas (preço, gestão da propriedade) para ampliar a sua sustentabilidade.

Com relação aos preços recebidos, estes estavam de acordo com a tabela das empresas que possuíam um preço médio anual em função de padrões de qualidade. Porém, as empresas constantemente sofrem pressões das redes de supermercados através das práticas abusivas, inclusive sacramentadas em contratos. Segundo depoimentos dos agricultores, “pagamos as perdas aos supermercados, mesmo que elas não ocorram e muitas vezes nossos pedidos são devolvidos, simplesmente porque o pessoal do mercado esqueceu de digitar o pedido...”

Estes são apenas alguns de muitos relatos de abusos que ocorrem diante de um setor extremamente fortalecido, como é o supermercadista na RMC. Percebe-se assim, nas palavras de Alcântara *et al.* (2005), a fragilidade dos agricultores orgânicos diante de grandes grupos econômicos que costumam “alugar” espaços para exposição de produtos, pois são a parte mais frágil desta corrente de comercialização.

O fato de organizações dos agricultores, empresas individuais, terem sucumbido diante da relação com estas redes, em um passado próximo deveria chamar a atenção do poder “público”. Conforme Vasconcellos e Garcia (2006, p. 85), “o Brasil possui, desde os anos 1960, extensa legislação que procura coibir os abusos do poder econômico em defesa da concorrência e da proteção dos consumidores.” Porém, o que se tem visto é a falta de ação dos órgãos competentes, onde fica fragilizado o consumidor e o agricultor (CPI, 2002; DULLEY, 2004; ACTIONAID, [2005?]).

Para concluir a questão dos preços, na avaliação dos agricultores, os mesmos se mantiveram estáveis no último ano para 60%, apresentaram elevação para 10% e queda para 30%.

Para ilustrar a questão preço em diferentes canais de comercialização, apresenta-se os dados da pesquisa de Vieira (2006), onde o autor comparou o preço das hortaliças em 5 feiras orgânicas, 2 feiras convencionais (TABELA 7) e 5 redes de supermercados (TABELA 8), no mês de setembro de 2006.

TABELA 7 – PREÇOS MÉDIOS DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS E CONVENCIONAIS – *IN NATURA* (FEIRAS), CURITIBA - PR

PRODUTO	UNID.	PREÇO MÉDIO DAS HORTALIÇAS ORGÂNICAS (R\$)	PREÇO MÉDIO DAS HORTALIÇAS CONVENCIONAIS (R\$)	DIFERENÇA DE PREÇO (ORGÂNICO/CONVENCIONAL) (%)
Alface americana	Un	1,52	1,50	1,33
Alface lisa	Un	1,06	0,95	11,58
Batata	kg	2,50	1,35	85,19
Beterraba	Un	0,35	0,27	32,83
Cenoura	Un	0,26	0,14	94,07
Tomate	kg	4,04	1,50	169,33

FONTE: VIEIRA (2006)

NOTA: A diferença média de preços encontrada nos 17 produtos que compuseram a pesquisa completa foi de 46,29%.

TABELA 8 – PREÇOS MÉDIOS DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS E CONVENCIONAIS – HIGIENIZADAS E EMBALADAS (SUPERMERCADOS), CURITIBA - PR

PRODUTO	UNID	PREÇO MÉDIO DAS HORTALIÇAS ORGÂNICAS (R\$)	PREÇO MÉDIO DAS HORTALIÇAS CONVENCIONAIS (R\$)	DIFERENÇA DE PREÇO (ORGÂNICO/CONVENCIONAL) (%)
Alface am.	kg	11,44	6,72	70,14
Alface lisa	Kg	19,87	6,30	215,40
Beterraba	Kg	6,82	3,96	72,31
Cenoura	Kg	7,15	3,73	92,04
Tomate	kg	8,81	7,16	22,97

FONTE: VIEIRA (2006)

NOTA: A diferença média de preços encontrada nos 17 produtos que compuseram a pesquisa completa foi de 71,25%.

Salienta-se a diferença de preços, o que pode ser comprovado, apesar das diferentes unidades de medida dos produtos. No caso do tomate, que é um produto emblemático na produção orgânica, pela dificuldade na sua produção e pelos índices de contaminação no seu congênere convencional, a diferença entre o preço praticado no supermercado em relação à feira orgânica é superior em mais que o dobro.

Finalmente, para estabelecer um comparativo entre as processadoras de alimentos orgânicos comparam-se os preços entre estas empresas, seus similares da convencional (embalados) e produtos a granel. Os produtos apresentados aqui foram selecionados porque possuem seu congênere em várias formas de apresentação e modos de produção (FIGURA 31).

ORGÂNICOS EMBALADOS			CONVENCIONAIS EMBALADOS		CONVENCIONAIS
PRODUTO	FORNECEDOR	PREÇO (R\$/kg)	FORNECEDOR	PREÇO (R\$/kg)	PREÇO (R\$/kg)
Alface americana	A	8,47	C	5,93	1,59
Batata	A	3,44	-	-	0,80
Cenoura inteira	A	5,18	D	7,47	1,09
Cenoura inteira	B	8,75	-	-	-
Couve-flor	A	8,37	D	5,87	-
Couve-flor	B	8,26	C	4,13	-
Tomate	B	10,72	D	7,97	0,95
Tomate	-	-	C	3,94	-

FIGURA 31 – PREÇO DE PRODUTOS ORGÂNICOS, DE CONVENCIONAIS *IN NATURA* EMBALADOS E DE PRODUTOS CONVENCIONAIS, EM DIVERSOS SUPERMERCADOS DE CURITIBA – PARANÁ- JUN 2006

FONTE: IPARDES (2007)

NOTA: (1) Os preços foram coletados em época sem ocorrência de evento climático recente atípico/desfavorável

(2) As empresas orgânicas (A e B) e convencionais (C e D) foram codificadas

Segundo o IPARDES (2007), no estudo completo, de um total de 15 produtos, apenas três eram mais baratos nos orgânicos (cenoura, chuchu e ervilha). A abobrinha era comercializada com o mesmo preço e nos outros mais caros, principalmente na batata, aipim, couve-flor, repolho. Com relação às duas processadoras que atuavam na região na época da pesquisa, as mesmas apresentam preços similares no item couve-flor e diferenças significativas no caso da cenoura inteira, o que demonstra um processo de concorrência estabelecido, como já foi comentado.

4.2.9 Política (Associações, cooperativas e outros)

Os processos associativos formais na região remontam aos anos de 1980, quando da administração do Sr. Claus Germer na pasta estadual da Agricultura. Na sua gestão, de 1982 a 1984, foram criadas 14 associações na RMC, com a finalidade de ser um canal de comercialização para os agricultores. Além das finalidades comerciais, era esperado destas entidades um papel representativo da classe. As 14 entidades estão ilustradas na figura 32.

MUNICÍPIO	ENTIDADE	SIGLA
Agudos do Sul	Associação dos Produtores de Hortigranjeiros de Agudos do Sul	HORTISUL
Almirante Tamandaré	Associação dos Produtores Rurais de Almirante Tamandaré	ASTRO
Araucária	Associação dos Produtores Rurais de Araucária	APRA
Balsa Nova	Associação dos Produtores Rurais de Balsa Nova	AGRONOVA
Campina Grande do Sul	Associação dos Produtores Rurais de Campina Grande do Sul	ACOMGRASUL
Campo Largo	Associação dos Produtores Rurais de Campo Largo	AGROCAMPO
Colombo	Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo	APAC
Contenda	Sociedade União Agrícola de Produtores Senhor Bom Jesus	SUACAN
Mandirituba	Associação dos Produtores Rurais de Mandirituba	APRAM
Quatro Barras	Associação dos Produtores Rurais de Quatro Barras	AGROBARRAS
Rio Branco do Sul	Associação dos Produtores Rurais de Rio Branco do Sul	RIOSUL
São José dos Pinhais	Associação dos Produtores Rurais de São José dos Pinhais	APROSP
Adrianópolis com extensão para: Apiaí, Barra do Turvo, Iporanga e Ribeira (SP) e Bocaiúva do Sul e Cerro Azul	Associação dos Produtores do Vale do Ribeira	AGROVALE
	Federação Paranaense de Associações de Produtores Rurais*	FEPAR

FIGURA 32 – ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DA RMC

FONTE: BALESTRIN (2002)

NOTA: *Criada em 1985 com o respaldo das associações dos seguintes municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Alm. Tamandaré, Araucária, Camp. Gr. do Sul, Campo do Tenente, Cerro Azul, Colombo, Lapa, Mandirituba, Morretes, Quitandinha, Rio Br. do Sul, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul

A criação acelerada de associações, que até nos seus nomes/identidade, parecem seguir uma fórmula, foi uma iniciativa de caráter estatal. Claramente, se pode notar o sentido da criação: de cima para baixo. Inicialmente, a associação recebia através do estado diversos recursos para construir sua sede, armazéns e para adquirir caminhões, máquinas, tratores, entre outros. Normalmente a municipalidade colaborava com a doação de um terreno. Apenas para citar um exemplo da falta de autonomia, a Federação Paranaense de associações de Produtores Rurais (FEPAR) era administrada por técnicos da EMATER-PR até 1993, o que caracteriza seu atrelamento ao governo do estado (BALESTRIN, 2002).

Na trajetória histórica das associações que trabalharam com a agricultura orgânica cita-se, inicialmente a da Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo (APAC). Esta associação foi criada em 1984, na comunidade do Boicininga em Colombo. Sua atividade principal era a comercialização de cestas em Curitiba e nesta época utilizavam a estrutura da igreja da comunidade. Em 1988, receberam um terreno da prefeitura e até meados de 1990 não tiveram muitas atividades, como a maioria dos seus pares na região. Por volta de 1995, segundo Balestrin (2002) a APAC prestava serviços de preparo do solo e possuía uma cozinha para manipulação para produtos de origem vegetal.

Nesta época, com apoio fundamental da prefeitura, iniciaram a comercialização junto ao programa da merenda escolar e em algumas redes de supermercado. Em 1997, aconteceu a parceria com a AOPA, que trouxe a APAC para além da agricultura convencional. Esta parceria durou até o final de 1999, daí em diante a APAC seguiu comercializando produtos orgânicos e convencionais chegando em 2002 a comercializar 450 t de produtos orgânicos e 950 t de convencionais. Naquela época, seu quadro associativo era composto por 100 sócios, sendo que 30 eram orgânicos e 10 estavam em conversão.

A comercialização era feita junto às redes de supermercados de Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul respondendo por 98% do escoamento da produção e apenas 2% era comercializado na loja da APAC, direto ao consumidor e único ponto de venda de orgânicos no comércio varejista de Colombo. Segundo CEAO (2002) a formação de preço da APAC tomava como referência o preço pago aos agricultores na CEASA e acrescentava 30 – 40%. Ainda segundo CEAO (2002) naquela época, suas maiores dificuldades eram:

- capacidade de produção frente à demanda;

- necessidade de ampliação do beneficiamento;
- restrição financeira aliada à dificuldade de acesso ao crédito para investimento;
- a comercialização era complicada, sendo necessário a ampliação de outros canais de comercialização para reduzir a dependência das redes de supermercados.

Estas dificuldades perduraram e acompanharam a APAC até o seu fechamento em 2005. A maioria dos entrevistados de Colombo foi associada da APAC e lamentou seu fechamento, alegando as mais diferentes versões, desde má gestão, passando por falta de apoio do governo até por sofrer das práticas abusivas das redes de supermercados. Neste trabalho, não se busca fazer juízo sobre esta questão, porém o simples fato do ocorrido mostra um cenário complicado com relação ao modo de viver o associativismo na RMC.

A trajetória da AOPA já foi detalhada anteriormente, porém se faz necessário apresentar mais alguns dados relativos às suas dificuldades evidenciadas no documento produzido por CEAQ (2002), que pontua:

- falta de crédito para estruturação das propriedades e das atividades produtivas;
- carência de assistência técnica voltada a agroecologia;
- entraves legais e tecnológicos nas etapas de processamento;
- falta de canais de comercialização mais favoráveis aos agricultores.

Com o intuito de enfrentar estes problemas, a AOPA propôs naquela época suas estratégias:

- fortalecimento da organização dos agricultores e agricultoras agroecológicos;
- formação e capacitação de seus associados;
- estruturação da certificação participativa (Rede Ecovida);
- busca de canais alternativos de mercado;
- construção de um conjunto de parcerias com vários setores da sociedade.

Finalmente, a AOPA conseguiu estruturar a rede de certificação e tem atuado através de projetos na formação de seus associados e de agricultores interessados na mudança para a agricultura orgânica.

Com relação aos aspectos associativos dos agricultores entrevistados de Campo Largo, ficou claro que a maioria (90%) participa da Associação dos Produtores Orgânicos de Campo Largo (PRODORGAN) e também do grupo da Rede Ecovida, denominado também PRODORGAN, pois apesar de terem finalidades distintas, eles operam juntamente ficando difícil discernir as duas entidades. A PRODORGAN foi originária do amadurecimento de um núcleo municipal da AOPA. Já o grupo da Rede se formou em função da necessidade de certificação dos agricultores.

Em oficinas realizadas em 2005, para se avaliar o grupo e quais eram as suas possibilidades de crescimento, ficou evidenciada a característica individualista no grupo. Nos trabalhos de grupo, quando as pessoas eram provocadas para dizer qual era o seu papel na associação, muitos afirmaram que era trazer produto para “ela” vender ou presenciar as reuniões. Isto, de fato é muito pouco, quando se pensa em construir um processo abrangente de sustentabilidade.

Os agricultores em Campo Largo afirmaram em 30% das entrevistas que já tiveram problemas com associações e que estes estiveram ligados à: desvio de recursos, desistência e desânimo de outros associados e decepção com dirigentes. Os agricultores avaliaram que as associações de um modo geral estão nesta situação em função dos seguintes motivos (FIGURA 33).

Má administração ou falta de tempo dos dirigentes para tomar decisões.
Conflito de interesses: financeiro maior que outros interesses.
Individualismo.
Faltam dirigentes comprometidos.
Não viu resultados. AOPA aproveitou para projetos. O primeiro resultado foi a compra conjunta de tomate da PRODORGAN com preço mais baixo que os atravessadores.
Pequenas encrencas e as pessoas que começam já param.

FIGURA 33 – RELATO DOS AGRICULTORES SOBRE OS MOTIVOS QUE LEVAM AS ASSOCIAÇÕES A ESTAREM NA SITUAÇÃO ATUAL – CAMPO LARGO
FONTE: O AUTOR (2007)

Por outro lado, no município de Colombo, onde o processo associativo foi muito mais traumático, 50% relataram problemas com as associações ocorridos em função de discordâncias no modo de gerir a associação e de prejuízos causados pelas mesmas. Como demonstra a fala de um integrante da APAC: “Eles quase me quebraram!” Em função, destes problemas acredita-se que existe atualmente uma aversão generalizada ao redor do associativismo, que tem as suas raízes no histórico, que já foi explanado. Os agricultores avaliaram que as associações estão nesta situação em função dos depoimentos transcritos na figura 34.

Existe interesse particular e político.
Envolvimentos com políticos. Agrônomos não foram bem na gestão de associações, é a segunda que eles quebram na cidade.
Pessoal só vê dinheiro.
Quando mexe com dinheiro, complica para vender.
Onde tem muita gente que manda, não dá certo.
Faltam pessoas para por a mão na massa. Cachorro que tem muito dono, morre de fome.
Grandes redes atrapalham. Falta infraestrutura.
O associado tem culpa. Quando a verdura está cara no mercado, desvia a produção da associação.
O grande come o pequeno. Quatro ou cinco comem, o que 20 juntaram com trabalho.
Má administração. Só pensam no bolso.

FIGURA 34 – RELATO DOS AGRICULTORES SOBRE OS MOTIVOS QUE LEVAM AS ASSOCIAÇÕES A ESTAREM NA SITUAÇÃO ATUAL – COLOMBO

FONTE: O AUTOR (2007)

4.2.10 Fatores restritivos relativos à propriedade

Os respondentes avaliaram como “gargalos” que entravam o crescimento da agricultura orgânica os seguintes itens, segundo os dados dos gráficos que se seguem (FIGURA 35 e 36).

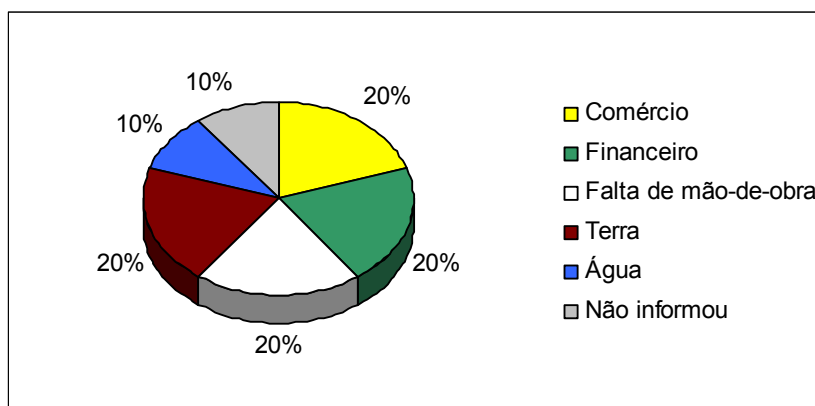


FIGURA 35 – FATORES RESTRITIVOS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – CAMPO LARGO

FONTE: O AUTOR (2007)

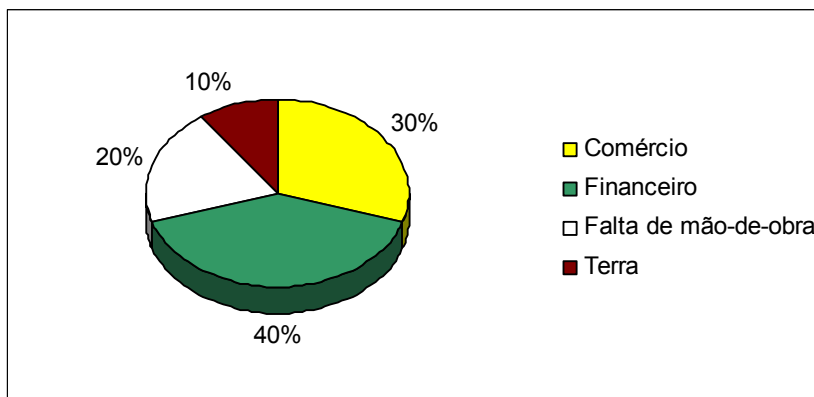


FIGURA 36 – FATORES RESTRITIVOS PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE – COLOMBO
 FONTE: O AUTOR (2007)

4.2.11 Produção animal

Cerca de 90% das propriedades registraram a presença de criações de animais em Campo Largo. Apenas, 30% manejavam estes animais com procedimentos orgânicos, o que causa um desequilíbrio no sistema em função dos medicamentos veterinários convencionais. Estes afetam a qualidade do esterco, urina e subprodutos das criações, que na maioria são utilizados na propriedade. 30% dos entrevistados não informaram e outros 40% os manejavam com as técnicas convencionais. O rebanho encontrado estava dividido conforme a figura 37.

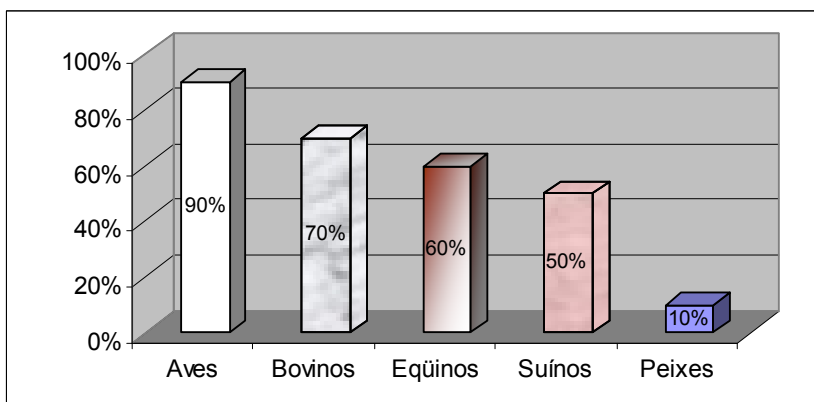


FIGURA 37 – DISTRIBUIÇÃO DAS CRIAÇÕES ANIMAIS NAS PROPRIEDADES VISITADAS: CAMPO LARGO
 FONTE: O AUTOR (2007)

Cerca de 70% das propriedades registraram a presença de criações de animais em Colombo. Apenas, 40% manejavam estes animais com procedimentos orgânicos, já os outros 30% os manejavam com as técnicas convencionais e 30% não informaram. O rebanho encontrado estava dividido conforme a figura 38.

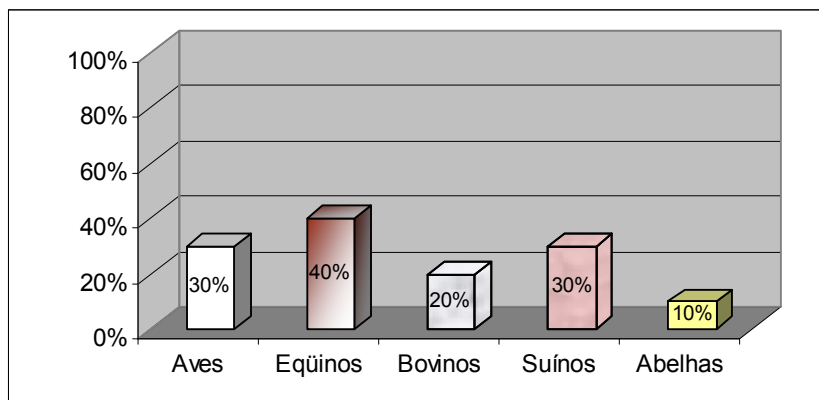


FIGURA 38 – DISTRIBUIÇÃO DAS CRIAÇÕES ANIMAIS NAS PROPRIEDADES VISITADAS: COLOMBO

FONTE: O AUTOR (2007)

Apesar das exigências crescentes das certificadoras e da preconização da diversificação da propriedade, os agricultores entrevistados dos dois sistemas estudados não revelaram esforços em direção ao manejo orgânico dos animais. É conveniente citar alguns fatores que colaboram para a manutenção deste quadro:

- a quase ausência de profissionais habilitados nesta área com os conhecimentos da agroecologia.
- desconhecimento de tecnologias ligadas ao manejo dos animais.
- utilização destes animais apenas para o consumo da família, em função das exigências da legislação quanto ao processamento de carne, leite, ovos e derivados; apesar de uma demanda reprimida considerável (CURITIBA, 2006a).

4.2.12 Qualidade de vida

No tocante à qualidade de vida, 95% dos entrevistados da pesquisa (Campo largo e Colombo) afirmaram a sua melhoria após a mudança para a agricultura

orgânica. Os motivos alegados estão ligados aos aspectos de renda, saúde e segurança no trabalho. Entretanto, um dos entrevistados relatou a piora em função de muita correria e estresse, o que denota que a agricultura orgânica pode trazer resultados ambientais e financeiros positivos e em contrapartida incorporar, também, efeitos deletérios. Por este motivo uma visão multidimensional é importante no tocante ao planejamento e à gestão da propriedade. Caso contrário, apenas os insumos foram mudados, mas a lógica de dependência e heteronomia persiste (CAPORAL e COSTABEBER, 2002a; GLIESSMAN, 2005).

Com relação ao consumo de alimentos orgânicos, todas as famílias entrevistadas manifestaram que se auto-abastecem de alimentos orgânicos. Porém, apresentaram dificuldade de acessar outros produtos oriundos de outras regiões do estado como: café, açúcar, farinhas, arroz e carne. O que chama a atenção é que vários destes produtos encontram-se disponíveis na região com preço similar ao convencional e por falta de informação não são consumidos. Percebe-se, assim, que a conscientização que muitos entrevistados consideram como importante deve começar a ser feita dentro de suas próprias casas. Isto também denota a falta de articulação entre as regiões produtoras, onde se poderia estabelecer trocas de produtos, até usando relações não-monetárias, como em algumas experiências alvissareiras realizadas pela Rede Ecovida a partir do segundo semestre de 2007, o chamado Circuito-Sul de Comercialização. Neste sentido, é possível vislumbrar um ciclo virtuoso de comércio, mas que não pode se submeter aos vícios mercadológicos.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS

O presente trabalho pretendeu também evidenciar a compreensão da diferença entre as chamadas políticas públicas e políticas com recursos públicos. Para tanto é preciso conceituar política, “que é derivada do adjetivo *politikós* originado de *pólis*, que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público” (BOBBIO *et al.*, 2004, p. 954). Pode estar relacionada com a atitude de governos em relação a determinado assunto ou problema de interesse da população.

Segundo Cruz (1994), os termos público e privado surgiram no Império Romano e são relacionados ao Direito Público e Privado que, por sua vez, são os alicerces do Direito Romano, que origina todo o Direito das sociedades ocidentais.

Por outro lado, o conceito do que é público advém da civilização grega. “Na *pólis* grega o espaço público é a esfera de ação do cidadão, é o espaço onde se compete por reconhecimento, precedência e aclamação de idéias” (CRUZ, 1994, p.1). Na sua origem, o termo público remonta à coletividade e ao exercício do poder na sociedade de iguais.

Neste sentido, Bobbio *et al.* (2004, p. 11) afirma que a administração pública é designada “pelo conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum numa coletividade ou numa organização estatal.” Este é de fato o senso comum a respeito do tema, mas esconde a realidade que é muito diferente.

Na atualidade, o privado se refere ao mercado e ao indivíduo. Cruz (1994, p.1) sinaliza que o público “passa a ser identificado com o Estado e o espaço onde ocorrem as relações políticas da sociedade.” Porém, as demandas da sociedade, principalmente aquelas ligadas à agricultura orgânica, não estão sendo atendidas plenamente nem por uma esfera nem por outra. Isto torna imperioso uma avaliação séria e detalhada da situação e a proposição de novas formas de interação da sociedade.

O que se observa na região é que o *público*, ou seja, nas palavras de Cunha (1986) o que é relativo ao povo ou à coletividade. As políticas “públicas” estão sendo executadas, mesmo quando as pessoas não estão sendo ouvidas. Com o interesse de quem? Com que resultado? Por quê? Para quem? Este questionamento é

fundamentado nos dados desta pesquisa que evidenciaram o desconhecimento da política “pública”, se é “pública” como pode ser desconhecida pelo público, que na região não é tão numeroso nem inacessível.

Conforme os dados já apresentados, em Campo Largo, 50% dos entrevistados não identificaram nenhuma atividade dos órgãos governamentais em relação à agricultura orgânica. Ao analisar as outras respostas a situação ainda piora, pois 10% dos agricultores entrevistados não opinaram. Além disso, 20% afirmaram que as ações se resumem até o momento apenas à tentativas. Finalmente, o que de concreto foi apresentado foi 10%, que afirmaram a realização de ações municipais relativas ao abastecimento e mais 10%, que apontaram os trabalhos conjuntos de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) conduzidos pelo Banco do Brasil em parceria com outras entidades.

A situação visualizada em Colombo não foi diferente, 30% não relataram nenhuma atividade, 10% mencionaram um programa onde a Associação (APAC) recebeu um recurso para maquinário, mas como era necessário uma contra-partida pecuniária, reclamou que ninguém perguntou se a associação tinha como pagar. Isto revela o papel paternalista ainda esperado pelo público em função das políticas anteriores e a falta de visão empreendedora. Outros 10% afirmaram ter participado do Paraná 12 Meses, um programa estadual que teve atividades de 1997 até 2006. Por fim, 50% relataram a participação no PRONAF e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos programas federais. O PRONAF foi extensamente elogiado pelo seu alcance, prazos e taxas de juros. Em contrapartida o PAA recebeu críticas relativas ao seu funcionamento, burocracia e contingenciamento de recursos, que foram evidenciadas, também, no trabalho de IPARDES (2007).

As políticas chamadas públicas continuam a não atender ao público, pois dificilmente as avaliações das mesmas são utilizadas para seu aprimoramento. Os formuladores das políticas públicas continuam a repetir receitas que mantêm o *status quo* e beneficiam aqueles que não precisam (BORSATTO, 2007).

Os agricultores potencialmente beneficiários ou beneficiários de fato têm dificuldade de exercitar a sua cidadania e expressar a sua opinião. Os espaços para este exercício ainda são muito localizados e não divulgados. Os ditos conselhos comunitários ou municipais, na maioria dos municípios, apresentam um caráter consultivo ou são formados por aliados das autoridades. Esta composição é feita para evitar problemas e facilitar a execução das políticas “públicas”. Este fenômeno

não é exclusividade dos pequenos municípios, infelizmente se reproduz em todas as escalas da administração pública, onde sob a égide da governabilidade se amplia uma base aliada para fazer a “máquina pública” funcionar.

Colaborando neste sentido, Borsatto (2007, p. 126-127), em sua dissertação “Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense”, afirmou que “os pequenos agricultores locais nunca foram beneficiados pelas políticas públicas, pelo contrário, na maioria das vezes foram os maiores prejudicados.” E continua “as políticas públicas mais recentes continuaram a beneficiar somente ao grande agricultor patronal por meio de créditos e subsídios.”

Por todos estes motivos, se questiona nesta dissertação as chamadas políticas “públicas” e em razão da realidade, aqui são chamadas de políticas com recursos públicos, já que ainda não atenderam aos interesses públicos, mas contam com o seu suporte financeiro. Acredita-se que a partir desta discussão se possa trazer o segmento para uma reflexão sobre o exercício da cidadania, apropriação dos espaços de avaliação das políticas e inclusive da formulação e regulação. Porém, sabe-se que a tarefa possui seus inconvenientes por se tratar de mudanças estruturais em um sistema de exercício do poder dito “público”.

As políticas com recursos públicos estão divididas neste trabalho nas seguintes áreas: crédito, educação, extensão (assistência técnica e extensão rural), legislação (certificação) e pesquisa.

5.1 EDUCAÇÃO

Neste item objetivou-se retratar a situação das diversas iniciativas relacionadas com a educação abrangendo atividades de formação profissional, educação formal e não-formal. A realidade de cada instituição foi explanada tendo como pano de fundo a RMC, que foi o foco deste trabalho.

5.1.1 Educação Superior

Notadamente, os cursos de Engenharia Agrônômica, das duas universidades da região (UFPR e Pontifícia Universidade Católica) não trazem na sua estrutura curricular nenhuma matéria específica que trate da agricultura orgânica. Há treze anos atrás, quando da minha formação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), um dos poucos contatos com o assunto dentro do curso foi em uma aula da disciplina de Agricultura Geral, quando fomos visitar uma propriedade orgânica em Colombo, mais precisamente na Colônia Faria. Era a, então pioneira, Chácara Verde Vida, até hoje em atividade. Após a visita, não aconteceram maiores aprofundamentos ou discussões. Havia poucos professores sensíveis à proposta, a maioria sequer mencionava a atividade, alguns mais contundentes questionavam sua viabilidade técnica.

O fato do ensino superior quase ignorar o assunto merece destaque. Segundo a missão da UFPR, que é “fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável.”, algo parece estar com problemas (UFPR, 2007). Se este conhecimento não é gerado, muito menos será transmitido, prejudicando a formação profissional de uma geração, que será demandada a solucionar problemáticas cada vez mais amplas e ligadas à sustentabilidade.

Esta situação fica bastante clara nas palavras de Almeida (2002),

em relação à capacitação dos agentes agroecológicos, esta ainda se mostra deficiente de maneira geral. Pela dificuldade de penetração nos espaços acadêmicos mais consolidados, a proposta fica se reciclando entre um número reduzido e permanente de técnicos reconhecidos por sua alta contribuição ao tema.

No âmbito da sala-de-aula não havia espaço para este aprendizado, então naquela época (1990-1994), os alunos buscavam o Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica (GEAE) para avançar na geração bem como na transmissão destes conhecimentos. O grupo era formado por alunos de diversos períodos, contando com o apoio da professora Celina Wisniewski e reuniam-se periodicamente para discutir temas relevantes após as aulas. Uma sala, próxima ao Centro Acadêmico, era o espaço cedido, onde uma pequena biblioteca inspirava novas descobertas. Na

época, o grupo possuía uma área na Estação Experimental do Cangüirí, onde desenvolviam várias pesquisas e mantinham unidades demonstrativas.

Naquela mesma época, onde este pesquisador teve mais contato com a UFPR, durante todos os anos havia o Ciclo de Atualização da Agronomia, promovido pelo Centro Acadêmico, onde assuntos não discutidos na grade curricular ou novos eram ministrados aos alunos na forma de cursos. Nenhum curso com a temática da agricultura orgânica foi sequer ofertado no período.

Diante da situação em que a formação universitária não favorece o conhecimento da agricultura orgânica, o número de profissionais atuando neste campo do conhecimento parece ser proporcional. Os profissionais que desejaram enveredar por esta área tiveram que buscar os saberes em outros locais, quando uma instituição de ensino superior deveria contemplar todas as matizes de conhecimento para uma formação plena. Frente à sua missão no que concerne à sustentabilidade, a Universidade esbanja omissão com relação à agricultura orgânica.

Atualmente, devido ao ingresso de novo docente de Olericultura na UFPR, o professor Átila Mógor, iniciaram-se trabalhos de pesquisa voltados à agricultura orgânica. Os mesmos foram apresentados pelos acadêmicos por ocasião do III Paraná Orgânico, no começo de dezembro de 2007 e impressionaram os agricultores presentes. Tal evento contou com a colaboração do professor Luciano Almeida, da disciplina de Extensão Rural, que também possui trabalhos nesta área.

Se não fosse esta iniciativa, poderia-se dizer que a Fazenda da UFPR, depois do decreto da APA do Iraí, ficou praticamente paralisada. Por outro lado, era de se supor que a fazenda fosse a primeira a atender às demandas ambientais impostas pelo zoneamento ecológico-econômico da APA.

5.1.1.1 Educação continuada de profissionais e Pós-Graduação

No ano de 2005, foi iniciada uma turma do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa, uma espécie de residência agrônoma envolvendo várias universidades da região sul e sudeste, sendo a UFPR uma delas. Foram pós-graduados aproximadamente 15 alunos e

muitas das monografias foram realizadas na RMC. Outros cursos de pós-graduação nesta área, apesar do interesse de algumas instituições de ensino superior como a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Faculdades Integradas Espírita (FIES), não se viabilizaram até o momento por falta do número mínimo de participantes.

5.1.2 Educação de nível Médio e Pós-Médio

Os colégios agrícolas não estavam presentes na área de abrangência deste estudo até o ano de 2.004, quando da fundação do Colégio da Lapa, que tem um Curso Técnico em Agroecologia, pelo governo do estado. No ano de 2005, a Universidade Federal do Paraná, através da Escola Técnica (ET- UFPR), desenvolveu uma turma do Curso Técnico em Agroecologia em parceria com diversas entidades do terceiro setor. Esta primeira e última turma, nesta modalidade, formou aproximadamente 32 técnicos com grande participação de residentes em municípios da RMC, mais especificamente dois técnicos residem em Campo Largo, um dos municípios-tipo desta pesquisa. O processo de seleção destes educandos foi feito pelas organizações dos agricultores e contemplou com 95% das vagas, agricultores ou seus filhos. O curso foi estruturado dentro da pedagogia da alternância, o que propiciou a participação efetiva dos educandos, pois a distância para um deslocamento freqüente seria um entrave definitivo. A alternância era composta de um período de aulas, em torno de uma semana e mais um período de atividades na propriedade e comunidade (HOELLER, 2006).

Ressalte-se a pequena participação de professores do Setor de Ciências Agrárias da UFPR como docentes deste curso, que segundo sua proposta inicial deveria aproveitar os recursos humanos disponíveis da Universidade.

Mais recentemente (2007), foi criado no Colégio Estadual Newton Freire Maia, o Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia. Aproveitando a estrutura do antigo Parque de Exposições Castelo Branco (Pinhais) e parte das instalações do Centro de Treinamento do Instituto EMATER-PR, o curso neste primeiro ano atende 39 alunos, oriundos basicamente de municípios do Vale do Ribeira.

5.1.3 Educação de agricultores

A dinâmica de cursos de formação para os agricultores tem sido bastante heterogênea e com vários enfoques dependendo da instituição que ministra o evento. Apenas recentemente houve uma parceria orquestrada do Instituto EMATER-PR com o SENAR, por uma demanda da Prefeitura de Curitiba, em função do Mercado Municipal de Orgânicos. De fato, pôde-se vislumbrar o efeito da sinergia destas entidades com um objetivo comum. O Instituto EMATER-PR catalisou grupos de agricultores interessados em iniciar um processo de conversão, o SENAR realizou uma capacitação inicial e o EMATER-PR continuou a capacitação realizada em encontros mensais e apoiou o grupo com assistência técnica. Destes grupos, alguns agricultores realizaram a conversão e estão produzindo. Não se sabe se todos entregarão seus produtos no Mercado Municipal de Orgânicos, mas o processo foi iniciado. Acredita-se que a partir desta experiência, que já vinha acontecendo em outras regiões do estado, outras poderão ser implementadas. Nesta ocasião (2006-07) foram viabilizados cursos nos seguintes municípios: Campina Grande do Sul, Campo Magro, Lapa, Mandirituba e Quatro Barras.

Normalmente, as entidades, tanto da iniciativa estatal (EMATER-PR e Centro Paranaense de Referência em Agroecologia) quanto das ONG's e do sistema "S" (SENAR E SEBRAE) executam seu planejamento de cursos em função da demanda dos agricultores, sindicatos, associações ou daquelas relacionadas com projetos específicos.

Na esfera estatal na RMC, o EMATER-PR em conjunto com o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e outras entidades realizou o evento chamado Paraná Orgânico, onde diversas oficinas e cursos ocorreram e contemplaram as excursões de agricultores de todo estado.

No âmbito do sistema "S", se destacou o SENAR, que atua através de cursos de 24 horas (Informações Básicas sobre Agricultura Orgânica), 16 horas (Olericultura Orgânica) e módulos de 8 horas para cada uma das culturas: feijão, milho, soja e cana-de-açúcar. Na figura 39, pode-se dimensionar a realização dos cursos nos últimos cinco anos, até para se avaliar como está o crescimento da atividade.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES CONCLUINTES
2003	4	57
2004	5	72
2005	28	317
2006	36	406
2007	13	142
TOTAL	86	994

FIGURA 39 – CURSOS DE AGRICULTURA ORGÂNICA REALIZADOS PELO SENAR NA RMC

FONTE: SENAR – PR (2007)

NOTA: Participantes concluintes são aqueles que têm frequência e desempenho suficiente para a sua aprovação

Verifica-se na figura 40 como a participação dos agricultores em cursos por município-tipo ficou distribuída, o que revela um perfil de utilização do tempo e de busca de informações pelos mesmos, o que será amplamente discutido posteriormente.

MUNICÍPIO	CAMPO LARGO	COLOMBO
2005	7 cursos e 64 participantes	0
2006	5 cursos e 43 participantes	2 cursos e 16 participantes
2007	1 curso em conjunto, 2 participantes	1 curso em conjunto, 7 participantes

FIGURA 40 – CURSOS DE AGRICULTURA ORGÂNICA REALIZADOS PELO SENAR EM CAMPO LARGO E COLOMBO DESDE 1993

FONTE: SENAR – PR (2007)

NOTA: O curso em conjunto foi realizado em Colombo envolvendo agricultores de diversos municípios da RMC

Com relação ao trabalho das organizações do terceiro setor, cita-se o trabalho da AOPA no âmbito de seus projetos Iguatu e Florestando. O projeto Iguatu promoveu a gestão adequada dos recursos hídricos através da agroecologia. Foram mais de 600 famílias contempladas na RMC e em outras regiões do estado. As atividades desenvolvidas foram ligadas à formação, adoção de tecnologias e geração de referências técnico-científicas (PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL, 2007).

O projeto Florestando a Agricultura Familiar no Paraná trabalhou com mais de 400 famílias na RMC e outras regiões do estado ligadas à AOPA, à Cooperativa Central dos Assentados do Paraná (CCA) e à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). A perspectiva adotada foi de criar uma assessoria técnica para a consolidação de uma educação florestal e agroflorestal (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2008).

5.2 PESQUISA

A pesquisa neste campo do conhecimento ainda se encontra restrita aos setores governamentais. Como maiores representantes estão posicionados: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e as universidades.

A autarquia denominada Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), criada em 28/12/2005, possui como missão: “divulgar, apoiar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis”. (PARANÁ, 2005) Neste intuito o centro tem promovido diversas pesquisas, que são listadas no anexo 1.

Por sua vez, o IAPAR criou seu Programa de Pesquisa em Agroecologia em 2004, “com a finalidade de congregar e coordenar ações de pesquisa, visando promover sistemas sustentáveis de produção agroecológica, incluindo a orgânica” (IAPAR, 2007, p. 1).

No âmbito da RMC contava com um pólo regional de pesquisas no Cangüiri, município de Pinhais, onde hoje funciona o CPRA. Na atualidade, sua sede regional é em Curitiba e conta com um difusor de tecnologia ligado ao programa de Agroecologia, Moacir Darolt, além do pesquisador Nilceu R. Xavier de Nazareno da área de fitopatologia e que desenvolve pesquisas na área de batata orgânica, tendo lançado a cultivar Cristina em 2006 e com um livro sobre o tema no prelo. As pesquisas do Programa do IAPAR estão relacionadas no anexo 2.

Contribuindo com pesquisas para o segmento, porém ligado à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, está o IPARDES. Suas atribuições estão na esfera de estudar a realidade social e econômica para subsidiar a formulação, execução e avaliação das ditas políticas públicas. Possui um núcleo de Desenvolvimento Rural que tem produzido em parceria com outras instituições importantes estudos para a agricultura orgânica na região e para o estado. Como exemplo tem-se os estudos “O Mercado de Orgânicos no Paraná – caracterização e tendências” (2007)⁸ e “Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura

⁸ Este trabalho contou com a participação do IAPAR (RODRIGUES, A. S.; DAROLT, M. R.)

Familiar” (2005). Os pesquisadores com maior participação em eventos junto aos agricultores, técnicos e consumidores da região são Ivo Melão e Marina Mori.

Segundo Appoloni (2003, p.1) as universidades têm a pesquisa como um dos pilares da sua atividade. Nas palavras de Appoloni, “a Pesquisa, em seu sentido mais amplo, é o cerne da Universidade.” Com relação à agricultura orgânica, aos poucos os docentes e discentes buscam investigar a questão. O fato alvissareiro é que a cada ano que passa, surgem novas e diversas pesquisas tanto na graduação, como as apresentadas pelos educandos da disciplina de Olericultura do curso de Agronomia em dezembro de 2007, quanto em diversos programas de pós-graduação da UFPR. Cabe ressaltar que apesar destes recentes esforços, a demanda ainda é grande e a dívida do setor é histórica.

No sentido de reforçar a gravidade da situação, Almeida (2002, p.35) acrescenta que:

A falta de uma melhor compreensão técnico-científica dos princípios agroecológicos por parte dos técnicos e agricultores, [...] tem levado também a uma certa lentidão na detecção de problemas no âmbito dos sistemas de produção. O ainda baixo nível de conhecimento técnico sobre as propostas ou tecnologias agroecológicas leva frequentemente à repetição de argumentos genéricos e/ou generalizantes, reforçando chavões que são largamente reproduzidos tanto no debate social mais geral como no meio acadêmico.

5.3 EXTENSÃO

Os serviços de assistência técnica e extensão rural iniciaram no país no final da década de quarenta, imersos em um contexto de política desenvolvimentista. Seu objetivo era “de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país.” (BRASIL, 2004, p.4) Esta visão de extensão trata de estender o conhecimento àquele que desconhece, mas segundo Barros (1994, p. 665), vai além porque é: “ao mesmo tempo, um processo de comunicação e de educação planejada que destina mudar o comportamento econômico e social” das pessoas.

Este extensionismo convencional recebeu críticas desde 1960, por Paulo Freire, entre outros. No entendimento de Caporal e Costabeber (2002b, p.13),

estas críticas tiveram seu auge no período da Nova República, com o chamado Repensar da Extensão Rural. Desde aquela época, as diversas entidades que desenvolviam atividades de extensão buscaram uma Nova Extensão Rural que busca incorporar princípios e enfoques técnicos e metodológicos distintos dos convencionais, direcionando suas ações para a promoção de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural que respeitem as condições específicas de cada agroecossistema e apoiem a preservação e o resgate da diversidade biológica e cultural.

No âmbito da RMC estas duas visões opostas de extensão convivem e produzem os seus resultados. A extensão tem sido feita a partir de entidades já estabelecidas na região como é o caso do EMATER-PR, das Prefeituras, das universidades e das ONG's.

No que tange ao Instituto EMATER-PR, este tem como missão: “Contribuir, de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população rural” (EMATER-PR, 2007a).

Pode-se dizer que dentro desta missão destacam-se os termos “sustentável” e “qualidade de vida”, que dizem respeito claramente à agricultura orgânica. Portanto, pelo histórico já apresentado e pelas atividades do presente avalia-se a importância deste Instituto no avanço da atividade. O EMATER-PR apesar de possuir 67 técnicos atuando na RMC, conta apenas com 8 atuando na área com ênfase em agricultura orgânica. A maior dificuldade destes profissionais é conciliar as suas atividades, que cada vez demandam mais tempo, com o atendimento dos agricultores orgânicos. Estes, devido às características relativas à conversão da propriedade entre outras, demandam muita dedicação (ZANINI, 2006; EMATER-PR, 2007b).

Na visão de Denardi (2001, p. 60, grifo do autor),

no caso da estrutura estatal de **assistência técnica e extensão rural**, devemos considerar pelo menos dois fatores adicionais: o envelhecimento da estrutura; e o dilema entre um passado de (quase) monopólio e autosuficiência e um futuro ainda não muito definido, de serviços públicos não exclusivos e não necessariamente estatais. Em função disso, há uma resistência e uma dificuldade concreta para fazer parcerias com outras instituições (principalmente com as não-governamentais), em todas as esferas, mas sobretudo no local (município e microrregião), sem ter um modelo, "receita" ou garantias verticais (de cima para baixo).

Este envelhecimento da estrutura foi identificado, porém as ações para mitigá-los ainda foram tênues. Após um período sem contratação de profissionais para a extensão estatal de 16 anos (1991-2007), foi realizado um concurso onde foi prevista a contratação de apenas 5 engenheiros agrônomos para o estado todo. Em dezembro de 2007, começaram suas atividades na extensão, aqueles 5 e mais outros 113 profissionais, entre técnicos agropecuários, veterinários e engenheiros florestais (EMATER, 2007c). Não se trata aqui de desmerecer a iniciativa, porém a envergadura deste concurso não supriu o número de vagas vazias causadas pelo falecimento e aposentadorias regulares de funcionários e daqueles que aderiram ao plano de demissão voluntária do final dos anos 1990. Além disso, a cifra não chega próximo do número de funcionários cedidos das prefeituras para o Instituto que no ano de 2005 eram 219 (EMATER, 2007d). Isto significa que a contratação realizada no concurso não supera o número de profissionais que foram cedidos pelas municipalidades para o Instituto.

As prefeituras da região, além de cederem funcionários para o estado, estão estruturando quadros técnicos próprios, por meio de concursos públicos, e vêm efetivando estes profissionais para evitar discontinuidades no atendimento da população rural, o que infelizmente ainda é muito comum. Cita-se o trabalho da Prefeitura de Campo Largo, Colombo e Araucária, que possuem técnicos com experiência na área, apesar de apenas um ter estabilidade como funcionário concursado.

A organização do terceiro setor que atua na RMC é a AOPA, que após mudança estatutária foi denominada Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia e ampliou sua atuação. Ela iniciou seus trabalhos no entorno de Curitiba e com o advento do Projeto Iguatu focou suas atividades na porção norte da região, sabidamente no Vale do Ribeira.

5.4 LEGISLAÇÃO

As leis que tratam da agricultura orgânica são recentes, sendo que a mais importante é a lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Esta lei, como já foi descrito, trata do que é sistema orgânico de produção:

todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, ... (BRASIL, 2003)

Na falta da regulamentação desta Lei, foi editada a Instrução Normativa (IN) nº 16, de 11 de junho de 2004. Esta normativa trata do registro e renovação de registro de produtos orgânicos e matérias-primas animais e vegetais, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Ainda no âmbito das Instruções Normativas, foi editada a nº7, de 17 de maio de 1999. Nesta edição ficaram estabelecidas as normas para produção, processamento, certificação de produtos orgânicos, bem como citam os produtos permitidos nas produções vegetais e os produtos e condutas permitidos nas produções animais. A IN nº6, de 10 de janeiro de 2002, trata apenas da questão de certificação, que será explorada mais adiante.

O conhecimento das leis é fundamental para o desenvolvimento da agricultura orgânica. A figura 41 aponta o endereço para acessar as legislações por inteiro, na internet.

NÚMERO	DATA DE ASSINATURA	ENDEREÇO PARA CONSULTA
Instrução Normativa nº6	10/01/2002	http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1771
Instrução Normativa nº7	17/05/1999	http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1662
Instrução Normativa nº16	11/06/2004	http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=7796
Lei 10.831	23/12/2003	http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=5114
Decreto 6.323	27/12/2007	http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=18357

FIGURA 41 – LEGISLAÇÃO LIGADA À AGRICULTURA ORGÂNICA
FONTE: BRASIL (2007)

Todas as atividades produtivas são regidas por estas normas e lei. Na IN nº7 foi criado um órgão nacional, chamado Colegiado Nacional para a Produção Orgânica (CNPOrg) e também foram criados nos estados, os Colegiados Estaduais para a Produção Orgânica (CEPOrg). O objetivo destes órgãos é assessorar e acompanhar a implementação das normas, avaliando e emitindo pareceres sobre o credenciamento de certificadoras e fornecendo informações para as atividades e

projetos ligados à agricultura orgânica (SOUZA, 2006). No estado do Paraná o colegiado foi implantado, porém encontra-se com as atividades em estado letárgico em função da demora na regulamentação da lei e falta de participação dos segmentos da agricultura orgânica.

5.4.1 Certificação

Apesar da certificação não ser um serviço exclusivo do poder público em nosso país, é considerado neste trabalho como uma atividade relacionada às políticas com recursos públicos. No estado do Paraná, uma das certificadoras é o TECPAR, que é uma entidade pública de direito privado e que tem apresentado um crescimento nas propriedades certificadas da RMC nos últimos dois anos.

Com relação à lei 10.831, que trata da agricultura orgânica, a mesma aponta para três formas de certificação: auditada, participativa e facultativa. Na certificação auditada, os agricultores recebem a visita de um inspetor que conferirá a situação da propriedade como um todo, além de indicações de pontos a melhorar. Em algumas oportunidades recolherá amostras para análise de resíduos. Na maioria das vezes esta visita é realizada uma vez no ano. Se todas as normas são atendidas, é emitido o certificado para a propriedade. No estado do Paraná, existem várias empresas que prestam este serviço, algumas com reconhecimento para venda no mercado interno e outras com possibilidades para exportação. Exemplo: Ecocert Brasil (ECOCERT), Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), Instituto de Mercado Ecológico (IMO), Certificadora Mokiti Okada (CMO), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), entre outras (SENAR, 2008).

No caso da certificação participativa, como o nome diz, é necessária a participação ativa dos agricultores e também de técnicos e consumidores. Estes se reúnem uma vez por mês em sistema de rodízio em uma das propriedades do grupo municipal. Avaliam a situação da propriedade e sugerem melhorias. O grupo se auto-regula, cada um avaliza o outro. Durante o ano, o grupo local recebe a visita de outro grupo da região, chamado de olhar externo. Isso é importante para que haja transparência entre os grupos e troca de experiências.

No estado do Paraná, existe uma rede de certificação participativa que atua nos três estados do sul do Brasil, a Rede ECOVIDA. A região integra um núcleo

desta rede, chamado Maurício Burmester do Amaral, que contempla 21 grupos no total, sendo 14 relacionados à pesquisa (FIGURA 42). Até o momento, esta certificação está objetivando o mercado interno.

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Manancial*	Almirante Tamandaré	8
Sabugueiro*	Bocaiúva do Sul e Colombo	12
Campina Grande do Sul*	Campina Grande do Sul	11
Prodorgan*	Campo Largo e Balsa Nova	11
Solo Vivo de Dahvi*	Campo Magro	14
Sertaneja Orgânica*	Cerro Azul	10
Beija Flor*	Lapa	5
Estrela*	Lapa	4
Margarida*	Lapa	10
Terra Livre*	Lapa	10
Vida e Saúde*	Mandirituba	11
Fruto Caipira*	Quitandinha	3
João de Barro*	Tijucas do Sul	11
Pintassilgo*	Tunas do Paraná	5
Arrozeiro	Guaraqueçaba	6
Sabiá da Mata	Morretes	11
Apep	Palmeira	18
Bioland	Palmeira	4
Cheiro da Mata	Paranaguá	7
Apeco	Ponta Grossa	8
Três Barras	Ponta Grossa	5

FIGURA 42 – GRUPOS VINCULADOS AO NÚCLEO MAURÍCIO B. AMARAL

FONTE: PINHEIRO (2004) e REDE ECOVIDA (2007)

NOTA: (*) Grupos pertencentes à RMC

Certificação facultativa: Os agricultores familiares, que comercializam diretamente com os consumidores, podem optar por este sistema. Isso é possível desde que possuam um processo próprio de organização e controle social. Esta organização deverá ser cadastrada junto ao Ministério da Agricultura e permitir aos consumidores e ao Ministério da Agricultura o livre acesso aos locais de produção e processamento, bem como assegurar a rastreabilidade (STRINGHETA e MUNIZ, 2003).

5.5 CRÉDITO

O crédito tem sido apontado como indutor de diversas atividades, dentre elas a agricultura orgânica. No modelo de crédito rural que vigorava até bem pouco tempo, não havia instrumentos apropriados para a atividade. Apesar da propaganda, o fato de não existir uma planilha específica para a agricultura orgânica ou por não poder enquadrar um agricultor em conversão, já era barreira mais que suficiente para a não concessão do crédito. A maioria dos agricultores trilhou a conversão e por consequência arcou com os custos da certificação (fases muito críticas do ponto de vista econômico), sem nenhum apoio financeiro externo (STRINGHETA e MUNIZ, 2003).

Apenas a partir de 2006, o Banco do Brasil passou a financiar projetos que estavam em fase de transição (conversão), por meio do PRONAF Agroecologia. Porém, apesar desta nova característica, não houve substancial adesão à linha na RMC, porque a maioria dos financiamentos foi para olericultura o que já caracteriza recebimento de até 50% a mais do valor do financiamento (sobre-teto). Esta seria a única diferença prática entre as linhas de financiamento e a explicação para tão poucos planos de crédito agroecológicos (BANCO DO BRASIL, 2006).

Ainda nesta reflexão, o fato novo na região foi o crescimento pronunciado dos projetos ligados à agência Colombo do Banco do Brasil, que inclusive foi a recordista no estado em PRONAF na safra 2007/08 em função de um grande trabalho do extensionista municipal do EMATER-PR.

6 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO

O Mercado tradicionalmente tem sido definido como “um área geográfica na qual vendedores e compradores realizam a transferência de propriedade de bens e serviços” (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007, p. 176). Se por um lado, ele é mecanismo de formação de preço regido por leis abstratas, como a da oferta e da demanda, por outro, os mercados são também estruturas sociais, que refletem “poder, estruturas, convicções, normas e controles sociais” (ABRAMOVAY, 2001, p.7).

De fato, os mercados espelham o contexto institucional em que são formados e não podem ser analisados sem estes requisitos. Como enfatiza este mesmo autor, os mercados funcionam a partir de uma lógica, que impõe oportunidades e ameaças (ABRAMOVAY, 2001).

6.1 DESCRIÇÃO DO MERCADO DA RMC

O mercado na região, já foi amplamente estudado por diversos pesquisadores (CUPERSCHMID, 1999; RUCINSKI, 2003; CURITIBA, 2006a; SILVA, 2006; VIEIRA, 2006; IPARDES, 2007), o que configura uma base bastante sólida para as discussões que se seguem. Os produtos orgânicos estão disponíveis à população por meio de quatro formas de comercialização:

- Venda direta;
- Venda para processadoras;
- Venda para o varejo;
- Venda para o mercado institucional.

6.2 Venda direta

A venda direta se configura pelo contato agricultor/consumidor face a face. Existem diversas maneiras que configuram esta modalidade: feiras, cestas, colha-e-pague e mercados do produtor.

Feiras

A maneira mais usual da venda direta é a feira. A primeira feira da região iniciou em 1989, quando um agricultor conseguiu uma barraca na tradicional Feira do Largo da Ordem, em Curitiba. Depois de 6 anos, esta iniciativa deu origem à Feira Verde do Passeio Público, a maior da região e posteriormente a outras feiras verdes. A figura 43 apresenta a situação atual das Feiras Verdes, que a partir da Portaria nº 30/2005 passaram a ser denominadas Feiras Orgânicas.

LOCAL/BAIRRO	NÚMERO DE BARRACAS	DIA DA SEMANA / PERÍODO	DATA DE ABERTURA
Passeio Público/ Centro	22	Sábado / manhã	18/03/1995
Terminal de ônibus / Campina do Siqueira	10	Terça-feira / manhã	13/01/1998
Praça Itália / Jardim Botânico	7	Sábado / manhã	27/01/2001
Emater / Ahú (feira mista)	3 (orgânicas)	Quarta-feira / manhã	30/09/2003
Praça do Expedicionário / Centro	8	Quarta-feira / manhã	20/10/2004
Praça do Japão / Batel	12	Quinta-feira / tarde	20/02/2005
Prefeitura / Centro Cívico	2	Quarta de manhã	/ / 2006
Praça da Ucrânia / Bigorriho	8	Sábado de manhã	21/04/ 2007
Praça S. Paulo da Cruz / Cabral	9	Quinta à noite	/ / 2007

FIGURA 43 – LOCAL, ESTRUTURA, DIA DE FUNCIONAMENTO E DATA DE ABERTURA DAS FEIRAS ORGÂNICAS ORGANIZADAS PELA PREFEITURA EM CURITIBA – PARANÁ

FONTE: IPARDES (2007) e CURITIBA (2007)

Cabe observar a dificuldade expressiva encontrada por diversos agricultores de entrar nas feiras, conforme relatado pelos mesmos durante as entrevistas, fato que perdurou até o ano de 2004, por razões ligadas à municipalidade de Curitiba. Para uma cidade do porte de Curitiba, tratava-se de avanço muito tímido. A cidade de União da Vitória, contando com 80.000 habitantes, possuía na época (2001) 8

feiras chamadas agroecológicas e Curitiba com aproximadamente 16 vezes mais população possuía 3 feiras.

Os entraves começavam no cadastro e o futuro feirante ficava meses à espera de uma vaga em uma feira existente ou aguardava a criação de uma nova. Ao mesmo tempo em que a demanda nas feiras era muito grande, faltava oportunidade para novos feirantes. Cito o exemplo ocorrido em 2000, com duas agricultoras familiares, que precisaram marcar uma audiência com o Secretário de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba para solicitar explicações da morosidade em preencher vagas existentes nas feiras. Após esta reivindicação, as vagas foram preenchidas, o que denotou a falta de sensibilidade do poder público, naquele momento, com relação à agricultura orgânica, que apenas dava respostas à custa de pressão e demandas.

Diante do crescimento no número de agricultores e da frustração de iniciativas de comercialização via associações, a pressão por novos espaços de venda foi crescendo no início dos anos 2000. Alguns agricultores, por não conseguirem escoar a sua produção, acabaram desanimando e abandonando a atividade. Em diversas reuniões com a Prefeitura de Curitiba, estes fatos ficaram evidenciados, apresentando-se argumentos da oferta (agricultores) e da demanda (consumidores). Porém as justificativas ligadas à autorização de uso de espaço público e desvio de trânsito eram apresentadas como os maiores entraves.

Com a mudança na administração da Prefeitura de Curitiba, a partir de 2005, o número de feiras cresceu. Cabe ressaltar que a Feira Mista da EMATER-PR não contou, na época, com apoio da municipalidade. Então, atualmente a cidade de Curitiba conta com 9 feiras semanais coordenadas pela Prefeitura. A evolução do consumo nas feiras está expressa na figura 44.

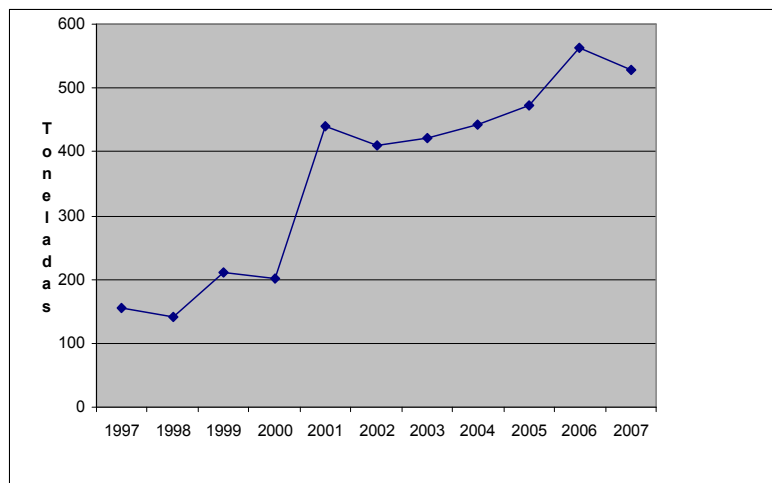


FIGURA 44 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE COMERCIALIZADA DE PRODUTOS ORGÂNICOS NAS FEIRAS DE CURITIBA – PARANÁ – 1997 – 2007

FONTE: CURITIBA (2007)

A figura demonstra um amplo crescimento ocorrido durante o ano de 2000, com o advento das dificuldades da AOPA em comercializar nas redes de supermercado, sendo que por consequência esta produção foi canalizada para as feiras. No ano de 2001, segundo CEAO (2002), a queda visualizada se deu por fatores climáticos, inverno muito rigoroso e estiagem, o que comprometeu a produção regional. Apenas em 2004, a oferta se igualou ao patamar atingido em 2001.

Convém salientar que desde o início as feiras orgânicas foram concentradas em áreas centrais (FIGURA 47). Isso tem dificultado o acesso para um grande contingente da população que reside distante destes locais. Avaliando a estratégia de distribuição de lojas de varejo, sejam supermercados, ou hipermercados pela cidade, e se comparando com a distribuição das feiras, pode-se pensar em regiões ainda não exploradas pela venda direta.

Ainda no âmbito das feiras, algumas organizações se articulam para ampliar o abastecimento de produtos orgânicos em novas áreas (FIGURA 45).

BAIRRO	NÚMERO DE BARRACAS	DIA DA SEMANA/PERÍODO	DATA DE INÍCIO	ENTIDADE PROMOTORA
Vila Fanny	1	Sábado / tarde	24/03/2007	Associação Casa da Videira(ACV)
Pinheirinho	1	Sábado / tarde	2007	Agricultores da RMC
Jardim das Américas	1	Terça-feira / manhã e tarde	2007	ET - UFPR

FIGURA 45 – LOCAL, ESTRUTURA, DIA DE FUNCIONAMENTO E DATA DE ABERTURA DAS FEIRAS ORGÂNICAS ORGANIZADAS POR OUTRAS ENTIDADES EM CURITIBA – PARANÁ

FONTE: O AUTOR (2007)

Além das iniciativas da municipalidade de Curitiba, a figura 46 apresenta a situação na RMC.

Município	Número de barracas	Dia da Semana/período	Data de início	Entidade Promotora
Agudos do Sul	2	Sábado / manhã	2007	Prefeitura Municipal e Agricultores
Campo Largo	5	Quarta-feira / tarde	2007	Prefeitura Municipal de Campo Largo (PMCL) e PRODORGAN
Campo Largo	1	Terça-feira / tarde	2007	PMCL e PRODORGAN
Campo Largo	1	Sexta-feira / manhã e tarde	2007	PMCL e PRODORGAN
Lapa		Terça-feira/ tarde		Prefeitura Municipal

FIGURA 46 – LOCAL, ESTRUTURA, DIA DE FUNCIONAMENTO E DATA DE ABERTURA DAS FEIRAS ORGÂNICAS NA RMC – PARANÁ

FONTE: IPARDES (2007) e o AUTOR (2007)

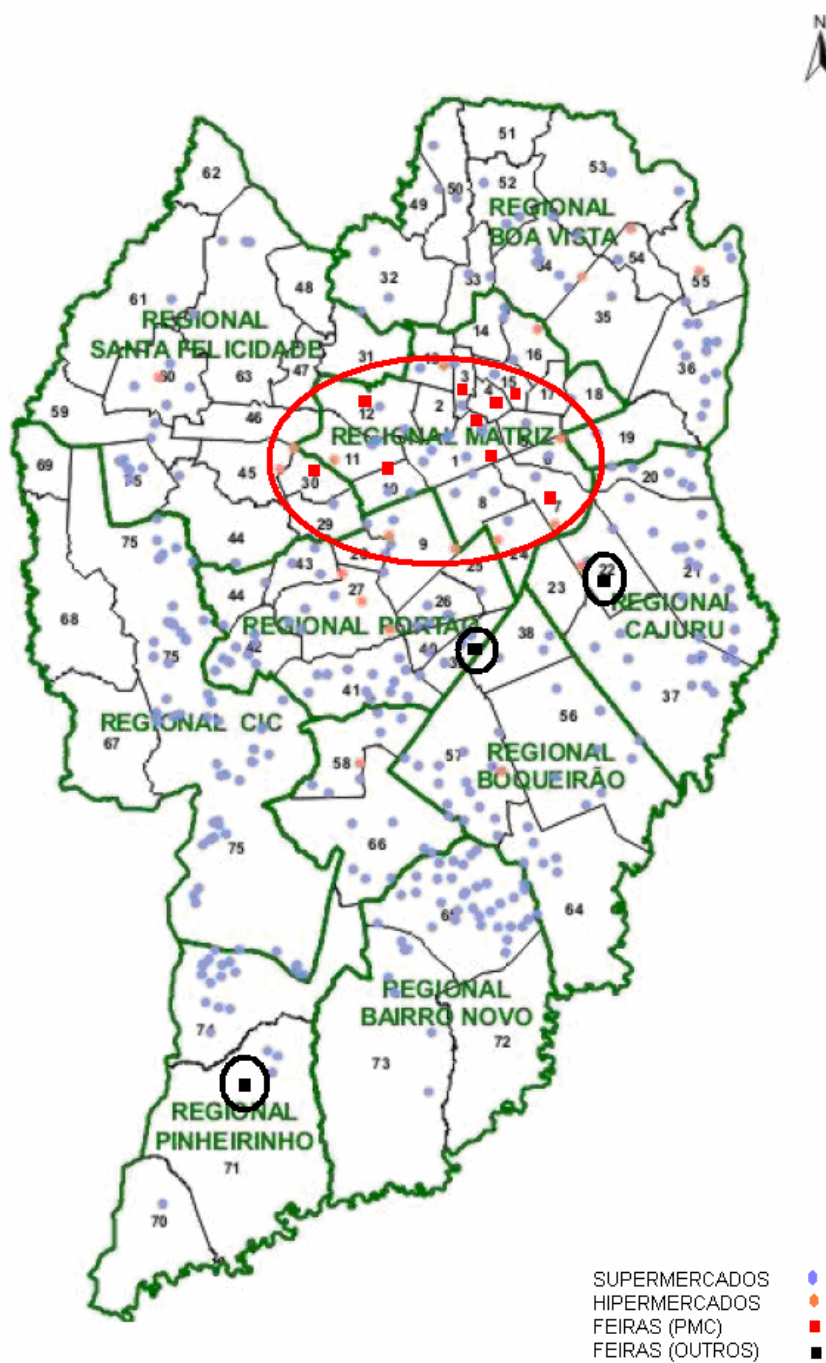


FIGURA 47 – MAPA INDICANDO AS FEIRAS ORGANIZADAS PELA PREFEITURA DE CURITIBA E POR OUTRAS ENTIDADES
 FONTE: IPPUC (2005)

Fatores restritivos e ameaças:

A localização das feiras está concentrada nos bairros centrais, o que dificulta o acesso dos moradores de outras áreas. As barracas de bambu são muito bonitas, porém não apresentam facilidade na montagem e resistência aos ventos em comparação às barracas das feiras convencionais. Isto causa uma série de inconvenientes para os feirantes. Apesar do projeto das novas barracas ter sido realizado recentemente (2007), contando com diversos testes e protótipos, os problemas não foram resolvidos. O custo de uma barraca deste tipo é bastante elevado e devido às suas características artesanais, têm dificuldade de serem produzidas em escala. Isto limita a criação rápida de uma nova feira para feirantes novatos, que não tenham barracas.

Conforme já discutido, os feirantes praticam o alinhamento de preços, o que gera uma série de conflitos entre os mesmos e contribui para a manutenção dos preços nos patamares criticados por muitos consumidores orgânicos e afastando consumidores potenciais. Com relação à divulgação da feira, os feirantes não se acham responsáveis e continuam mantendo elevados os índices de desconhecimento da existência de feiras por parte dos “vizinhos” das mesmas. Em pesquisa realizada pela Prefeitura de Curitiba (2006a), a maneira como os feirantes divulgaram a feira foi o chamado boca-a-boca, porém na avaliação dos consumidores esta foi uma das últimas maneiras deles saberem da feira, o que mostrou claramente uma visão distorcida de como fazer a divulgação. Apesar da divulgação desta pesquisa para os feirantes, não ocorreu nenhuma mudança na maneira de propagandear a feira, ficando os feirantes à espera de ações da municipalidade, o que revela uma postura que aguarda as ações dos outros, passiva e não ativa, portanto. Além disso, o tempo gasto na comercialização é elevado em comparação com outros canais, porque demanda preparar a produção para a venda, permanecer no local da feira durante o tempo regulamentar, desmontar a barraca e retornar às atividades produtivas.

Os consumidores ainda estão contaminados com a visão de que o preço é elevado, em função dos produtos que eles observam nas redes de supermercado, considerando assim todos os produtos orgânicos inacessíveis, inclusive os comercializados nas feiras.

Potencialidades

Os agricultores do município de Campo Largo, em parceria com a prefeitura, têm avançado na organização de pontos de feira. Isso lhes proporcionou uma venda direta sem a necessidade de percorrer grandes distâncias e rápido retorno à propriedade para continuar as atividades produtivas. Desta maneira, conseguiram estabelecer um preço estável e recebimentos em dinheiro e à vista. Em contrapartida, no município de Colombo ainda não há feiras orgânicas, o que ilustra a realidade da RMC, se configurando como grande oportunidade em razão da expressiva população destes municípios.

Cestas

A partir de 1985, o grupo pioneiro de agricultores orgânicos da RMC (Agudos do Sul) optou por esta forma de comercialização. Mais de 20 anos se passaram e esta modalidade se mantém viável para alguns agricultores. A venda de cestas compreendia no fornecimento semanal ou quinzenal de produtos previamente acordados entre o agricultor e o consumidor. Alguns agricultores trabalhavam com uma cesta fixa e outros oscilavam a composição por demanda dos consumidores.

Suas características principais são: agricultor necessita de muita variedade, para não tornar a cesta monótona, o que demanda parceria com outros. Produtos processados são fundamentais. Perdas pós-colheita são mínimas, devido ao pedido antecipado.

Para a utilização deste modo de comercialização em municípios maiores, alguns problemas foram vislumbrados como pedidos dispersos pela cidade, que podem inviabilizar a entrega pelo tempo gasto no trânsito ou pelo custo do transporte. As oportunidades estão ligadas à diminuição dos custos unitários de entrega por aumento da escala. Isso pode ser feito pela entrega em empresas ou condomínios, onde muitas unidades são fornecidas no mesmo local. Além disso, o mercado das cidades metropolitanas está ávido por este produto, porém com um

trânsito mais fluido e distâncias menores a serem percorridas. Na figura 48 pode-se visualizar um panorama das entregas de cestas.

MUNICÍPIO PRODUTOR	MUNICÍPIO DE ENTREGA	NÚMERO DE CESTAS (SEMANAIS)	ANO DE INÍCIO
Almirante Tamandaré	Curitiba	20	2000
Bocaiúva do Sul	Curitiba	Não informado	Não informado
Campo Largo	Curitiba	25	2000
Campo Largo	Campo Largo	15	2007
Campo Magro	Curitiba	20	1999
Colombo	Colombo e Curitiba	30	11/2007
Lapa	Lapa	20	2005
Mandirituba	Curitiba	Não informado	Não informado
Quatro Barras	Curitiba	15	2005
Tijucas do Sul	Curitiba	Não informado	Não informado

FIGURA 48 – SITUAÇÃO ATUAL DE ENTREGAS DE CESTAS POR MUNICÍPIO NA RMC
 FONTE: IPARDES (2007) e o AUTOR (2007)

Colha-e-pague

Esta modalidade de venda direta proporciona a maior proximidade do consumidor com o agricultor, sua família e área produtiva. Costuma ser complementar às feiras e potencializadora da confiança e valorização do trabalho da família do agricultor. Normalmente está associada à atividade do turismo rural, onde a colheita configura-se como um atrativo turístico. Os agricultores reservam um pedaço da área produtiva, normalmente mais próxima da casa, onde de forma assistida ou autônoma os consumidores citadinos escolhem e colhem os alimentos que são comprados.

Pelas características intrínsecas dos produtos orgânicos, pode-se realizar a atividade sem riscos para a saúde dos clientes. Neste caso as crianças são as maiores beneficiadas, por aprenderem na prática sobre saúde e a produção de alimentos.

Os gargalos desta forma de comercializar estão na logística de acesso às propriedades. Em alguns casos, a longa distância entre a casa dos consumidores e a propriedade inviabiliza uma compra mais freqüente. Esta compra se concentra nos finais-de-semana, que é o tempo que os consumidores têm para realizar estes percursos, porém demanda a presença de pessoa disponível para atendimento.

Momentos chuvosos ou muito frios podem inibir a vinda dos clientes, provocando perdas na receita.

Dentro da perspectiva das oportunidades, a organização de excursões de consumidores, inclusive durante a semana, pode fomentar uma demanda conhecida e programada. A Associação de Consumidores Orgânicos do Paraná (ACOPA) costuma realizar passeios em propriedades da região com este intuito. Além disso, alguns roteiros de turismo rural já oferecem formalmente as propriedades orgânicas como atrativos. Na figura 49, é possível observar a situação atual.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE PROPRIEDADES	TIPO DE PRODUTOS
Almirante Tamandaré	1	Morango e olerícolas em geral
Campo Magro	1	Morango e olerícolas em geral
Colombo	3	Morango e olerícolas em geral

FIGURA 49 – SITUAÇÃO ATUAL DE COLHA-E-PAGUE POR MUNICÍPIO NA RMC
FONTE: O AUTOR (2007)

Mercados do Produtor

Neste trabalho optou-se por diferenciar os mercados do produtor das feiras, em função do crescimento daquele segmento no último ano e perspectiva promissora no âmbito regional (Araucária, Colombo e Curitiba). A administração do município de Curitiba visualizou a oportunidade de constituir o primeiro mercado público de orgânicos do país e para isso mobilizou parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), viabilizando em 2006 os recursos financeiros para a sua construção. Este fato desencadeou uma série de discussões na RMC, culminando nas constituição de novos projetos municipais.

O mercado está sendo construído anexo ao Mercado Municipal de Curitiba. A entrega da obra está prevista para maio de 2008, sendo que o mesmo contará com 3.700m² de área, contemplando 23 pontos comerciais. Os ramos de produtos abrangidos serão: vegetais frescos e processados, lanchonetes, mercearias, restaurante, açougue, artesanato, cosméticos e confecção.

A ocupação do Mercado se dará por licitação pública em 70% dos espaços e o restante será ocupado por organizações participantes de uma incubadora de desenvolvimento comercial. Segundo os idealizadores do Mercado, diante de

minuciosa pesquisa do perfil dos agricultores familiares orgânicos, foi identificado o reduzido grau de conhecimento de gestão de negócio, percepção de mercado, entre outros. Isto, inclusive corrobora com alguns resultados apresentados neste trabalho. Desta forma, a Prefeitura Municipal criou a incubadora que apoiará as organizações selecionadas nas questões relativas a gerenciamento, marketing e outras atividades inerentes ao comércio sustentável (CURITIBA, 2006b).

Atualmente, no Mercado Municipal, existem dois espaços de comercialização sendo ocupados com produtos orgânicos. Um destes é ocupado por uma família de agricultores de Colombo, ofertando produtos *in natura* e processados. Anteriormente, o mesmo espaço era ocupado pela Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo (APAC). O outro apresenta produtos processados de uma empresa de Santa Catarina, que tem interesse em se estabelecer no Mercado Municipal Orgânico.

Nas cidades da RMC, o Mercado Municipal Orgânico de Curitiba já incentivou iniciativas locais. O município de Araucária deve concluir as obras do seu mercado, que também vai priorizar os produtos orgânicos, no início de 2008. O município de Colombo já concluiu um mercado, em 2007, no populoso bairro do Maracanã e pretende ofertar produtos orgânicos, entre outros.

Na época do lançamento da pedra fundamental do Mercado Orgânico, junho de 2006, as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR) anunciaram de maneira informal a criação de espaço para comercialização exclusiva de orgânicos aos sábados na sua unidade de Curitiba. A iniciativa não contou com divulgação expressiva e durou por poucas semanas, sendo que naquela ocasião participaram agricultores do município de Mandirituba. Infelizmente, atividades elaboradas sem planejamento acabam por frustrar ou dispersar ações dos agricultores.

Por outro lado, constatou-se, pela presente pesquisa, que dentro do sistema de abastecimento de Curitiba, mais precisamente no Varejão do Capão da Imbuia, existem bancas oferecendo produtos orgânicos como convencionais. São agricultores oriundos de Colombo, que eram vinculados à APAC e que em função do fechamento da associação, buscaram uma nova maneira de comercializar. Estão buscando certificação própria para diferenciar mais o seu produto naquele mercado. O Varejão atende a população aos sábados e domingos, porém existe uma demanda por parte dos consumidores e dos permissionários para que haja um atendimento durante a semana.

Fatores restritivos

Apesar da dificuldade na comercialização, avalia-se que ainda há oferta insuficiente de produtos para a abertura e consolidação dos novos mercados municipais, pois suas aberturas se darão em épocas próximas acarretando uma pressão de demanda. Segundo a pesquisa realizada pela Prefeitura de Curitiba (2006a) os consumidores orgânicos não são majoritariamente vegetarianos e macrobióticos, como se pensava anteriormente. Sua dieta é diversificada com carne vermelha e derivados de leite e por isso demandam uma gama bastante variada de alimentos que ainda os agricultores da RMC não conseguiram produzir.

Outro entrave identificado foi a realização de projetos sem o planejamento necessário ou concebidos sem a informação suficiente, que trouxeram resultados insatisfatórios como, por exemplo, o ponto de vendas de orgânicos na CEASA, já mencionado. Nesta mesma linha de raciocínio, de investimentos “frágeis”, observa-se que dirigentes com interesses políticos-eleitorais têm utilizado a agricultura orgânica como uma plataforma interessante para discursos na cidade e no campo. Mas, no momento de apoiarem com recursos, esquecem-se de tudo. Cita-se, neste sentido, o Programa de Merenda Agroecológica, entre outros que será discutido na venda para o mercado institucional.

Potencialidades

As possibilidades são interessantes quando se avalia o potencial de mercados municipais nas cidades metropolitanas, pois podem colaborar no escoamento da produção orgânica de maneira mais localizada, priorizando um comércio mais próximo e por consequência com menores custos: infra-estrutura, frete, embalagem e tempo. Com isso podem viabilizar o consumo mais amplo por consumidores das mais distintas faixas de renda da sociedade.

O Mercado Municipal de Curitiba, segundo o estudo de Curitiba (2006a), receberá mais 6.000 novos consumidores em razão da construção do anexo

orgânico e poderá dar mais viabilidade para os alimentos orgânicos favorecendo os outros meios de comercialização.

Com relação aos diversos projetos e programas já preconizados e executados por órgãos governamentais e ONG's é possível avaliar os êxitos e erros para a constituição de novos projetos, o que segundo Silva e Costa (2000) não é corrente nas instituições brasileiras. Nas palavras de Cândido Júnior (2001) estes terão a possibilidade de chegar mais próximos das demandas do segmento e poderão, no mínimo, cometer erros diferentes, pois diversos programas governamentais foram redundantes nos erros e tem onerado o setor produtivo com esta ineficiência.

6.3 Venda para processadoras

Esta modalidade de comercialização foi a mais utilizada pelos agricultores da RMC desde os primórdios da atividade, quando se avalia o volume de produção comercializada. Após a venda direta, este foi o canal escolhido, principalmente porque ele dava acesso à venda no varejo, notadamente para as redes de supermercados estabelecidas na capital do Paraná e em outros estados, como será tratado mais adiante.

No estudo O Mercado de Orgânicos no Paraná, o IPARDES (2007, p. 129) apontou três tipos atividades das processadoras:

- Processamento: os “produtos passam por algum processo de transformação, mudando as características físicas, químicas [...] do produto original”. Este é o caso de empresas que elaboram produtos derivados de leite e de erva-mate, geléias, conservas, pães e bolachas.
- Processamento mínimo: os produtos passam por pequenas modificações nas suas características iniciais, que lhe confere mais praticidade para o consumo. Os exemplos são as processadoras de hortaliças.
- Beneficiamento: os produtos passam apenas por procedimentos simples, que não alteram a natureza do mesmo, normalmente:

lavagem, limpeza, classificação e embalagem. Na região foram identificadas iniciativas com mel e hortaliças.

O principal comprador das processadoras é o setor supermercadista. Inicialmente, no caso das hortaliças, esta relação se deu por meio das associações de agricultores (AOPA e APAC) e depois do fechamento destas, migrou para as empresas estabelecidas na região. No caso dos outros produtos, ainda contam com os supermercados como o maior cliente, porém já conseguem direcionar parte da comercialização para feiras, lojas, restaurantes e quitandas.

Ainda no estudo de IPARDES (2007) ficou evidenciado que, particularmente no ramo das hortaliças, as processadoras têm uma linha orgânica e uma convencional. Este fato é de conhecimento das certificadoras que estabeleceram diversos protocolos de procedimentos para assegurar rastreabilidade e confiabilidade no processo. Mas, a razão que as leva para esta ação é a falta de produtos em diversas épocas do ano, o que comprometeria a saúde financeira da empresa em função da subutilização do parque fabril instalado e dos funcionários contratados.

Na figura 50 apresenta-se a identificação das empresas e grupos na atividade processadora, segundo a divisão das modalidades propostas por IPARDES e Iapar, porém evidenciando as iniciativas que utilizam matérias-primas da RMC.

TIPOS DE TRANSFORMAÇÃO	EMPRESAS / GRUPOS	MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS PRODUTOS	TEMPO DE ATIVIDADE NA RMC (ANOS)
Processamento	Lapinha Alimentos Orgânicos	Lapa	Geléias, sucos, bolachas e derivados de leite	3
	Quina Amarela	Campina Grande do Sul	Geléias	10
	Cooperativa Agrícola do Terceiro Plano*	Contenda	Conservas	6
	Tribal Brasil	Campo Largo	Chás e erva-mate	3
Processamento mínimo	Fruto da Terra	Colombo	Hortaliças	10
	Rio de Una	São José dos Pinhais	Hortaliças	7
	Sítio Tucano	Campo Largo	Hortaliças	4
Beneficiamento	Indústria Breyer	Campo Largo	Mel e derivados	3
	Sabores da Natureza*	Colombo	Hortaliças	0,2

FIGURA 50 – TIPOS DE TRANSFORMAÇÃO, EMPRESAS E LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS PRODUTOS – RMC

FONTE: IPARDES (2007) e o AUTOR (2007)

NOTA: (*) Agricultura familiar

As processadoras possuem diferentes vínculos com os seus fornecedores, porém o procedimento mais comum é o contrato. Este instrumento garante inclusive aos agricultores diversos serviços que apóiam a sua atividade, tais como: assistência técnica, acesso facilitado a insumos e certificação. Em função destes fatores, aliados ao planejamento de produção, que “força” o agricultor a se planejar, a tendência é de crescimento dos mesmos, pois com isso ele obtém uma renda conhecida e menos oscilante. Cabe ressaltar, que nesta modalidade o agricultor não é proprietário da certificação, ficando impossibilitado de comercializar excedentes e outros produtos como orgânico, se não tiver um certificado próprio.

As dificuldades de comercialização nesta modalidade residem na complicada relação das processadoras com seus compradores, pois as redes de supermercados têm estabelecido uma relação desigual, como será tratado na próxima sessão. Os ajustes impostos pelos supermercados acabam por atingir

indiretamente os agricultores. Neste caso, os ajustes podem ser responsáveis por alterações nos contratos entre a processadora e os agricultores.

As dificuldades legais e sanitárias são reconhecidas como um entrave bastante expressivo para as unidades processadoras. As exigências em termos de construções, equipamentos e análises são apropriadas para empresas de grande porte, onde as unidades familiares e com pequena escala não serão contempladas. Este fato é comprovado pelos dados da FIGURA 50, onde apenas duas iniciativas estão calcadas no âmbito da agricultura familiar.

Como potencialidades convém citar: investir em novos produtos, principalmente nos processados; criar novos canais de comercialização, aproveitando pequenas redes de supermercados ou lojas isoladas.

6.4 Venda para o varejo

O setor de vendas no varejo foi dividido aqui de maneira didática em: supermercados, lojas e restaurantes. A comercialização de orgânicos na RMC esteve próxima dos supermercados, desde 1996, quando a AOPA tentou comercializar com redes paulistas e deparou-se com a frustração. Em 1997, já em solo paranaense, buscaram as redes locais para negociar e obtiveram bom resultado durante o início da parceria. No ano de 1998, o grupo português Sonae arrematou a maior parte das redes locais e introduziu algumas práticas no ramo, que não favoreceram os agricultores. Neste mesmo ano, a empresa Nova Era, de Campo Largo, iniciou um processo de atendimento a três redes de supermercados em Curitiba. A empresa comercializava a produção de 10 famílias, mas em função das práticas de comércio abusivas praticadas pelas redes compradoras, acumulou prejuízos rapidamente, por conta de descontos e perdas de produtos por “quebra”. Estes prejuízos foram rateados entre os parceiros e alguns não suportaram o revés financeiro e pararam com a atividade, causando um abalo na atividade que estava em plena ascensão. O empresário, que não havia deixado de sua banca, retornou às vendas na Feira Orgânica.

Já a AOPA, neste período aumentou a participação junto aos supermercados, tendo a incumbência de comercializar produtos, não só da RMC,

mas também da região dos Campos Gerais, Centro-Sul e Litoral. Esta associação resistiu até 2001, quando as relações contratuais e as práticas “comerciais” tornaram insustentável a “parceria”. Os principais motivos alegados, segundo IPARDES (2007) foram:

- devolução integral;
- pagamento para cadastrar produto no sistema;
- aquisição de espaço;
- dilatação de prazo de pagamento, que chegou até a 120 dias.

A APAC, por sua vez, conseguiu durar até 2005, quando motivos bastante parecidos acometeram a associação de uma insolvência aguda, que encerrou suas atividades sem conseguir saldar as dívidas com fornecedores e funcionários, nem com os agricultores que haviam fornecido os produtos.

Atualmente, três empresas fornecem hortaliças para os supermercados de Curitiba. Como ficou evidenciado na figura 51, duas entregavam produtos embalados e minimamente processados, enquanto a empresa mais recente no mercado (Sabores da Natureza), apenas embala.

Ainda, no importante estudo do IPARDES (2007), foi levantado que o consumo de hortaliças orgânicas está variando de 8% a 15% do total, o que caracteriza um avanço desde 2004, quando representava menos de 3%. A dificuldade de se obter informações deste segmento gerou problemas para os pesquisadores, que não conseguiram estimar a representatividade dos outros produtos além das hortaliças na RMC. Tal dificuldade foi também relatada por Silva (2006), que teve que usar a criatividade para entrevistar 600 consumidores das redes de supermercados.

Nas redes de supermercados de Curitiba, dos produtos oriundos da RMC, além de hortaliças *in natura*, apenas três iniciativas se fazem presentes: Quina Amarela (geléias), Cooperativa Agrícola Terceiro Plano (conservas) e Tribal Brasil (chás). Cabe salientar, que os produtos orgânicos não gozam de nenhum benefício das redes, apesar do entendimento de que são produtos importantes para a loja, porque trazem consumidores interessantes (renda elevada) de maneira freqüente ao estabelecimento. Na avaliação de IPARDES (2007) as redes de supermercados avaliaram os produtos orgânicos como apresentando um diferencial em relação à qualidade alimentar e como um potencial de venda quando a gama de produtos for ampliada. A posição revelada pelos gerentes com respeito aos produtos orgânicos

não foi diferente com relação aos outros produtos (hidropônicos, convencionais) demonstrando que se o segmento orgânico quer se diferenciar, precisará utilizar as mesmas ferramentas daqueles. As redes de supermercados por meio dos seus gerentes de frutas, legumes e verduras (FLV) apontaram como pontos fracos os seguintes itens (FIGURA 51).

PONTO FRACO DOS ORGÂNICOS	POSIÇÃO DAS REDES DE SUPERMERCADOS
Preço elevado	Não revelaram sua margem de preço
Pouca diversidade e volume	Afirmaram que seus consumidores exigem a mesma diversidade na orgânica, que estavam acostumados na convencional
Pouca divulgação do que é orgânico	Alegaram que isso é atribuição dos seus fornecedores

FIGURA 51 – PONTOS FRACOS DOS PRODUTOS ORGÂNICOS NA ÓTICA DOS GERENTES DOS SUPERMERCADOS DE CURITIBA – PR
 FONTE: IPARDES (2007)

As lojas especializadas, no momento da pesquisa, estavam em processo de consolidação. A maioria que está em atividade está no mesmo espaço de um restaurante especializado ou cafeteria. Na figura 52 são apresentados os produtos mais procurados e sua origem.

GRUPO DE PRODUTOS	PRODUTOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PREFERÊNCIA	PRODUTOS ORIUNDOS DA RMC (%)
Hortaliças Folhosas	Alface americana, rúcula, espinafre	100
Hortaliças Flores	Brócolis, couve-flor	100
Hortaliças Frutos	Tomate, pepino japonês, abobrinha	60
Raízes	Batata, cenoura, beterraba	60
Grãos, cereais e subprodutos	Feijão carioca, feijão preto, adzuki, arroz, soja, fubá	60*
Frutas	Laranja, mamão, papaia, caqui, abacaxi, manga	25
Produtos de origem animal	Derivados de leite, frango, peixe, suínos	Não informado
Processados	Sucos de uva, citros e amora, geléias, farinhas	20*

FIGURA 52 – PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS ORGÂNICOS COMERCIALIZADOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS, CLASSIFICADOS POR PREFERÊNCIA E SEGUNDO A ORIGEM

FONTE: IPARDES (2007)

NOTA: * Indica participação desconhecida na RMC, porém a percentagem indica origem da produção no estado do Paraná

Ficou evidente a grande oportunidade de oferecer frutas temperadas e tropicais, já que a RMC possui microclimas que favorecem ambas atividades, pois a demanda das lojas foi atendida apenas em 25%. Este percentual diz respeito apenas a duas frutas: laranja e banana. As possibilidades na fruticultura, neste caso são promissoras. Com relação aos produtos processados, apenas 20% foi atendido

pelo estado do Paraná. Neste caso, não se precisou a participação da RMC, mas com estes dados é possível avaliar as oportunidades.

Finalmente, os produtos de origem animal não foram mensurados com relação à região, mas conforme dados de Curitiba (2006a), os consumidores entrevistados afirmaram que os produtos que tinham mais dificuldade em encontrar eram as carnes e derivados em 35% dos casos, sendo seguidos pelas frutas em 34%. Convém salientar que a RMC possuía apenas produtores de leite e frango, estando desguarnecida nas outras atividades pecuárias.

Como entraves à venda para o varejo citam-se: legislação sanitária complicada, falta de profissionais para elaborar projetos que atendam esta legislação, alto preço dos produtos em função da escala artesanal.

6.5 Venda para o mercado institucional

No presente trabalho, o mercado institucional é entendido quando o Estado realiza a compra dos produtos. Este mercado tem sido cogitado como uma alternativa para robustecer uma série de produtores que iniciam na atividade, bem como garantir uma alimentação de qualidade para os beneficiários de diversas atividades governamentais. Esta demanda institucional é atendida via compras públicas, que seguem a Lei nº 8.666 de 1993. Por meio de programas específicos se têm observado a inclusão dos orgânicos nestas compras, com a dispensa das regras de licitação, devido à atual dificuldade de concorrência em alguns produtos ou o desconhecimento por parte dos agricultores e de suas entidades deste mercado. (IPARDES, 2006)

Um exemplo específico é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um programa do governo federal instituído pela Lei nº 10.696 de 2003 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Possui uma parceria com o governo estadual, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) e com os governos municipais para a sua operacionalização.

Além destes parceiros merecem destaque: SEAB, EMATER-PR, CEASA e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Por meio de um projeto é

realizada a avaliação da oferta de produtos e também da demanda. Após este diagnóstico é realizada a compatibilização entre os agricultores e as entidades habilitadas para receber os produtos como doação. Atualmente a cota por agricultor no ano é de até R\$ 3,5 mil, apenas para agricultores enquadrados no PRONAF do nível A até o D⁹. Os produtos são remunerados mediante uma tabela elaborada para todo o país, que apresenta valores médios, que são muito relativos em função das disparidades regionais encontradas no território nacional. Este valor correspondia a R\$ 2,5 mil no início do programa (2004-06) e foi majorado para ampliar o benefício tanto para as famílias agricultoras, quanto para os consumidores na cidade (IPARDES, 2006).

Porém, apesar destes benefícios, apenas alguns grupos da RMC participaram do programa. Em Campo Largo, os agricultores orgânicos não se interessaram pelo programa, alegando falta de produto para atender mais esta forma de comercialização. Por outro lado, os agricultores de Colombo participaram via APAC, que fornecia nas duas modalidades: orgânico e convencional. Porém, o resultado prático não se demonstrou favorável, pois após auditoria no projeto foram evidenciadas uma série de irregularidades que suspenderam a sua participação e algumas até hoje estão em litígio.

No ano de 2007, Campo Largo foi beneficiado pelo programa, porém de um projeto de aproximadamente R\$ 30 mil foi aprovado apenas R\$18 mil. Com isso, diversas alterações se fizeram necessárias, incluindo rateio de receitas e redução de beneficiários urbanos. Isto gerou desgaste, pois todo o processo de fomento do programa foi difícil e após a mobilização dos parceiros se recebeu a notícia de aprovação parcial dos recursos.

Com isso se evidencia a distância entre o discurso (propaganda em televisão pública) e a prática. Isso sem mencionar as etapas do programa que exigem uma série de reuniões, cerimônias de lançamento que não estão sintonizadas com a escassez de tempo dos agricultores e sua localização geográfica em relação à sede do município.

⁹ O PRONAF A é voltado para famílias assentadas pela reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário. O PRONAF B atende famílias com renda bruta anual (RBA) até R\$ 2 mil. Já o componente C atende famílias com RBA de R\$ 2 mil a R\$ 14 mil e o D às famílias com RBA de R\$ 14 mil a R\$ 40 mil (BRASIL, [2007?]).

No total de produtos comercializados no programa, conforme IPARDES (2006), a participação de produtos orgânicos não é superior a 5% do total. Apesar do diferencial de remuneração para alimentos orgânicos ser de 30% a mais sobre o valor tabelado, o interesse ainda é pequeno.

Fatores restritivos

Quanto aos fatores restritivos relacionados à venda para o mercado institucional, podem ser apontados: recursos contingenciados durante o programa (PAA); alguns produtos estão com remuneração não atrativa para os agricultores da região; burocracia e demora na análise e aprovação do projeto; muitos agricultores plantaram e colheram e o projeto estava em análise. Assim, os agricultores perderam a oportunidade de vender para o programa, que deixou de atender a entidades.

Potencialidades

Com respeito às potencialidades destacam-se: complementação da renda de agricultores que estejam consolidando seu sistema de comercialização; um programa de entregas pode reduzir as perdas e em função do histórico de produtos já comercializados, observa-se a possibilidade de atendimento pelos agricultores da região, até porque as condições edafo-climáticas os favorecem (FIGURA 53).

PRODUTOS	QUANTIDADE (kg)
Arroz	225.216
Feijão	208.667
Carne de frango	30.173
Carne de gado	175.504
Carne de porco	45.286
Peixe	7.442
Verduras e legumes	1.283.026
Frutas	821.346
Milho verde	121.945
Açúcar mascavo	14.986
Mel	26.229
Melado de cana	8.127
Polpa de fruta	17.423
Queijo	6.240
Doce de leite	8.547
Doce de frutas	23.509
Conservas	2.138
Bolacha caseira	71.182
Macarrão caseiro	24.092
Cuca	23.923

FIGURA 53 – PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO PAA – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006

FONTE: IPARDES (2007)

Outro exemplo específico de mercado institucional é o da Merenda Escolar, que tradicionalmente está distante dos agricultores, pois os procedimentos burocráticos, sobretudo os licitatórios, dificultam sobremaneira a sua participação. Como o nível de organização dos agricultores é baixo, os fornecedores da merenda nos municípios são os supermercados ou as empresas de refeições coletivas.

Porém, alguns avanços no campo institucional foram registrados. O primeiro foi a criação dos Conselhos Municipais da Alimentação Escolar, que aproximou a gestão e a fiscalização da merenda escolar. O segundo foi a edição da Medida Provisória nº 2.178 de 28/06/2001, que obrigou o uso de 70% dos recursos federais em alimentos semi-elaborados e *in natura*, para fortalecer a economia local. (IPARDES, 2007)

Em contrapartida, o que se constatou na realidade foi a pequena participação dos produtos *in natura* e a preferência dos elaboradores e executores de cardápio pelos produtos semi-elaborados, uma praticidade que tem deixado de

lado os agricultores e os estudantes, favorecendo a indústria e outros grupos econômicos. Se os alimentos convencionais *in natura* já têm dificuldade de entrar no cardápio, os orgânicos ainda têm uma longa jornada até chegar aos pratos dos estudantes.

Segundo IPARDES (2007) o programa estadual de Merenda Agroecológica, previu recursos para atender 75,7 mil estudantes em 24 municípios em 2006, já que em 2005 havia contemplado 45 mil alunos. Na RMC, a presença de alimentos orgânicos na merenda foi fruto do PAA e não do programa de alimentação escolar, até o presente momento.

Os entraves do programa estão nas dificuldades burocráticas, pequeno número de organizações dos agricultores na RMC com preparo em gestão e prestação de contas junto a programas de governo, ausência de leis municipais que favoreçam os alimentos orgânicos, escasso conhecimento sobre a qualidade dos orgânicos frente aos convencionais e dificuldade de integração de ações ligadas às áreas diferentes do governo: educação, agricultura, abastecimento e saúde. Finalmente, o reduzido número de merendeiras, que por contingências orçamentárias em muitas escolas acumulam a função de zeladoras, tendo seu tempo reduzido para a elaboração do alimento.

As oportunidades estão ligadas à redução no “passeio” de produtos, pois os agricultores poderão entregar mais próximo às suas casas; incremento da economia local, fazendo o dinheiro circular nos pequenos e médios municípios. Além disso, melhoria na qualidade de vida dos estudantes, ampliando a segurança alimentar desta população, que por razões intrínsecas é frágil.

6.6 Caracterização dos consumidores

Os consumidores de alimentos orgânicos, em geral, apontam a saúde da família e a segurança do alimento como fator decisivo na compra dos orgânicos. Em Curitiba e região, (DAROLT, 2000; CURITIBA, 2006a; SILVA 2006) evidenciaram isso em pesquisas realizadas junto aos mais diferentes equipamentos de abastecimento.

Darolt (2005) identificou dois tipos de consumidores, que estão explicitados na figura 54.

CARACTERÍSTICAS	NOVO CONSUMIDOR	ANTIGO CONSUMIDOR
Ato de ir à compra de produtos orgânicos.	Ocasional	Regular (fidelidade)
Tempo de consumo	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Preferência de local de compra	Supermercados	Feiras e lojas
Preço suplementar (disposição para pagar mais)	Até 15%	Até 30%
Qualidade percebida pelo consumidor	Saúde e segurança alimentar (menos agrotóxicos)	Saúde, preocupação com o meio ambiente, qualidade de vida
Limitantes para a compra	Preço, falta de informação	Procedência (origem do produto)
Valores	Comprometido (1)	Consciente (2)

FIGURA 54 – TIPOLOGIA DE CONSUMIDORES ORGÂNICOS

FONTE: DAROLT (2005)

NOTA: (1) Trata-se de consumidores preocupados com a coletividade, porém existe uma distância entre seu discurso e sua prática

(2) Trata-se de consumidores preocupados com a coletividade e a melhoria da comunidade em que vivem, transformando discurso em prática

Reforçando estes dados, se observa que nas redes de supermercados, os consumidores são eventuais e não compram de maneira sistemática. Em contrapartida, junto às feiras encontra-se um consumidor mais fiel e comprometido, que inclusive se reúne em associação: a Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA). Na pesquisa feita por Rucinski (2003) ficou claro o perfil do associado que possui nível de escolaridade elevado, busca de um estilo de vida mais saudável, suas preocupações vão além do foco inicial que seria a sua própria saúde, para outros assuntos como: mercado justo, preservação ambiental e êxodo rural.

O que preocupa é a falta de noção de alguns consumidores que desejam todos os atributos ambientais e de segurança dos orgânicos e ainda exigem aparência externos idênticos aos convencionais. Isto não se consegue nos primeiros estágios da conversão, de maneira geral. Em contrapartida em alguns produtos a aparência e os aspectos externos ou como já nomeados “cosméticos” podem inclusive ser superiores nos orgânicos. (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAS, 2004)

Schmidt (2004, p. 20) destaca dois aspectos que se consideram importantes nesta discussão: “os motivos ou as motivações para que os consumidores comprem

alimentos orgânicos; e as percepções, valores, crenças ou atitudes que os explicam.” A mesma autora enfatiza que apesar das idéias e discursos que os consumidores podem elaborar a respeito do alimento orgânico, apenas após o ato da compra é que ele é de fato um propulsor do sistema de produção orgânico.

Cabe aqui fazer uma retrospectiva a respeito da trajetória dos consumidores orgânicos de Curitiba, que se organizaram formalmente utilizando-se de uma associação em 2000. Assim é criada a Associação dos Consumidores Orgânicos do Paraná (ACOPA), impulsionada pelo grupo dos feirantes do Passeio Público. Nas palavras de uma associada da ACOPA, que resume o fato:

A ACOPA não surgiu como idéia dos consumidores, mas de alguns produtores, pessoal ligado a AOPA, porque foi criado o Conselho de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná e depois de um tempo, foi criado [sic] uma cadeira para os consumidores e aquela cadeira estava vaga, o conselho já vinha se reunindo, deste conselho fazem parte no IAPAR, EMATER, produtores de várias entidades do interior do Paraná. Não existia um representante dos consumidores, aí veio a idéia que foi sugerida pelo Rogério Rosa que era o presidente da AOPA naquela época e ele começou a conversar com os consumidores do Passeio Público sobre a importância de se ocupar desta [sic] cadeira. (RUCISNKI, 2003, p. 10)

A partir de uma demanda externa, a ACOPA se organizou e iniciou com a produção de alguns informativos, visitas às propriedades dos feirantes e plantões de conscientização na Feira do Passeio. Já em 2003, possuía 260 simpatizantes e 35 associados. Os assim chamados associados são aqueles que pagam a taxa de anuidade. Encontram-se divididos em duas categorias: os atuantes que participam de alguma atividade promovida pela associação e os não-atuantes, que acabam por não se articular com os seus pares. Já os simpatizantes, são potenciais associados pelo entendimento da visão da ACOPA. Na atualidade, os simpatizantes são aproximadamente 400.

Durante estes sete anos de existência, a ACOPA ministrou várias palestras em eventos no país e no exterior, onde apresentou a sua pioneira experiência para os mais diversos públicos. Em parceria com entidades da sociedade civil e do poder estatal, promoveu eventos e lançou materiais didáticos. Cabe ressaltar a participação dos presidentes da entidade: Moacir Darolt, Inês Muller e Ivo Melão.

Em pesquisa realizada por Rucinski (2003), que era associada da ACOPA, através de observação participante, ela traçou o perfil dos associados: a maioria

quase absoluta de profissionais com o ensino superior concluído e igualmente distribuídos conquanto ao gênero.

A associação tem colaborado com inúmeras pesquisas relacionadas ao consumidor e ao mercado orgânico (DAROLT, 2003; CURITIBA, 2006a; KIRCHNER, 2006). Nestas pesquisas ficou demonstrado que o consumidor orgânico é preponderantemente do sexo feminino (aproximadamente 65%), o que distoa dos dados de Rucinski (2003), porém os outros dados que compuseram o perfil dos consumidores se aproximaram, como o fato de serem casados em mais de 60% dos casos. Do total de entrevistados, 60% possui graduação em curso universitário (CURITIBA, 2006a).

Dentre estas pesquisas destacamos o estudo de Kirchner (2006), que buscou traçar um panorama do consumo de orgânicos em Curitiba, a partir da análise das feiras. A autora entrevistou 240 consumidores, no ano de 2006. Metade foi entrevistada na feira orgânica do Passeio Público e a outra metade em uma feira convencional, que conta com fluxo de consumidores semelhante, realizada na Praça 29 de março, no bairro das Mercês.

O perfil encontrado na feira orgânica aponta que mais de 70% possuem filhos e que a renda familiar excede os nove salários mínimos em 70% dos entrevistados. Isto indica que são compras realizadas por pessoas que detêm um nível de instrução e de renda acima da média, o que denota, teoricamente um nível de exigência elevado diante dos produtos.

Em outro estudo, este conduzido pela Prefeitura de Curitiba, com o objetivo de subsidiar a instalação do Mercado Municipal Orgânico, foi entrevistada uma amostra de 472 consumidores divididos em 4 equipamentos de comercialização: Mercado Municipal, feiras, supermercados e restaurantes. A amostra foi representativa estatisticamente e apontou diversas informações que são basilares no planejamento de abastecimento municipal. (CURITIBA, 2006a)

Do total de entrevistados, 72% afirmou que o motivo que predomina na valorização do alimento orgânico está ligado à saúde. Ainda, neste estudo, mais de 70% se abastecem através de compras semanais. Conclui-se que o alimento orgânico traduz saúde no sentido amplo para estas famílias e que necessitam de abastecimento freqüente, o que representa uma possibilidade de divulgação dos mesmos junto aos profissionais da saúde. Nesta mesma pesquisa, nenhum entrevistado relatou ter recebido indicação de consumo de orgânicos por parte deste

setor profissional. Tais fatos indicam parte dos fatores limitantes, que são sentidos pelos consumidores e que serão apresentados a seguir.

As maiores dificuldades que estes consumidores relataram foram contrastadas em duas realidades distintas (TABELA 9). As duas primeiras foram realizadas no mercado de Curitiba e a última, a título de comparação, foi realizada no Rio de Janeiro.

TABELA 9 - PRINCIPAIS DIFICULDADES APRESENTADAS PELOS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

DIFICULDADES	ESTUDO KIRCHNER (CURITIBA)		ESTUDO PREFEITURA CURITIBA	ESTUDO UFRRJ
	FEIRA CONVENCIONAL	FEIRA ORGÂNICA		RJ
Preço Elevado	43%	40%	37%	25%
Pouca variedade	6%	21%	37%	-
Local para aquisição	33%	21%	41%	35%

FONTE: FONSECA (2005); CURITIBA (2006a) e KIRCHNER (2006)

Analizando a pesquisa de Kirchner (2006), o fator que mais desmotiva o consumidor das feiras, seja orgânica ou convencional, é o preço alto (FIGURA 55). Por outro lado, na pesquisa de Curitiba (2006a), o local para aquisição foi o maior desmotivador, sendo seguido muito próximo por preço alto e pouca diversidade (FIGURA 56).

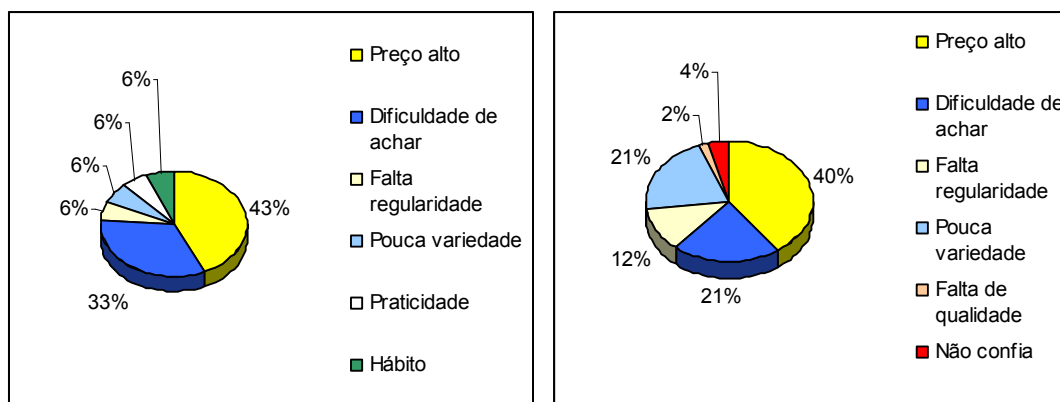


FIGURA 55 – RAZÕES DE DESMOTIVAÇÃO DO CONSUMO DE ORGÂNICOS NAS FEIRAS CONVENCIONAIS (ESQ.) E ORGÂNICAS (DIR.) EM CURITIBA
FONTE: KIRCHNER (2006)

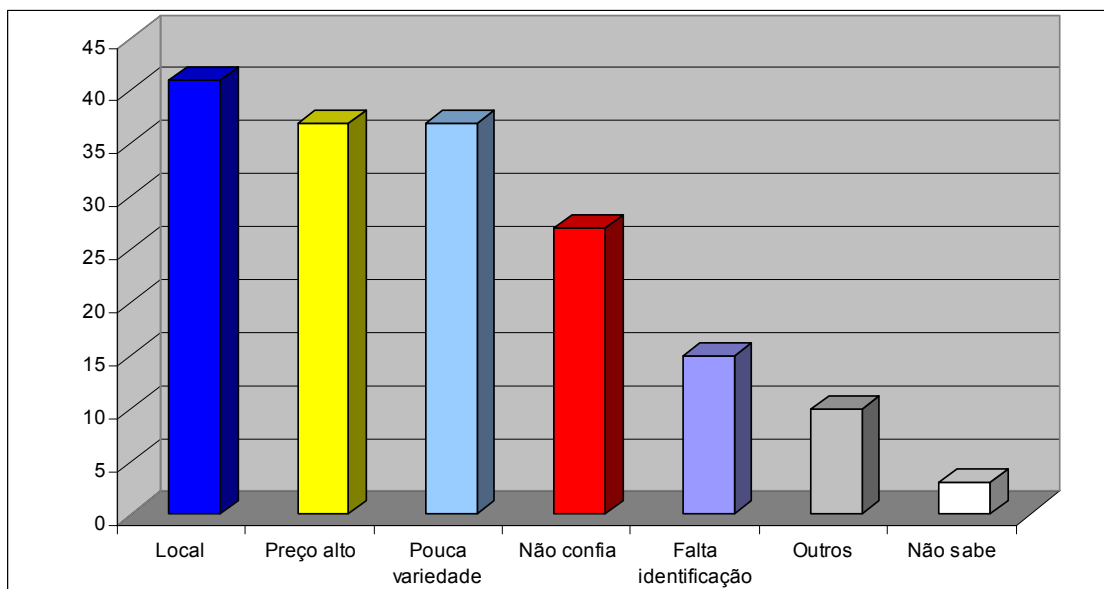


FIGURA 56 – DIFICULDADES PARA A COMPRA DE ORGÂNICOS EM DIVERSOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO EM CURITIBA

FONTE: CURITIBA (2006a)

NOTA: Os resultados ultrapassam 100% devido a possibilidade de resposta múltipla

Colaborando com esta análise, nas grandes redes de supermercados, os gerentes entrevistados no estudo de Kirchner (2006, p. 118) afirmaram que “o principal fator que dificulta ao consumidor comprar orgânicos é também o preço alto.”

Já o trabalho de Silva (2006) faz uma análise sociológica das escolhas dos consumidores diante de produtos orgânicos, convencionais e transgênicos. Foram coletados dados com 600 consumidores em 41 supermercados de Curitiba.

Portanto, os dados de Silva (2006), obtidos nestas redes concordam com esta afirmação quando apresentam os fatores que os consumidores levam em consideração na hora da compra: preço (76,2%), seguido dos benefícios à saúde (54,2%) e a marca (36%).

Dos 600 entrevistados nesta pesquisa, 210 afirmaram que consomem produtos orgânicos, entre outros, o que representa uma cifra bastante elevada (35%), fato que chamou a atenção do pesquisador e que a considerou elevadíssima. Ressalte-se que este resultado merece cuidado na análise, pois está destoando de outros estudos já realizados. O próprio autor faz uma separação dentro desta categoria de consumidores: os que compram semanalmente (53,3%) e os que se abastecem esporadicamente, sem frequência definida (43,3%). Acredita-se que analisando a questão mediante esta divisão, é provável que se aproxime mais da

realidade encontrada pelos demais autores. Finalmente, o pesquisador aponta que 67% dos consumidores orgânicos entrevistados nos supermercados consideram caros os alimentos orgânicos.

Assim não restam dúvidas de que, enquanto permanecerem os altos preços vigentes, o setor se manterá sem grandes alterações, até porque o poder de compra dos habitantes da RMC não tem crescido de maneira tão expressiva. Com relação aos preços, nas diferentes formas de comercialização, estes serão comentados mais adiante.

6.6.1 Meios de comunicação usados pelos consumidores

Um dos objetivos da pesquisa de Silva (2006) foi elaborar um perfil dos diferentes tipos de consumidores e analisar quais meios de comunicação que influenciaram os seus atos. Na tabela 10, os dados dos clientes dos supermercados são contrastados como os dados de 4 equipamentos de comercialização, já citados na pesquisa da Prefeitura.

TABELA 10 – PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELOS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS PARA SE INFORMAREM SOBRE ALIMENTAÇÃO

MEIO DE COMUNICAÇÃO	SUPERMERCADOS	DIVERSOS CANAIS*
TV	78,3%	37%
Contato pessoal	44%	11%
Revistas semanais	37,8%	27%

FONTE: CURITIBA (2006a); SILVA (2006)

*NOTA: Mercado Municipal, feira orgânica, supermercado, restaurante e lanchonete

Estes dados levam à conclusão de que os consumidores tentam obter junto à televisão informações para orientar as suas compras em primeira instância. Isto ocorre de maneira eventual e, portanto a exposição do consumidor ao assunto é baixa e não sistemática.

6.6.2 Local para compra

No que tange aos locais de compra, pode-se visualizar nitidamente a concentração dos equipamentos de abastecimento, na figura 47.

Pela Central de Relacionamento Municipal (Curitiba, 2007), serviço ligado a Prefeitura de Curitiba, foi realizada uma enquete em julho de 2007 para verificar a visibilidade de três feiras orgânicas e a impressão da vizinhança sobre os alimentos orgânicos. Foram entrevistadas 1.000 pessoas residentes a menos de 1.000 metros de cada feira e chegou-se a conclusão que o maior motivo para a não ida à feira era a localização, no caso da feira do Passeio Público (35%). Nas outras duas feiras (Pracinha da Igreja do Cabral e Praça do Japão) era o segundo maior motivo, com 18% e 19% respectivamente, sendo o primeiro a falta de tempo.

Outro item importante é o indicativo de que, na média, 68% dos “vizinhos” das feiras, não as conheciam. Isto denota a necessidade de divulgação urgente das feiras, principalmente quando uma delas funciona há mais de 12 anos no mesmo local e horário.

6.6.3 Desconhecimento de termos

No estudo realizado por Curitiba (2006a), 29% dos entrevistados não sabiam ou não informaram a diferença entre alimento orgânico e hidropônico e 22% não sabiam a distinção entre o orgânico e o convencional. Isso demonstra que apesar de todos os esforços já feitos, ainda existem pessoas consumindo um produto pensando que estão consumindo outro. É corriqueiro o relato em eventos de sensibilização de consumidores, onde estes admitiram ter comprado produtos hidropônicos achando que fossem até melhores que os orgânicos (GUIVANT *et al.*, 2003).

6.6.4 Análise sobre os consumidores

Com relação à análise das informações sobre os consumidores foram tomadas algumas precauções para evitar generalizações que podem não expressar a realidade. Richter¹⁰ (2002, citado por Guivant, 2003) aponta algumas falhas no desenho e interpretação dos questionários que resultam em conclusões questionáveis. Na figura 57, apresenta-se a problemática.

SITUAÇÃO	PROBLEMAS
Comparação direta entre pesquisas de diferentes regiões com amostras não representativas.	Falta de parâmetros para comparação. Generalização frágil.
Perguntas sobre o significado de um produto ser orgânico.	Superestimar a faixa de consumidores.
Perguntas sobre intenção de pagar mais por um produto orgânico.	Dificuldade em confrontar a resposta com a prática do respondente.
Valorização e detecção limitada dos fatores que influenciam as decisões de consumo.	Não capta razões sutis e até inconscientes, porém fundamentais que definem a escolha.
Coleta quantitativa sobre motivos abstratos, por exemplo: produtos mais saudáveis, mais saborosos, mais caros; sem considerar o contexto de respondente.	Idem.

FIGURA 57 – PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ANÁLISES DE CONSUMIDORES ORGÂNICOS

FONTE: RICHTER¹⁰ (2002, citado por Guivant *et al.*, 2003)

NOTA: Modificado pelo autor

Existem diversos relatórios que contextualizam de maneira mais aprofundada, indo além dos motivos econômicos, no sentido das mudanças culturais “que têm impacto na forma em que as pessoas vivem, e, portanto, na forma que consomem produtos...” (GUIVANT *et al.*, 2003, p. 74), porém ainda não estão disponíveis no âmbito nacional.

Finalmente, o consumidor médio, apesar da preocupação crescente com a qualidade de vida e saúde, ainda escolhe os produtos, principalmente as Frutas, Legumes e Verduras (FLV) “pela aparência cosmética e a expectativa de um sabor agradável.” (GUIVANT *et al.*, 2003, p. 76)

¹⁰ RICHTER, T. Conceptual basis for national standardized data gathering concerning organic consumption and influencing factors. In: **Proceedings of the 14th IFOAM Organic World Congress**. Victoria, Canada, p. 186-187. 2002.

7 ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Diante do que foi pesquisado e analisado seguem as reflexões finais relativas às hipóteses formuladas e ao final uma avaliação mais ampla é feita.

H1: As pesquisas e técnicas de produção vegetal adequadas ao sistema orgânico de produção não estão disponíveis aos agricultores de maneira proporcional à sua demanda.

Hipótese aceita por conta das demandas estabelecidas pelos entrevistados durante o processo de coleta de dados e o conflito com as pesquisas produzidas na RMC. Colaborando para esta análise IPARDES (2007, p. 175) afirma

no que tange à pesquisa na área de produção, o estudo identificou que as mesmas estão **dispersas** em instituições governamentais, universitárias e ONGs, abordando temas **bastante específicos e pontuais** relativos ao sistema de produção. O que se constata é a necessidade de se estabelecer uma política de investigação para a área, com apoio e recursos financeiros adequados para a realização de pesquisas e estudos. Mas, para tanto, é essencial que se proceda a um levantamento do que existe, que se estabeleçam linhas de pesquisa de médio e longo prazos, focados nos agroecossistemas regionais e da agricultura familiar. (grifo nosso)

Desta forma, fica evidente um fator limitante que se expressa pela dificuldade de articulação entre estas diversas iniciativas, que às vezes têm matizes ideológicas e metodológicas opostas, o que dificulta as parcerias. Para complicar a situação, existe historicamente uma dificuldade de comunicação entre os órgãos de pesquisa e o setor produtivo (agricultores e assistência técnica e extensão rural). Isso ficou evidente quando se questionou o setor produtivo sobre os resultados das pesquisas realizadas com a sua colaboração, sendo que o retorno foi mínimo.

Esta situação, inclusive, já atrapalhou a realização desta pesquisa, pois alguns agricultores se queixaram de um “excesso” de entrevistas e visitas em suas propriedades, que acabavam consumindo um tempo precioso em uma atividade que utiliza muita mão-de-obra familiar. Um agricultor em específico solicitou que não fosse entrevistado, por este motivo, apesar de todas as explicações iniciais.

A sustentabilidade das pesquisas na RMC está sendo ameaçada por falta de comunicação entre os pesquisadores e pesquisados, por falta de clareza das propostas iniciais feitas aos parceiros ou por falta de retorno dos resultados ao setor produtivo, que teoricamente seria o maior interessado. As bibliotecas e revistas

científicas estão recebendo a **ciência**, mas a comunidade que ajudou a gerar ou gerou o conhecimento está distante. Seja uma distância física, entre uma biblioteca e uma propriedade rural ou escritório de extensão rural, ou seja, uma distância hermenêutica em função da linguagem acadêmica. Se nada for feito para mudar esta realidade, não será impossível conceber uma “greve de informações” por parte deste setor, que a cada dia está mais consciente dos seus direitos.

Um fato novo na RMC foi a constituição do CPRA no município de Pinhais no local do antigo Pólo de Pesquisas de Curitiba do IAPAR, englobando áreas do EMATER, Colônia Penal Agrícola, Hospital Adauto Botelho e da SANEPAR. Aos poucos, eventos e pesquisas começam a ser feitas em consonância com as demandas regionais, o que por si já representa uma iniciativa alvissareira, mas que carece ainda de lastro financeiro e de pessoas para fazer frente aos desafios que se impõem. Cabe ressaltar que, assim como todas as instituições governamentais, não está imune às mudanças radicais na sua trajetória em função da alternância de grupos políticos frente ao governo estadual, como a propósito já ocorreu naquela mesma área por diversas vezes. Estas mudanças na administração governamental, apesar de seus efeitos deletérios à sociedade, foram muito comuns na história recente do estado do Paraná e inspiram preocupações do movimento da agricultura orgânica.

H2: Os serviços com recursos públicos têm alcance limitado e suas políticas estão desarticuladas e por isso não chegam com a intensidade desejada nos agricultores orgânicos e potenciais.

Hipótese aceita em função da baixa percepção das ações governamentais por parte dos agricultores e da sua efetividade. No caso específico de Campo Largo, consolidando as categorias de resposta “nenhuma ação” e “não opinou”, ficou caracterizado que 60% não perceberam suas ações. Com relação à participação em programas governamentais, apenas 10% relataram positivamente seu envolvimento. Em contrapartida, por conhecimento do histórico no município nos últimos 10 anos pode-se afirmar que a participação foi superior ao relatado. O motivo é o Programa Paraná 12 Meses, que beneficiou no subcomponente de capacitação a maioria dos entrevistados, porém há algo que não favoreceu a lembrança ou o reconhecimento como um programa governamental.

Por outro lado, no caso específico de Colombo, com relação à participação em programas governamentais 70% dos entrevistados relataram seu envolvimento. Isto denota uma participação mais intensa em programas governamentais que os agricultores de Campo Largo. Um dos principais fatores que promoveram este fluxo de recursos se deu em função de uma secretaria municipal de agricultura com contatos sólidos em diversos segmentos do governo e a parceria com o Instituto EMATER-PR.

Apesar do montante de recursos públicos estaduais e federais que foram aportados acima da média regional, como foi o caso de Colombo, persiste um descontentamento que pode ser evidenciado nos depoimentos dos agricultores entrevistados diante de alguns programas, por exemplo, o programa municipal de troca de lixo por hortaliças orgânicas: “Se não tivesse maldade, ia bem. Porém, sempre tem alguém querendo tirar vantagem.” Ou sobre o PAA: “Era complicado fazer as entregas. O preço não é lá essas coisas... Para umas sobras é bom”. E ainda o Programa de turismo rural: “Falta divulgação. Eles prometeram as placas, mas até agora...”

Fonte (2006, p. 135, grifo nosso) amplificou a problemática sobre o assunto pontuando em sua tese de doutorado “Limitações e possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Ribeira”:

Mais uma vez se pode fazer duas observações sobre as inadequações dos projetos estatais, por seus caracteres descendentes e **sem participação popular**: um dos programas implantados, o de caprinocultura, apresentou resultados muito ruins, com altíssima mortalidade dos animais. **A população não sabia** manejar os animais e não foi suficientemente preparada. No segundo caso, do programa de melhoria do rebanho leiteiro, foram repassadas aos produtores, vacas leiteiras holandesas, conhecidas por sua especialidade e exigências de manejo. Os resultados foram igualmente desastrosos.

Todos estes depoimentos denotam a insatisfação perante os programas governamentais, que em muitas gestões têm apresentado características paternalistas, o que inclusive colaborou para este descontentamento. O grau de paternalismo foi tamanho que em certas instâncias provocou a perda de autonomia das comunidades. O paternalismo gerou dependência que “deu à luz” a compra do voto e outras práticas como o voto de cabresto, que manteve certos grupos no poder e perpetuou este ciclo vicioso. Se assim não fora, não haveria uma grande preocupação de dirigentes municipais (prefeitos) em indicar os presidentes de

Conselhos que gerem as políticas “públicas”, como afirma IPARDES (2003) na sua avaliação sobre os conselhos municipais de desenvolvimento rural.

Apesar deste quadro complicado, os agricultores quando indagados sobre as políticas que eles implementariam se fossem os mandatários, surpreenderam. Alguns permaneceram em receitas tradicionais de políticas que não provaram resultado algum, mas outros mostraram muita visão nas suas propostas, o que só reforça a impressão de que processos realmente participativos tendem à obtenção de resultados mais profícuos. De fato, não adianta querer “inventar a roda”: se o programa deve atender determinada população, esta deve ser a primeira a ser consultada. Porém, apesar de todos os nomes darem a impressão de participação, como audiência pública e orçamento participativo, o que se observou foi a falácia pública. E os chamados beneficiários dos programas foram os últimos a serem ouvidos e por isso a tendência é de que os programas continuarão a não alcançar o que apregoam nas propostas iniciais.

Como afirma Fonte (2006),

as decisões deveriam ser definidas, em um primeiro momento, pelos Conselhos Rurais Municipais, de forma descentralizada, democrática e ascendente. Lamentavelmente, foi o programa [Paraná 12 Meses] que mais ingerências políticas sofreu. Segundo funcionários da SEAB, eram comuns as ingerências de prefeitos e vereadores nas decisões sobre o que deveria ou não ser apoiado como ação. Os Conselhos, que deveriam ser formados democraticamente para que pudessem representar com propriedade o município, em muitos casos foram criados exclusivamente pelo prefeito, para cumprir a legislação, desvirtuando completamente o sentido da medida[!].

Com exceção do crédito rural, que avançou nos últimos anos, não se delineia nenhum outro serviço mantido com recursos públicos em ascensão no atendimento aos agricultores orgânicos (ASSIS e ROMEIRO, 2007). Em Mudanças Técnicas na Agricultura: Perspectivas da Transição Agroambiental em Colombo - PR, Almeida (2003) analisa a discrepância entre a perspectiva de crescimento da atividade com a carência de políticas e estruturas que a suportem. Foi identificada a falta de consistência destas políticas e mencionou a “frequente defesa que certas instituições fazem da agricultura orgânica como uma alternativa para proteger os mananciais de Curitiba”, o que não traduziu em fatos concretos (COMEC, 2001a; 2001b). Ou nas palavras de um entrevistado: “Uma foguerinha e [já] pára.”

Com relação à assistência técnica, sua ação não se expressou em 50% dos entrevistados em Campo Largo e a mesma cifra em Colombo. Neste sentido,

IPARDES (2007) elencou a dificuldade apresentada por estes profissionais desde a capacitação necessária para atender aos agricultores até a dificuldade de integração das entidades ao redor da agricultura orgânica. Isso ficou evidenciado nas entrevistas com os profissionais que manifestaram a falta de infra-estrutura para a realização dos trabalhos, impossibilidade de dedicação exclusiva diante de demandas crescentes de trabalho em diversas áreas e falta de sintonia entre as entidades “parceiras”.

No âmbito da educação, se observou na RMC o crescimento de cursos voltados à área, notadamente no Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, situado em Pinhais ao lado do CPRA, com o seu curso técnico profissionalizante em Agroecologia e o seu congênere no município da Lapa. O Núcleo de Agroecologia da Escola Técnica da UFPR tem apoiado a Escola Latinoamericana de Agroecologia, também situada na Lapa e outras em diferentes regiões do estado. Ainda no âmbito das universidades cita-se o avanço galgado pelos professores e alunos da UFPR envolvidos no dia de campo de Olericultura Orgânica em 2007, evento paralelo ao III Paraná Orgânico, que abriu um canal de comunicação entre a academia e o setor produtivo da RMC.

Ainda no segmento da educação, porém mais voltada aos agricultores, se observou um atendimento bastante expressivo da demanda dos municípios em função das diversas entidades envolvidas que articularam um trabalho em conjunto a partir de 2006 e que apresentou bons resultados. As entidades do sistema “S” (SENAR, SEBRAE) aliadas às entidades de assistência técnica e organizações dos agricultores realizaram diversas capacitações e ampliaram sua abrangência em razão da cooperação.

Finalmente, a questão referente à regulação legal não apresentou avanços já que a regulamentação da Lei nº 10.831 de 2003 carece de pareceres dos Ministérios de Estado envolvidos com a questão há mais de 700 dias¹¹. Este fato demonstrou a priorização que o tema assumiu diante destas autoridades governamentais, deixando claro a importância aquilatada ao meio ambiente, à qualidade dos mananciais e à saúde da população urbana e rural.

¹¹ Durante a redação final desta dissertação foi assinado o Decreto nº 6.323 que regulamenta a Lei nº 10.831 “Lei dos orgânicos” em 27/12/2007, após exatos 725 dias de espera.

H3: O consumidor não está esclarecido suficientemente sobre o que é um alimento orgânico.

Hipótese aceita em função das dificuldades de conceituação de um alimento orgânico pelos consumidores, bem como a sua identificação, como foi evidenciado na pesquisa. Destaca-se aqui a importância de uma divulgação mais organizada e coordenada onde se trabalhe desde as escolas até os meios de comunicação de massa. Estas atividades foram elencadas pelos entrevistados como prioritárias para alavancar a comercialização.

Convém registrar os esforços de algumas entidades no sentido de promover palestras para sensibilização de consumidores. O gibi “Escolha freguês” do cartunista Ziraldo, viabilizado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário é um exemplo.

H4: Canais de comercialização não se viabilizam no médio e longo prazo, pois o preço praticado mantém a demanda em patamares baixos, além do que, os pontos de venda estão concentrados em regiões centrais de Curitiba e municípios metropolitanos.

A primeira parte da hipótese foi aceita, pois esta demanda, ainda que apresente-se crescente, estava reprimida em função dos preços elevados, o que determina sobra de produtos em determinadas épocas do ano. Isso acarretou prejuízos que foram assumidos ora pelas processadoras ora pelos agricultores, dependendo do canal de comercialização.

Diante dos estudos de Darolt (2005), os consumidores conscientes que já compraram orgânicos nos últimos cinco anos, apresentaram disposição para pagar 30% a mais para um produto orgânico. Porém, o que se observou foi um sobrepreço muito superior a esta cifra, determinando assim uma compra reduzida dos consumidores conscientes e influenciando os ainda não conscientes de que este produto é muito caro e talvez impagável. Desta forma, até os gerentes dos supermercados concordaram que um dos pontos fracos dos orgânicos era o preço elevado.

Ainda, como agravante da situação cita-se na cadeia de comercialização longa, vinculada às redes de supermercados, um comportamento insustentável por meio de contratos e práticas de comércio abusivas. Na cadeia curta, representada na maioria dos casos pelas feiras, observou-se a cartelização.

A segunda parte da hipótese também foi aceita e diz respeito à concentração da oferta, que no caso das feiras orgânicas restringiu-se basicamente a área administrativa da prefeitura chamada Regional Matriz, que abrange os bairros limítrofes ao centro da cidade. Quanto às lojas especializadas, restaurantes e até o futuro Mercado Municipal Orgânico, todos se enquadram nesta área geográfica. As redes de supermercados foram o único canal de comercialização encontrado nas diferentes regionais da cidade, porém apresentaram os maiores preços de orgânicos causando o chamado “efeito-susto”, onde um potencial consumidor ao ver o preço desiste imediatamente da compra.

No sentido de novas possibilidades, foram localizadas na RMC, algumas iniciativas de consumidores se organizando para comprar dos agricultores. Além das novas feiras que tem ajudado a descentralizar os pontos de oferta de alimentos orgânicos.

H5: A formação de preço não está pautada em custos de produção.

Hipótese aceita em função da análise da situação dos agricultores de Campo Largo e Colombo, que informaram apenas elaborar os custos de produção em 20% e 30%, respectivamente. A formação de preço foi influenciada por tabelas de outras feiras, acordos com processadoras ou com redes de supermercados e finalmente por pressão do “cartel orgânico”. Acredita-se que a inclusão de critérios contábeis e sociais na formação de preço pode colaborar para um incremento nas quantidades comercializadas e aí atingir a escala necessária para viabilizar mais agricultores e por consequência mais consumidores.

H6: Agricultores não se associam e quando o fizeram, os resultados foram negativos.

Hipótese aceita em função da maneira como o associativismo “desembarcou” na RMC nos anos de 1980 com uma visão de cima para baixo, onde “eles” foram os protagonistas e o “eu” e o “nós” ficaram distantes, produzindo. Isto também se expressa em outras regiões do Paraná, como observa Ahrens *et al.* (2006, p. 70) a respeito da vizinha região Centro-Sul, enfatizando que “a formação individualista e capitalista, em muitos casos, dificulta a organização coletiva e o pensamento cooperativista.”

Esta visão ainda subsistiu por muito tempo e o resultado foi o fechamento de todas aquelas associações. Com este sentimento negativo de fracasso, prejuízo, roubo, entre outros, ficou instalado um quadro de individualismo mais exacerbado do que o anterior, que já era intenso, até em função do histórico da RMC. Os agricultores foram de certa forma “imunizados” contra o associativismo e este quadro somente será alterado a partir de uma mudança de valores.

8 ALGUMAS PROPOSIÇÕES

Atendendo a um dos objetivos preconizados anteriormente neste trabalho, apresentam-se algumas contribuições/sugestões para o aumento da viabilidade da agricultura orgânica que pretende colaborar em termos de qualidade de vida para as pessoas no campo e na cidade.

As proposições foram agrupadas conforme as hipóteses para facilitar a visualização. Apesar da constituição dos dois sistemas-típicos (Campo Largo e Colombo), para a análise da RMC, no que tange as proposições, não houve diferenças significativas. Na sua ocorrência, os detalhes são pormenorizados.

H1 Tecnologias de produção:

- Estabelecer um plano regional de pesquisas. Conquistar parcerias para viabilizar o plano, sabendo que o mesmo possui apenas um dono: o público (agricultores e consumidores).
- Implementar maneiras inovadoras de construção do conhecimento e concomitante troca.
- Constituir profissionais com tempo, infra-estrutura e vontade para atendimento inovador junto aos agricultores.

H2 Políticas:

- Favorecer a constituição de políticas a partir do público e com avaliação e gestão do mesmo.
- Evitar programas “engessados” focados apenas em práticas de manejo.
- Elaborar programas que contemplem as pessoas e não apenas as tecnologias produtivas.
- Oportunizar conselhos e órgãos de gestão realmente participativos.
- Atender as demandas estabelecidas neste trabalho quer seja com relação à pesquisa, ensino, extensão, legislação ou certificação.

H3 – H5 Mercado:

- Sensibilizar os consumidores através de atividades envolvendo profissionais de educação, saúde, agrárias, sociais aplicadas e a comunidade.
- Desenvolver ferramentas que privilegiem a comercialização direta, favorecendo o comércio local e evitando gastos de combustível desnecessários.
- Ampliar o fornecimento de alimentos orgânicos para grandes consumidores (institucionais ou privados).
- No caso do sistema Colombo, reduzir gradualmente a oferta de alimentos junto às redes de supermercados predatórias, ou de maneira articulada obter negociações mais justas e sustentáveis.
- Trabalhar a gestão da propriedade para reduzir o preço com critérios visando ampliar a base de consumidores.
- Auxiliar na formação de grupos de consumidores e agricultores que se apoiem mutuamente.
- Divulgar a agricultura orgânica através de diversas mídias, quem está envolvido nesta atividade e quais as externalidades positivas geradas, por exemplo (FEIRA ORGÂNICA, 2007):
 - <http://blog.docaminho.com.br/videos/associacao-casa-da-videira-geral/feira-organica-acv/>

H6 Estratégias de organização:

- Investir de maneira relacional.
- Estabelecer um canal de comunicação entre o público e os gestores dos recursos públicos para otimização dos mesmos no sentido de integrar as atividades, evitando trabalhos semelhantes e paralelos e ausência de ação em outras áreas.
- Realizar eventos que extrapolem as questões tecnológicas (comércio justo, gestão da propriedade) e discutam as raízes dos fatores restritivos desta e de outras atividades: VALORES! (autonomia,

cooperação, solidariedade, amor, ...) E a partir destes valores tentar colocar em prática em pequenos experimentos.

Estas contribuições podem parecer distantes ou utópicas, mas algumas delas já foram realizadas concomitantemente ao trabalho de pesquisa e já demonstram os seus primeiros resultados. Pretende-se em breve relatá-las e encerro reafirmando que “um outro mundo é possível, necessário e está a caminho”...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2001/Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 7/01/2008.

ACTIONAID. **Stop corporate abuse**. Rio de Janeiro: Actionaid, [2005?]. 1 fôlder. Disponível em: <http://www.chamadacontrapobreza.org.br/down/Abuso_Corporativo.pdf>. Acesso em: 24/04/2008.

AHRENS, D. C. (org.); RODRIGUES, A. S.; RADOMSKI, M. I.; MILLÉO, R. D. S. **Rede de Propriedades Familiares Agroecológicas: uma abordagem sistêmica no Centro-Sul do Paraná**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2006. 79 p.

ALCÂNTARA, R. L. C.; BATALHA, M. O.; SOUZA, A. P. O.; MARCHESINI, M. M. A dinâmica de mercado de hortícolas orgânicas: algumas considerações para reflexão. In: Workshop Identificação de Gargalos Tecnológicos na Agroindústria Paranaense. **Resultados / Workshop Identificação de Gargalos Tecnológicos na Agroindústria Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2005. 129 p. Disponível em: <http://www.IPARDES.gov.br/webasis.docs/seti_gargalos_tec_agroindustria_workshop_resultados_2005.pdf>. Acesso em 12/02/2008.

ALMEIDA, J. **Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002.

ALMEIDA, L. **Mudanças técnicas na agricultura: perspectivas da transição agroambiental em Colombo – PR**. 312 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ALVES, E. M.; ALMEIDA, R. G.; HELFENSTEIN, F. G.; JUNG, R. F.; GERLADI, L.; MARQUES, C. A. G. Incidência de plantas espontâneas e severidade da queimada-folhas em função do espaçamento nos sistemas de produção de cenoura de base ecológica e convencional. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 1123-1126, 10/2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/include/getdoc.php?id=5439&article=1884&mode=pdf>>. Acesso em: 15/12/2007.

ANDREOLI, C.V; FERREIRA, A.C. **Levantamento quantitativo de agrotóxicos como base para a definição de indicadores de monitoramento de impacto ambiental na água.** Revista Sanare, Curitiba. V.10 n.10, p.30-38, 1998.

ANDREOLI, C. V.; DALARMI, O.; LARA, A. I.; RODRIGUES, E. M. ; ANDREOLI, F. N. Os mananciais de abastecimento do sistema integrado da Região Metropolitana de Curitiba – RMC. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 9., 2000, Porto Seguro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABES, 2000. p. 196-205. Disponível em: <
http://www.sanepar.com.br/Sanepar/Gecip/Congressos_Seminarios/Gestao_de_mananciais/Mananciais_de_abastecimento_da_RMC.pdf>. Acesso em: 5/01/2008.

APPOLONI, C.R. Universidade e Pesquisa. In: SIMPÓSIO SOBRE COMUNICAÇÃO E CULTURA NO TERCEIRO MUNDO, 10., 2003, Londrina; Palestra proferida... Londrina: Uel, 2003. p. 1-16. Disponível em:
 <http://uel.br/proppg/pesquisa/documentos_ct/Universidade_Pesquisa.pdf>. Acesso em: 10/12/2007.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, set./ out. 2007. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000500004&lng=e&nrm=iso&tlng=e>. Acesso em: 11/02/2008.

BALESTRIN, N. L. **Associação da Agricultura Orgânica do Paraná: uma proposta em (re)construção.** 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BANCO DO BRASIL. O caminho natural para o sucesso da sua produção. São Paulo: Banco do Brasil, 2006. 1 fôlder.

BARROS, E.V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural.** Viçosa: UFV, 1994. 715p.

BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 4. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005. 516 p.

BENATTO, A.; SCUCATO, E. S. **Relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos no Estado do Paraná.** Junho de 2001 a junho de 2002. Curitiba: Secretaria de Saúde do Paraná, 2003. 55 p.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. vol. 1 e 2. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia**: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BRASIL. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=5114>>. Acesso em: 8/12/2007.

_____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: 25/05/2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>>. Acesso em: 24/04/2008.

_____. Sistema de consulta à Legislação. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do;jsessionid=c0a8017a30d63a9a03a3dcf7408d8c06d8b856e34717.e3uQb3eQb3ySe3uKbxmNc38Tci0>>. Acesso em: 31/11/2007.

_____. **Pronaf Microcrédito Rural**. Brasília: [2007?]. 27 transparências, color. Disponível em: <<http://www.unitins.br/ates/arquivos/outros/Agricultura%20Familiar/Pronaf-Palestra.ppt#256,1,Slide 1>>. Acesso em: 26/04/2008.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 233-260, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte6.pdf>>. Acesso em: 7/2/2008.

CAMARGO, R. R. **Da agricultura convencional à agroecologia**: uma trajetória mediada pela consciência de produtores rurais no município de Colombo – PR. 64 f. Monografia (Especialização em Educação no Campo e Agricultura familiar e Camponesa) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 70-85, jul./set. 2002a.

_____. Construindo uma Nova Extensão rural no Rio Grande do Sul. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.4, p. 13-15, out./dez. 2002b.

CEAO – Conselho Estadual de Agricultura Orgânica. **2º Relatório Parcial do Diagnóstico da Cadeia Produtiva Orgânica do estado do Paraná**. Curitiba: AOPA/DESER, 2002. 179 p.

CIDADE JUNIOR, H. A. **A agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba: alguns fatores que afetam seu desenvolvimento**. Curitiba. 2006. 14 p. Anteprojeto.

_____. **Relato de viagem à Ipê e Antônio Prado – RS**. Araucária, 07/1996. Informação verbal.

COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado**. Curitiba: COMEC, 2001a. 181 p. Relatório técnico, documento para discussão.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: COMEC, 2001b. 79 p. Relatório técnico, documento síntese para discussão.

_____. **APA's e UTP's**. Curitiba: COMEC, 2004a. Disponível em: <
http://www.pr.gov.br/comec/mapas/novos/rmc_2004Apa_Utp.jpg>. Acesso em: 25/12/2007.

_____. **Divisão Política**. Curitiba: COMEC, 2004b. Disponível em: <
http://www.pr.gov.br/comec/mapas/novos/rmc_2004Politico.jpg>. Acesso em: 30/12/2007.

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos Ações da CONAB em 2005**. Disponível em: <
http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2005.pdf>. Acesso em: 26/12/2007.

COMPLEXO. In: FERREIRA, A.B.H. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 115.

COSTA, M. B. B. **Análise da sustentabilidade da agricultura da região metropolitana de Curitiba pela ótica da agroecologia**. 227 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CPI do Leite indicia cinco empresas gaúchas. **Panambi On-line**, Panambi, 11 junho 2002. Disponível em: <http://www.profnet.com.br/ver_agri.php?codigo=736>. Acesso em: 24/04/2008.

CRUZ, M. S. Público e Privado: o surgimento e a evolução dos conceitos. **Bate Byte**, Curitiba, ago./set. 1994. n. 36. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/1994/bb36/publico.htm>>. Acesso em: 12/12/2007.

CUPERSCHMID, N. R. M. **Atitudes em relação ao meio ambiente e sua influência no processo de compra de alimentos em Curitiba**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

CUNHA, A. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. 17 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 839 p.

CURITIBA. **Diagnóstico dos sistemas de comercialização de produtos orgânicos na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: PMC, out./2006a. Relatório de pesquisa. 2 planilhas eletrônicas.

_____. **Mercado de Orgânicos de Curitiba**. Curitiba: PMC, 2006b. Relatório de atividades. 6p.

_____. **Enquete Feira Orgânica**: pracinha igreja do Cabral – praça do Japão – Passeio Público. Curitiba: ICI, jul. 2007.

DAROLT, M.R. Agricultura orgânica: a região metropolitana de Curitiba em destaque. **Agricultura Biodinâmica**, Botucatu, Ano 16, n. 82, p. 42-48, 1999.

_____. **As Dimensões da Sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba. 310 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

_____. **Agricultura orgânica: inventando o futuro.** Londrina-PR: IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. Cap. 1 e p. 200-203.

_____. **O consumidor e o mercado de produtos orgânicos.** In: Simpósio sobre Pesquisa em Agricultura Orgânica, 1., 2003, Lavras- MG. Anais...Lavras: UFLA, 2003. p.20-30.

_____. Construindo novas relações entre agricultores e consumidores: a experiência da Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná – ACOPA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., 2005, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: ABA, 2005. 1 CD-ROM.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set. 2001.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998. 286 p.

DULLEY, R. Princípios da agricultura orgânica. In: Seminário de alternativas para a pequena propriedade orgânica, 1, 2004, São Paulo. **Resumo...** São Paulo: AAO, 2004. Disponível em: <<http://www.aao.org.br/sem1.asp>>. Acesso em: 9/2/2008.

EMATER-PR. **Sistema de Informações para Planejamento da Emater-PR.** Curitiba: EMATER, 2004. 1 CR-ROM.

_____. **Missão.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo.php?conteudo=8>>. Acesso em: 10/12/2007a.

_____. **Proposta Regional de Trabalho em Agroecologia Curitiba e região Metropolitana.** Curitiba, 2007b.

_____. Governador assina nomeação dos novos funcionários do Instituto Emater. 2007c. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=709>>. Acesso em: 12/02/2008.

_____. Estrutura física. 2007d. Disponível em: <
<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>.
 Acesso em: 12/02/2008.

_____. Processo Agricultura Orgânica. Disponível em:
 <<http://www.emater.pr.gov.br/emater.php?emater=2&mid=87>>. Acesso em:
 25/04/2008.

EMBRAPA. **Controle de doenças de plantas com biofertilizantes.**
 Jaguariúna: EMBRAPA, 1998. 22p.

_____. **Produção Orgânica de Hortaliças.** Brasília: Embrapa Informação
 Tecnológica, 2007a. 308 p.

_____. **Cultivo de tomate para industrialização.** Disponível em:
 <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Tomate/TomateIndustrial/al/doencas_virus.htm>. Acesso em: 14/12/2007b.

FAVERO, C.; JUCKSCH, I.; ALVARENGA, R. C.; COSTA, L. M. Modificações na
 população de plantas espontâneas na presença de adubos verdes. **Pesq. agropec.
 Bras.**, Brasília, v. 36, n. 11, p. 1355-1362, 2001. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0100-204X2001001100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/12/2007.

FEIDEN, A. **Conversão de Sistemas de Produção Convencionais para Sistemas
 de Produção Orgânicos.** Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2001. 20p.

FEIRA ORGÂNICA. Direção de Tiago Couto. Curitiba: Associação Casa da Videira:
 Bravo!, 2007. 1 DVD (4 min.), color. Disponível em: <
<http://blog.docaminho.com.br/videos/associacao-casa-da-videira-geral/feira-organica-acv/>>. Acesso em: 11/02/2008.

FONSECA, M. F. A. C. **A institucionalização do mercado de orgânicos no
 mundo e no Brasil: uma interpretação.** 476 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2005.

FONTE, J. R. **Limitações e possibilidades para o desenvolvimento do Vale do
 Ribeira.** 168 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Setor de Ciências Agrárias,
 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FONTE, N.N. **A Complexidade das plantas medicinais**: algumas questões atuais de sua produção e comercialização. 183 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GALLI, F.; TOKESHI, H.; CARVALHO, P. C. T.; BALMER, E.; KIMATI, H.; CARDOSO, C. O. N.; SALGADO, C. L. **Manual de Fitopatologia**. São Paulo: Ceres, 1968. 640p.

GANDHI, M. **Frases**. Disponível em :<http://www.pensador.info/autor/Mahatma_Gandhi/2/> Acesso em 24/12/2007.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653 p.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. A dinâmica de mercado de hortícolas orgânicas: algumas considerações para reflexão. Curitiba: DEP/UFSCAR, 2004. 37p. Relatório técnico GEPAL.

GUIVANT, J. S.; FONSECA, M. F. A.; RAMOS, F. S. V.; SCHEIWEZER, M. **Os supermercados e o consumo de frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicos certificados**. Ago./2003. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabflv.htm#A%20Caracterização%20dos%20Consumidores%20Orgânicos>>. Acesso em 30/10/2007. Relatório final de pesquisa “Apoio ao desenvolvimento de normas, processos de certificação e programas de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no Brasil para comercialização no mercado interno e externo” CNPq nº 520874/01-3.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. 243 p.

HERNÁNDEZ, M. G. **O Processo de Difusão Tecnológica da Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Curitiba**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

HOELLER, S. C. **Princípios norteadores para a estruturação de um projeto político pedagógico para a formação de profissionais na área de agroecologia**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

IAPAR. **Programa de Agroecologia**. 2007. 4p.

IPARDES. **Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural**: análise comparada 2000-2002. Curitiba: IPARDES, 2003. 21p.

_____. **O mercado de orgânicos do Paraná**: caracterização e tendências. Curitiba: IPARDES, 2007. 188 p. Relatório técnico.

IPPUC. **Mapa com a atual composição municipal da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2002. Disponível em: <
http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2002_MUNICÍPIOS_Mapa%20da%20RMC%20com%20Municípios.jpg>. Acesso em 5/01/2008.

_____. **Mapa de Hipermercados e Supermercados de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2005. Disponível em: <
http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2005_Mapa%20de%20Hipermercados%20e%20Supermercados%20de%20Curitiba.jpg>. Acesso em 5/01/2008.

JORNADA DE AGROECOLOGIA: Projeto Florestando lança cartilha sobre agroflorestas. Disponível em: <<http://www.jornadadeagroecologia.com.br/noticias.view.php?id=60>>. Acesso em: 7/01/2008.

LESSA, R. Discurso na posse da FAPERJ. **Jornal da Ciência**, 6 maio 2002. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=2077>>. Acesso em: 24/04/2008.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade. 232 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

_____. **A agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades**: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/TrabKarem1.htm>>. Acesso em: 5/12/2007.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. cap. 1.

KIRCHNER, R. S. **Panorama do consumo de orgânicos na cidade de Curitiba – PR a partir da análise das feiras**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

LEFF, E. (org.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342p.

LORENZI, H. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas**: plantio direto e convencional. 3. ed. Nova Odessa: Plantarum, 1990. 240 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU/EDUSP, 1986. 99p.

MANUAL DE AGRICULTURA ORGÂNICA [do] GUIA RURAL. São Paulo: ABRIL, 1991. 226 p.

MARIOTTI, H. **As paixões do ego**: complexidade, política e solidariedade. São Paulo: Palas Athena, 2000. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/negocios/processos2002/complexidade_e_pensamento_comple.htm>. Acesso em: 7/01/2008.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J.B.. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 369 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. 80 p.

MINAYO, M. C. S.(org.) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro- RJ: Fiocruz, 2005. 244 p.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 350 p.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da região sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba. n. 95, p. 3-25, jan./abr.1999. Disponível em: <http://www.IPARDES.gob.br/pdf/revista_PR/95/rosa.zip>. Acesso em: 28/12/2007.

PARANÁ. Lei n.º 14980, de 28/12/2005. Institui o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA, entidade autárquica vinculada à secretaria de estado da Agricultura e do Abastecimento. Publicado no **Diário Oficial** Nº 7137 de 04/01/2006.

_____. Decreto n.º 832, de 26/05/1995. Aprovado o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Passaúna - APA DO PASSAÚNA. Publicado no **Diário Oficial** N° 4517 de 26/05/1995. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/fcc19094358873db03256efc00601833/b113c9b4dd47079b03256e980072321f?OpenDocument>>. Acesso em 23/04/2008.

PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PRIMEIRA JOÃO. In: BÍBLIA Sagrada. 1. ed. São Paulo: Vida, 2003. Cap. 4, vers. 8, p. 2154.

PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL: Projeto Iguatu. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasAmbiental/ProjetoIguatu.asp>>. Acesso em: 7/01/2008.

REDE ECOVIDA. **Núcleos e Membros**. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA003&estado=PR&nucleo=7&membro=670&expand=#membro670>>. Acesso em: 10/12/2007.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em: 07/01/2008.

RUCINSKI, J. **ACOPA: uma associação em construção**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SAGA DOS POLACOS. Disponível em: <<http://www.ui.jor.br/polaco5.htm>>. Acesso em: 12/12/2007.

SCHMIDT, V. D. B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SEAB. **Produção Orgânica – Núcleo Regional de Curitiba**. Curitiba: SEAB, 2007. 4 planilhas eletrônicas.

SENAR. **Cursos ministrados na Região Leste**. Curitiba: 2007. 1 Planilha eletrônica.

_____. **Trabalhador na Agricultura Orgânica**: informações básicas. Curitiba, 2008. No prelo.

SILVA, J.C.B.V. **Dilemas de uma trajetória rumo à agroecologia**: o caso de Colombo – PR. 21 f. Monografia (Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, P.J. **Escolhas e influências dos consumidores de alimento na modernidade reflexiva**: um estudo em supermercados. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, P. L. B.; COSTA, N. R. A avaliação de políticas públicas na América do Sul. A avaliação de programas públicos: uma estratégia de análise. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del estado y de la Administración Pública, 5., 2000, Santo Domingo. **Anais...** Santo Domingo. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0038402.pdf>>. Acesso em: 7/2/2008.

SOUZA, J.L. **Manual de Horticultura Orgânica**. 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006. 843 p.

STRINGHETA, P.C.; MUNIZ, J.N. (Ed). **Alimentos orgânicos**: produção, tecnologia e certificação. Viçosa: UFV, 2003. 452 p.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2003. 685 p.

UFPR. Missão e Valores. Disponível em <http://www.ufpr.br/adm/templates/p_index.php?template=1&Cod=80&hierarquia=6.1.1> Acesso em: 8/12/2007.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia**: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 260 principais conceitos econômicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 439 p.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 246 p.

VIEIRA, F. H. A. **O mercado de produtos orgânicos em Curitiba/PR e região metropolitana**. 126 f. Monografia (Graduação em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

WERTHEIN, J; CUNHA, C. Educação, Ciência e Tecnologia: por uma Política de Estado. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 setembro 2004. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/opinioao/artigo/2004/politica_estado/mostra_documento>. Acesso em: 24/04/2008.

ZANINI, L. **Um retrato do movimento agroecológico em Colombo**. 26 f. Monografia (Especialização em Educação no Campo e Agricultura familiar e Camponesa) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: AGRICULTORES	164
APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA AGRÍCOLA MUNICIPAL E PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	172

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS: AGRICULTORES

Entrevista n.: _____

Data: / /

Roteiro

Identificação

1. Quem é responsável por tocar a produção?
2. Nome do entrevistado:
3. Tel: _____
4. Endereço/Comunidade: _____
5. Município _____
6. Localização geográfica: _____
7. Área da propriedade: _____
8. Área de produção orgânica: _____
9. Faz agricultura convencional? () S () N 9.1 Qual a área? _____ 9.2 Por quê?

Propriedade:

10. Mão-de-obra(nº): () familiar () contratada permanente
() contr. Temporária, dias/ano, _____
11. Quantas pessoas? () homens () mulheres () jovens
12. Quando começou com o orgânico? (ano) _____
13. Por quê? () Financeiro () Saúde da família () intoxicação ou receio () Incentivo de técnicos () Outros. Qual? _____

Certificação

14. Possui certificação? () S () N. 14.1 Qual é a certificadora? _____
- 14.2 Por que a escolheu? () custo () facilidade nas informações () associação ()
15. Como foi para se enquadrar nas normas de certificação? () Fácil () Médio
() Difícil
16. Quando você conseguiu a certificação?
17. Na sua avaliação como o valor cobrado é? () Alto () Acessível () Barato
18. Qual é o valor anual? R\$ _____
19. Possui mais alguma certificação? () S () N

19.1Qual? _____ 19.2Por quê?

20.O que precisa melhorar diante das recomendações da certificadora? () barreiras
() preparo do solo () adubação () sementes e mudas () documentação ambiental,
outorga, averbação () outros:

Produção

Solos

21.Como você prepara o solo para o plantio?

()Preparo mecânico ou tração animal: ()preparo convencional () cultivo mínimo
() enxada rotativa ()plantio direto ()

22.Adubação:

()cama de aviário ()compostagem () adubação verde ()biofertilizantes
() adubos minerais permitidos() esterco de poedeiras () esterco de peru

23.Conservação: ()curva de nível () plantio atravessado () cobertura morta ou viva ()

24.Tem análise de solos? () S () N 24.1De quando? _____

24.2Por quê? _____

25.Quais as dificuldades no momento com relação à

25.1Preparo:

25.2Adubação:

25.3Conservação:

26.O jeito de trabalhar o solo mudou da época da conversão?

Doenças

27.Quais doenças aparecem mais?

Quando aparece uma doença, o que faz?

27.1Doença 1: _____:

27.2Doença 2: _____:

27.3Doença 3: _____:

27.4Doença 4: _____:

27.5Doença 5: _____:

28. Na época da conversão, os problemas eram diferentes? Como? ☐ Mais ☐ Menos
☐ Igual

Insetos

29. Quais insetos (praga) que mais causam problemas? ☐ vaquinha ☐ lagartas
☐ pulgões ☐ ácaros ☐ formigas _____ ☐ traça do tomate ☐ ()

30. Quando aparece um inseto (praga), o que faz?

30.1 Inseto 1: _____:
 30.2 Inseto 2: _____:
 30.3 Inseto 3: _____:
 30.4 Inseto 4: _____:
 30.5 Inseto 5: _____:
 30.6 Inseto 6: _____:
 30.7 Inseto 7: _____:

31. Na época da conversão, os problemas eram diferentes? ☐ Mais ☐ Menos
☐ Igual
 31.1 Como?

Mato

32. Quais matos que mais causam problemas? ☐ tiririca ☐ capim marmelada
☐ nabiça ☐ losna ☐ grama fina ☐ quicuí ☐ estrela africana ☐ capim colchão
☐ carurú ☐ língua de vaca ☐

33. Quando aparece mato, o que faz? ☐ carpideira ☐ enxada ☐ adubo verde ☐
 cobertura morta ☐ outros _____

34. Na época da conversão, os problemas eram diferentes? ☐ Mais ☐ Menos
☐ Igual
 34.1 Como?

Sementes e mudas

35. Como escolhe as variedades a serem plantadas? () mercado () Assist Téc.
() viveirista () outros:

36. Quais utiliza?

Alface americana:

Alface crespa:

Alface lisa:

Alface _____:

Batata:

Beterraba:

Brócolis:

Cenoura:

Couve-flor:

Feijão:

Morango:

Repolho:

Tomate:

37. Produz semente própria? () S () N 37.1 Quais?

() hortaliças _____ () grãos _____ ()

38. Produz mudas próprias? () S () N 38.1 Quais?

39. São orgânicas? () S () N 39.1. Por quê?

40. Compra sementes orgânicas? () S () N 40.1 Quais?

40.2 Por quê?

41. Na época da conversão, usava sementes diferentes? 41.1 Quais?

Apoio do governo (Cursos, Assistência Técnica, Informações e Financiamento)

42. Você tem apoio do governo? (S ou N)

() Cursos () Assistência Técnica () Informações () Financiamento () Outros.

43. Quais **cursos** já fez?

44. Quem deu o curso? () EMATER () SENAR () Prefeitura () SEBRAE ()

Outros. _____

45. Qualidade? () Muito Ruim () Ruim () Médio () Bom () Ótimo

46. Faz mais cursos hoje do que no tempo da conversão? () S () N

47. Qual curso está faltando para você fazer?

48. Recebe **Assistência Técnica**? () S () N

49. Recebia Assistência Técnica no começo? () S () N

49.1 Se sim, quantas vezes por mês? ____ 49.2 Quem prestava assistência?
☐ EMATER ☐ Prefeitura ☐ Ongs _____ ☐ outros. _____

50. Qualidade? ☐ Muito Ruim ☐ Ruim ☐ Médio ☐ Bom ☐ Ótimo

51. Que técnicos já deram assistência técnica na propriedade?

52. Quais problemas de técnica você tem na propriedade? (demanda de pesquisa)

53. Como tem acesso às **informações**, produtos, sementes? ☐ TV ☐ Assist. Técn.
☐ Amigos ☐ Inst. de pesquisas e Universidades (
☐ Outros. _____

54. Você já pegou algum **financiamento** para agricultura orgânica? ☐ S ☐ N.
 Se sim, quais? (nº) ☐ PRONAF ☐ PRONAF Agroecológico ☐ Outro:

 54.1 Por quê?

55. Você participou de algum programa governamental nos últimos anos? ☐ PR
 Rural

☐ PR 12 meses ☐ Prosan ☐ PAA ☐ Programas Municipais ☐ Outros. _____

55.1 Qual a sua opinião sobre ele?

Comércio:

56. Onde você vende? ☐ supermercado ☐ empresa ☐ direto: feira ☐ direto: cestas
☐ direto: em casa ☐ restaurante ☐ outros

57. Como você vende? (%) ☐ supermercado ☐ empresa ☐ direto: feira ☐ direto:
 cestas

☐ direto: em casa ☐ restaurante ☐ outros

58. Está satisfeito com a comercialização da produção? ☐ S ☐ N

58.1 Por quê?

59. O que tem feito para melhorar?

60. Como está o mercado hoje? ☐ querendo mais produto que antes
☐ querendo menos ☐ igual

61. O que produz? Do mais importante para o menos em termos de renda.

62. Sabe qual é o seu custo de produção? () S () N

62.1 De quais culturas?

63. O que leva em conta na hora de calcular? () mão de obra () adubo () semente () caldas () certificação () frete () propaganda () perdas ()

64. Como eles (custos) estão no último ano? () subindo () estáveis () baixando

65. Como faz o preço de venda para o mercado? () mercado dita () tabela _____ () 30 %+ () Outros

66. Como eles estão no último ano? () subindo () estáveis () baixando

67. Como você decide o que e quanto plantar?

68. Tem interesse em ampliar a área plantada? () S () N. Com que cultura?

69. Por que ainda não aumentou? () terra () mão-de-obra () dinheiro () mercado () outros

Social

70. Participa de alguma associação? () S () N

70.1 Qual? () AOPA () PRODORGAN () APAC () REDE ECOVIDA ()

71. Como participa na associação?

72. Por quê?

73. Já teve algum problema com associações? () S () N

73.1 Qual?

74. Por que elas estão desta maneira?

Gargalos gerais

75. O que você acha que está faltando para a agricultura orgânica crescer mais?

76. O que o governo já fez?

77. Se você pudesse mandar um dia na política, o que você faria para a agricultura orgânica crescer?

78.Quais são as suas maiores dificuldades para crescer?

() terra () mão-de-obra () recursos financeiros () outros

79. Além do trabalho feito na sua propriedade, como acha que pode contribuir no crescimento da agricultura orgânica no geral?

Comentários:

80. Que tipo de agricultura faz? () Agricultura Orgânica () Agroecológica () não sei () Outra.

81.É consumidor de produtos orgânicos? Quais?

82. Animais na propriedade? () S () N Quais?

83. Manejo orgânico? () S () N

84.Como está a vida agora? () melhor ()igual ()pior 84.1Por quê?

[illegible]

Folha deixada com a família para anotações posteriores, se lembrarem de mais informações.

Identificação

Nome do entrevistado:

Gargalos gerais

O que está faltando para a agricultura orgânica crescer mais?

O que o governo já fez?

Se você pudesse mandar um dia na política, o que você faria para a agricultura orgânica crescer?

Quais são as suas maiores dificuldades?

☐ terra ☐ mão-de-obra ☐ recursos financeiros ☐ outros

Além do trabalho feito na sua propriedade, como acha que pode contribuir no crescimento da agricultura orgânica no geral?

1. Dificuldades na atualidade

Certificação

Produção

Apoios do governo (Cursos, Pesquisas, Assistência Técnica e Crédito)

Comércio e associações

2. 1. Dificuldades na época da mudança (conversão)

Certificação

Produção

Apoios do governo (Cursos, Pesquisas, Assistência Técnica e Crédito)

Comércio e associações

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS: RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA AGRÍCOLA
MUNICIPAL E PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Como vê a agricultura orgânica?
2. O que está faltando para seu desenvolvimento?
3. Comente sobre as políticas públicas vigentes?
4. É consumidor de alimentos orgânicos?
5. Há quanto tempo está na administração pública?

ANEXOS

ANEXO 1 - PROJETOS CONDUZIDOS E EM ANDAMENTO NO CPRA	174
ANEXO 2 - PROJETOS CONDUZIDOS NO PROGRAMA AGROECOLOGIA DO IAPAR.....	175

ANEXO 1 – CPRA

PROJETOS CONDUZIDOS E EM ANDAMENTO NO CPRA

Designação	Situação
Batata orgânica.	Em andamento
Fruticultura.	Em andamento
Transformação da bovinocultura de leite convencional p/ orgânica.	Em andamento
Avaliação de produtos alternativos em olericultura.	Em andamento
Bovinocultura de leite: Sistema Silvopastoril.	Em andamento
Bovinocultura de leite: Pastoreio Racional Voisin.	Em andamento
Controle de carrapato através do uso de capim limão.	Encerrado
Identificação da concentração de óleo de neem no controle de carrapato.	Em andamento
Uso da homeopatia e método Famache no controle de verminose ovina e caprina.	Em andamento
Uso de própolis e óleo de linhaça como produto p/ secagem de vacas em final de lactação.	Em andamento
Avaliação de sistemas de policultivos (encerrado);	Encerrado
Avaliação do teor de óleo essencial em manjerição com diferentes adubos orgânicos.	Em andamento
Avaliação de métodos para diminuir infestação de losna brava.	Planejamento
Avaliação de produtos no controle da ferrugem asiática na soja.	Planejamento
Avaliação de produtos no manejo fitossanitário de frutíferas de caroço.	Planejamento
Avaliação de Sistema Agroflorestal (SAF).	Planejamento

ANEXO 2 – IAPAR

PROJETOS CONDUZIDOS NO PROGRAMA AGROECOLOGIA – PAG

Avaliação integrada de tecnologias visando o estabelecimento de um sistema para produção de leite em base orgânica na região centro-sul do Paraná.	Pinhais (Metropolitana)
Produção Agroecológica de Bovinos de Corte	Fazenda Modelo Ponta Grossa
Desenvolvimento de sistemas de produção de batata orgânica com qualidade e sustentabilidade para a região centro-sul do Paraná.	Pinhais e Lapa (Metropolitana)
Desenvolvimento de tecnologias com bases agroecológicas para sistemas familiares de produção: cultivares de feijão, adubos verdes e manejo de plantas daninhas.	Pinhais, Bituruna, Irati e União da Vitória (Metropolitana e Centro-Sul)
Ajuste/validação de inovações tecnológicas, visando a conversão para o cultivo orgânico, melhoria de práticas culturais e beneficiamento de sementes próprias em parte do território Paraná Centro	Irapuá, Pitanga, Nova Tebas, Manoel Ribas, Cândido de Abreu e Ariranha do Ivaí (Centro)
Estratégias de manejo da minhocultura em sistemas agroecológicos	Pinhais (Metropolitana)
Avaliação do uso de microondas e água quente no controle de plantas invasoras em áreas de plantio direto e orgânico.	Londrina (Norte)
Estudo prospectivo da demanda e tendência do mercado de produtos orgânicos no PR	PR
Condução da fruticultura no Centro-Sul do PR de forma agroecológica	Centro-Sul
Manejo de insetos-praga em sistemas de produção agroecológico familiar	Centro-Sul e Litoral PR
Contribuição ao uso da homeopatia na agricultura: desenvolvimento de Matéria Vegetal Homeopática e avaliação de bioterápico para controle de doenças de plantas.	Londrina
Tratamento de sementes com pós de rocha e subprodutos do xisto	Londrina e Curitiba
Controle de sigatoka amarela e sigatoka negra em sistemas orgânicos no litoral paranaense	Litoral PR

PROJETOS DA LINHA AGROCOLÓGICA CONDUZIDOS EM OUTROS PROGRAMAS

PROGRAMA	PROJETO
PAR	Arroz de sequeiro IPR 117
PCA (Norte e Oeste)	Caracterização da qualidade do café produzido em diferentes sistemas de cultivo orgânico para a agregação do valor do café do Paraná.
PCA (Norte)	Levantamento dos fatores que interferem na sanidade dos cafeeiros sob o cultivo orgânico: formulação das bases para sustentabilidade deste processo de exploração.
PCA (Norte)	Racionalização de cafezais orgânicos e caracterização do microclima.
PCA (Norte)	Táticas bioecológicas no controle da broca-do-café <i>Hypothenemus hampei</i> para cultivo em sistema orgânico e convencional.
PCA (Norte)	Uso do lodo urbano higienizado e resíduos orgânicos de origem animal e vegetal no crescimento do cafeeiro pós - transplante.
PCD	Coleção de plantas medicinais e olerícolas potenciais
PCD	Controle integrado de pragas em agroecossistemas
PCD	Introdução e avaliação de clones e cultivares de mandioca no Estado do Paraná
PCD	Manutenção de banco de germoplasma de rami.
PCD	Monitoramento da base tecnológica utilizada no cultivo orgânico de feijão, arroz, milho, soja, trigo, café, cana-de-açúcar e mandioca no Estado do Paraná.
PCD	Multiplicação das espécies promissoras de adubos verdes
PCD	Palmeiras para a produção de palmito, fibra e óleo. Introdução e avaliação de desempenho nas regiões tropicais do Paraná
PCD Pinhais, Lapa, Londrina	Seleção de clones de batata para o cultivo orgânico
PCD	Validação de tecnologias para diferentes condições agroecológicas das regiões sericícolas, para proporcionar sustentabilidade da sericicultura em sistemas de agricultura familiar no Paraná
PCD	Zoneamento edafoclimático de regiões apropriadas à cultura da pupunha, diagnóstico de sistemas de produção e mercado
PCD	Mandioca IAPAR 19 Pioneira, Tremoço azul IAPAR 24, Guandu anão IAPAR 43 Aratã, Batata doce alaranjada IAPAR 69, Nabo forrageiro IPR 116
PCI	Centeio IPR 89, Trigo mourisco precoce IPR 91 Bali, Trigo mourisco tardio IPR 92 Altar
PFE	Lançamento de cultivar rústico de feijão IPR
PFE (Norte)	Eficiência do óleo de nim no controle de doenças do feijoeiro
PFE (Norte, Oeste e Sul)	Integração de tecnologias para viabilizar o cultivo do feijoeiro no sistema orgânico no norte do Paraná.
PFO	Capim Hemarthria IAPAR 35 Roxinha, Aveia preta forrageira IAPAR 61, Batata doce forrageira IAPAR 70, Ervilha forrageira IAPAR 83, Aveia branca forrageira IPR 126
PFR	Seleção de plantas de acerola em propriedade do noroeste do Paraná
PFR (Norte)	Controle biológico da broca do abacate: identificação de parasitóides e avaliação do potencial de controle da broca através de inimigos naturais.
PRF (Noroeste)	Manejo florestal, reforestamento e recuperação de áreas degradadas.
PRF(Norte e Noroeste)	Desenvolvimento de sistemas agrossilviculturais adaptados ao Paraná.
Projeto Itaipu	Manejo orgânico de plantas invasoras em soja
PMI	Milho variedade IPR 114
PPA	Caprinos, bubalinos, raça Purunã, homeopatia animal

PROJETOS DA LINHA AGROCOLÓGICA CONDUZIDOS EM OUTROS PROGRAMAS

PSA (Pinhais)	Avaliação da influência da água de xisto e xisto retortado no controle de doenças de batata em sistema orgânico de produção
PSA	Avaliação do lodo frigorífico da lagoa de decantação no reflorestamento de eucalipto.
PSA (Norte)	Coleção de espécies e manutenção de banco de inoculo de fungos micorrízicos vesículo arbusculares.
PSA	Desenvolvimento de métodos de preparo de solo em sistemas de lavoura diversificada em rotação de culturas e adubação verde
PSA	Efeito da matéria orgânica do solo na calagem em sistema de plantio direto
PSA	Genoma estrutural e funcional de bactéria fixadora de nitrogênio endofítica <i>Herbaspirillum seropedicae</i> .
PSA	Geosafas - estimativas da produtividade regional de cultivos no estado do Paraná.
PSA	Identificação de propriedades rurais com potencial risco de poluição dos recursos hídricos por águas residuárias de suínos
PSA (Pinhais)	Influência da pelletização de sementes de feijão e soja com diferentes pós de rocha para controle de doenças transmitidos por doenças
PSA	Influência das coberturas vegetais na infestação das culturas e no seu controle
PSA (Pinhais)	Isolamento e purificação de <i>Pythium</i> sp em laboratório para experimentos de avaliação da eficiência de pós de rocha para controle de doenças de tombamento
PSA	Mobilização do calcário no solo em plantio direto
PSA	Modelagem da trafegabilidade do solo sob manejo conservacionista através da lógica Fuzzi
PSA	Monitoramento agroclimático do Estado do PR
PSA	Monitoramento de ciclagem de nutrientes pelas plantas espontâneas, nas culturas anuais, em plantio direto e sua ação sobre a microbiologia do solo em diferentes regiões no estado do Paraná
PSA	Monitoramento do aporte de sedimentos no Lago de Itaipu e modelagem dos riscos de erosão na bacia do Rio Paraná.
PSA (Norte e Noroeste)	Produção de inoculação microbianos de espécies arbóreas para a recuperação de áreas com solos degradados.
PSA	Recomendação de doses de chorume em função do tipo de solo.
PSA	Sistema de suporte à decisão para escolha das melhores épocas de semeadura de culturas anuais
PSA	Uso de marcadores moleculares na determinação da diversidade de fungos micorrízicos arbusculares em diferentes sistemas de cultivo
PSA	Uso dos subprodutos do processamento do xisto pirobetuminoso na agricultura
PSA (Oeste)	Uso racional de resíduo de suínos na região oeste do estado do Paraná.
PSA	Zoneamento agrícola do Estado do Paraná
PSP	Produção de leite em pasto na região do lago o de Itaipu (Oeste)
PSP (Centro-Sul)	Rede de propriedades familiares agroecológicas
PSP (Norte)	Validação do sistema de plantio direto para a cultura de soja orgânica no norte do Paraná.
PSP (Oeste)	Desenvolvimento da agricultura orgânica nos municípios limieiros ao lago de Itaipu.
PSP(Norte, Noroeste, Sudoeste, Oeste Centro-Sul)	Construção de referencias técnicas e econômicas de sistemas de produção orgânicas para a agricultura familiar paranaense por meio da instalação de redes de propriedades.

PAR Programa Arroz, PCA Programa Culturas alimentícias, PCD Programa culturas diversas, PCI Programa culturas industriais, PFE Programa Feijão, PFO Programa Forrageiras, PFR Programa recursos florestais, PFR Programa fruticultura, PMI Programa milho, PPA Programa produção animal, PSA Programa solo e água, PSP Programa sistema de produção